

**Tradição e Inovação Tecnológica e Cultural nos  
inícios do século XIX**

**Análise do sítio arqueológico dos Paços do  
Concelho (Almada)**

**Ana Beatriz Lavres dos Reis**

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia**

**Lisboa (abril, 2021)**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica de

Tânia Casimiro, Professora

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa.

*Aos meus pais...*

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas  
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Ana Beatriz Reis

Lisboa, 20 de Abril de 2021

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a  
designar.

A orientadora,

Teresa Faria e Carmo

Lisboa, 20 de Abril de 2021

## Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Tânia Manuel Casimiro pelo tremendo esforço e paciência que dedica a todas as dissertações e trabalhos que orienta, das quais esta é apenas um exemplo. Agradeço-lhe pelo contínuo trabalho que tem vindo a efetuar em Arqueologia, sobretudo em períodos mais recentes, desbravando o caminho para que alunos como eu e outros colegas possamos desenvolver trabalhos e aumentar o conhecimento nestas áreas. Obrigada por todo o acompanhamento, aconselhamento, e disponibilidade durante todo o processo de escolha, estudo e redação da presente dissertação.

Agradeço ao Dr. Luís de Barros por toda a cooperação e disponibilidade durante o processo de estudo do espólio cerâmico e a explicação de como decorreram os trabalhos arqueológicos, bem como por todo o apoio durante estes dois anos. À Dra. Conceição Oliveira pelo auxílio na preservação e conservação das peças, e por todo o apoio durante estes dois anos.

Ao Dr. Fernando Henriques, ao Dr. Telmo António e ao Dr. Sérgio Rosa por me acolherem no Museu, o que me permitiu estudar o conjunto artefactual de uma escavação arqueológica feita há mais de 30 anos, em Almada, e toda a disponibilidade oferecida durante todo este processo.

Ao Dr. Rui Mendes pelas informações documentais sobre o edifício dos Paço do Concelho.

Agradeço a todos os meus professores de licenciatura e mestrado por todos os ensinamentos e inspiração. Foram vocês que possibilitaram a concretização deste estudo e consequente redação deste documento.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões e me encorajaram a seguir os meus sonhos e objetivos, demonstrando sempre dedicação, empenho, perseverança e humildade. Por serem os meus grandes *role models*, aqueles que me ensinaram e deram as bases para ser a pessoa que sou atualmente. Não existem palavras suficientes para demonstrar o quão agradecida estou por tudo o que eles fizeram por mim, e por estarem e continuarem a estar sempre lá para mim, demonstrando que existe todo um mundo lá fora e que nunca devemos desistir dos nossos sonhos.

Aos meus grandes amigos e pilares essenciais durante o meu percurso académico, Sara, Beatriz, Catarina, Telma, Sofia, Miguel e mais umas quantas pessoas que sabem o quanto importantes são na minha vida, a todos eles um enorme obrigado por todo o vosso apoio e palavras de encorajamento, e por sempre acreditarem nas minhas capacidades quando eu própria não acreditava conseguir. Estarem sempre disponíveis para ouvirem os meus desabafos e maluquices, mas acima de tudo por estarem sempre lá, quer nos bons, nos mais ruins, nos mais malucos e nos maus momentos da minha vida, e por puxarem por mim a fazer mais e melhor.

## **Tradição e Inovação Tecnológica e Cultural nos inícios do século XIX**

### **Análise do sítio arqueológico dos Paços do Concelho (Almada)**

**Ana Beatriz Lavres dos Reis**

#### **Resumo**

**Palavras-chave:** Cultura Material; Inovação; Tradição; século XIX; Cisterna

Os trabalhos arqueológicos levados a cabo nos Paços do Concelho, em Almada, no ano de 1984, puseram a descoberto um pequeno silo na sala 1 e uma cisterna, na sala contígua. A presente dissertação incide sobre o estudo do espólio recuperado no interior dessa cisterna, cujo abandono ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. O edifício onde se encontra, segundo muitos historiadores, deve remontar ao século XVIII, supostamente a antiga Igreja de Nossa Senhora da Assunção, contudo os trabalhos arqueológicos realizados no interior não permitiram esta comprovação.

A coleção aqui analisada reflete os quotidianos da população de Almada numa época em que a produção artesanal, ainda que continuando a marcar profundamente a cultura material doméstica, começa a partilhar o seu espaço com algumas produções industriais, algumas de origem lisboeta, outras importadas do Reino Unido. A coleção em análise corresponde na sua maioria a objetos cerâmicos, mas também a vidros, metais e objetos em osso, refletindo os hábitos quotidianos e costumes daquela sociedade. A partir do estudo destes objetos será possível observar as alterações tecnológicas que a cultura material foi alvo, bem como as implicações e alterações culturais e sociais que aqueles objetos refletem.

# **Technological and Cultural Tradition and Innovation in the early 19th century**

## **Analysis of the archaeological site of Paços do Concelho (Almada)**

**Ana Beatriz Lavres dos Reis**

### **Abstract**

**Key-words:** Material Culture; Innovation; Tradition; nineteenth century; Cistern

The archaeological work carried out in the Paços do Concelho building, in Almada, in 1984, uncovered a small storage pit in room 1 and a cistern in the adjoining room. The present dissertation focuses on the study of the material culture recovered inside this cistern, which was abandoned in the first decades of the 19<sup>th</sup> century. The building where it is located, according to many historians, dates back to the 18<sup>th</sup> century, supposedly the old Church of Nossa Senhora da Assunção, however the archaeological work carried out did not confirm if the building was in fact the church.

The collection reflects the daily lives of the population of Almada at a time when artisanal production, while still profoundly marking domestic material culture, begins to share its space with some industrial productions. Some of these items were made in Lisbon while others were imported from the United Kingdom. The collection under analysis corresponds mostly to ceramic objects, but also glass, metals and bone artefacts, reflecting the daily habits and customs of that society. From the study of these objects, it will be possible to observe the technological changes that the material culture was reflecting, as well as the implications and culture and social changes that those objects reveal.



## Índice

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
1.1	Objetivos .....	13
1.2	Metodologia .....	15
<b>2</b>	<b>Estado da Arte .....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>Enquadramento Histórico e Geográfico.....</b>	<b>31</b>
3.1	Antecedentes histórico-arqueológicos de Almada .....	31
3.2	Os inícios do século XIX. Uma época conturbada.....	34
3.3	Organização do núcleo central de Almada .....	40
<b>4</b>	<b>O sítio arqueológico dos Paços do Concelho .....</b>	<b>48</b>
4.1	Localização e contexto histórico-arqueológico do sítio .....	48
<b>5</b>	<b>Cultura Material .....</b>	<b>53</b>
5.1	Cerâmica.....	54
5.1.1	Cerâmica Não Vidrada .....	55
5.1.2	Cerâmica revestida a Vidrado de Chumbo.....	66
5.1.3	Cerâmica revestida a Vidrado de Estanho.....	72
5.1.4	Grés .....	80
5.1.5	Porcelana .....	81
5.1.6	Cachimbos em Caulino .....	82
5.2	Vidros .....	83
5.3	Objetos em osso .....	84
<b>6</b>	<b>Discussão .....</b>	<b>86</b>
<b>7</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>91</b>
<b>8</b>	<b>Bibliografia .....</b>	<b>95</b>
<b>9</b>	<b>Webgrafia.....</b>	<b>108</b>
<b>10</b>	<b>Anexos .....</b>	<b>110</b>
10.1	Anexos A: Tabela e Gráfico.....	110
10.2	Anexo B: Iconografia .....	114
10.3	Anexo C: Cultura Material (estampas) .....	117
10.4	Anexo D: Inventário.....	153

## 1 Introdução

A presente dissertação tem como objeto de estudo um conjunto de materiais diversificados, num total de 4471 fragmentos/objectos completos, produzidos com recurso a diferentes matérias-primas e de origens diversas. A sua exumação ocorreu no interior de uma cisterna dentro do edifício dos antigos Paços do Concelho, em Almada. Este estudo teve como objetivo principal a compreensão de como aqueles artefactos podem refletir a sociedade e cultura da população daquela localidade, numa cronologia específica.

A relevância desta análise prende-se com o facto do período em que a coleção arqueológica em apreço foi constituída, algures nas primeiras décadas do século XIX, poder ser considerado um período de transição. Esta transição caracteriza-se sobretudo através da convivência entre produções que se podem classificar como tradicionais com outras já de cariz industrial. Apesar da evolução tecnológica decorrente do processo de industrialização, essa transição foi morosa e levou décadas a influenciar diretamente a vida quotidiana dos habitantes da periferia de Lisboa. Se para o panorama inglês coetâneo Sophia Labadi escreve “the definition of the Industrial Revolution as a radical transformation of society does not stand up to a precise analysis. The England of the 1850s, for instance, still numbered as many craft as factory workers and as many urban as rural people” (LABADI, 2001: 79), o que dizer de Portugal, das suas cidades e arredores na primeira metade do século XIX? Tentaremos assim compreender como seria o quotidiano da sociedade almadense em inícios do século XIX. Tentar-se-á perceber se a podemos classificar como sendo uma sociedade cujos hábitos e rotinas do dia-a-dia seriam ainda semelhantes ao que sabemos ter acontecido em séculos anteriores, ou se já se sentiam os ventos de mudança de uma Europa onde a industrialização já se encontrava em franco desenvolvimento em diversos países.

A avaliação cronológica da formação do contexto arqueológico foi feita com base nos objetos recuperados no seu interior. A ausência de numismas ou peças com indicação cronológica escrita fez-nos datar os materiais com base na sua tipologia e estilo. Ainda que muitos deles sejam semelhantes às produções de finais do século XVIII, algo que, como veremos, já era expectável, outros correspondem a produções importadas de Inglaterra e que não foram produzidas antes de 1810/20. Neste sentido, ainda que a deposição dos materiais possa ter ocorrido algures depois de 1820, alguns dos recipientes ali recuperados foram certamente manufaturados alguns anos ou décadas antes, fazendo

com que, de uma forma geral, tenha sido possível definir a baliza cronológica de 1800-1830 para o fabrico, aquisição, utilização e descarte daqueles materiais. Ainda que raros, alguns destes objetos podem mesmo recuar ainda ao século XVIII, tais como as porcelanas chinesas.

O espólio é proveniente dos trabalhos arqueológicos realizados nos anos 80 do século passado no interior do edifício dos Paços do Concelho de Almada. A intervenção arqueológica foi da responsabilidade científica do Dr. Luís de Barros, arqueólogo do Município de Almada. Atendendo à falta de um relatório final e, inclusive, de registos de campo, a disponibilidade do arqueólogo foi fundamental, em conjunto com a disponibilidade da orientadora a Professora Doutora Tânia Manuel Casimiro, que acompanhou todo o processo de estudo desde a abertura das primeiras caixas até à redação desta dissertação.

O presente trabalho encontra-se estruturado em sete partes distintas. A primeira corresponde a este capítulo introdutório, no qual se pretende expor os objetivos que conduziram a investigação que se propõe desenvolver e os desafios encontrados, bem como a metodologia empregue, nomeadamente, a definição do critério para a atribuição do Número Mínimo de Indivíduos (NMI) e o Número Total de Fragmentos no inventário da cultura material, a pesquisa bibliográfica, a inventariação e os desenhos técnicos das peças.

A segunda corresponde ao Estado da Arte, no qual se encontra exposto o estado atual do conhecimento acerca da cultura material presente na coleção em estudo, uma cronologia algo ignorada pelos arqueólogos portugueses que se dedicam a materialidades domésticas. Aborda-se ainda o atual estado dos conhecimentos sobre contextos arqueológicos de descarte em poço/cisterna em Portugal, ao exemplo do que aconteceu no presente arqueossítio.

O terceiro capítulo procura uma aproximação histórica ao ambiente que se vivia em Portugal e à própria cidade de Almada, pelo que será dividido em duas partes. A primeira tenta uma breve resenha histórica deste conturbado período cronológico. Ainda que esta não seja uma tese em história a necessária contextualização factual assim o exige. Não foi possível fazer uma extensa análise política, económica e social das primeiras décadas do século XIX, no entanto é fundamental compreender o que se passava, ainda que brevemente, na cidade de Lisboa, visto que influenciava diretamente a população de

Almada. Recordemos que estamos perante a época das invasões francesas, a fuga da família real para o outro lado do Atlântico, a presença militar inglesa, o posterior regresso da família real, a independência do Brasil, e todos os eventos que levariam ao início da guerra civil entre absolutistas e liberais. A segunda parte desse terceiro capítulo incide sobre a história e organização urbana da cidade de Almada, vila até 1973, na qual se pretende dar um panorama geral da ocupação e presença humana que remota ao Neolítico, comprovado nas Grutas de São Paulo, coexistindo territorialmente com a Quinta do Almaraz que possui uma cronologia que vai desde o Calcolítico ao Período Romano Republicano. Excetuando as cetárias romanas identificadas em Cacilhas, só voltamos a ter notícias de ocupação humana em Almada durante o Período Islâmico, corroborado pelos vestígios arqueológicos encontrados em contextos datados deste período. Como veremos abundam os vestígios arqueológicos do período medieval cristão e do moderno. Com o terramoto de 1755, registou-se uma significativa reconfiguração da vila, acabando por gerar uma certa dificuldade no cruzamento dos dados arqueológicos com a documentação histórica.

A secção seguinte (capítulo 4) conta com uma contextualização histórica e geográfica do sítio arqueológico dos Paços do Concelho. Só assim será possível compreender a importância da localização do sítio na malha urbana da vila almadense.

Na secção seguinte (capítulo 5), será abordada a cultura material na qual é exposto o conjunto de materiais retirados da cisterna. Encontra-se organizado em quatro subcapítulos, nomeadamente, a cerâmica com as suas devidas subclassificações e onde se analisam tanto as produções nacionais, de olaria ou já de fábrica, bem como as importações, mas também os metais, vidros e objetos em osso. Neste capítulo serão apresentadas definições e características formais e estéticas.

O sexto capítulo aborda a interpretação de todas as realidades e os resultados obtidos ao longo da investigação de modo a debater o tema em análise. O objetivo é discutir as vivências quotidianas de uma sociedade nos inícios do século XIX, em Almada, e como a presença de dois tipos de materialidades tão distintas, produzidas na mesma cronologia, refletem o consumo e a tendência de aquisição de objetos da população almadense.

O capítulo final corresponde a uma apreciação final do trabalho e à elaboração de comentários que possam ser uma mais-valia no futuro, utilizados em estudos de coleções de cultura material produzidas e consumidas na primeira metade do século XIX.

## **1.1 Objetivos**

A investigação que se pretende formular relativamente aos Paços do Concelho, em Almada, consiste na análise de um contexto de entulhamento/colmatação de uma cisterna, cuja formação ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. Trata-se de um período que se pode designar como de transição, no qual produções que se classificam como tradicionais convivem com outras já de cariz industrial. Será efetuado um estudo exaustivo do conjunto material, resultante da escavação realizada nos anos 80 do século passado, no qual se incluem cerâmicas, metais, vidros e objetos em osso.

Através deste estudo pretende-se, assim, conhecer melhor como seria o quotidiano da sociedade almadense em inícios do século XIX. Pretende-se igualmente compreender se a podemos classificar como uma sociedade cujos hábitos e rotinas do quotidiano seriam ainda semelhantes ao que sabemos ter acontecido em séculos anteriores, característicos do que se reconhece como Idade Moderna, ou se possuíam os novos hábitos de consumo que vinham a crescer numa Europa cada vez mais industrializada. Seguiriam os habitantes desta pequena vila a sul de Lisboa os mesmos padrões de consumo que o resto da população europeia ou continuariam a consumir e utilizar as tradicionais peças de cerâmica, produzidas através dos processos habituais nas olarias locais ou de Lisboa? Aceitando-se a utilização conjunta e simultânea, em que percentagem estes dois tipos de produção coexistiam no dia-a-dia?

Procura-se assim fundamentar, problematizar e compreender como é possível uma coleção possuir a presença de dois tipos de materialidades tão distintas, produzidas na mesma cronologia, e de que forma estas peças podem refletir o tipo de consumo e tendências de aquisição de objetos da população almadense.

Através da análise detalhada dos materiais presentes foi possível concluir que parecem ter sido utilizados por uma sociedade cuja capacidade de aquisição era sobretudo direcionada para as produções locais. Combinava-se este consumo com alguns objetos de produção regional adquiridos em Lisboa com formas ainda semelhantes às encontradas em contextos datados do século XVIII, e apenas com um ou outro objeto de exceção.

Contudo, não nos é possível aprofundar muito mais os conhecimentos sobre o quotidiano das pessoas que utilizaram estes objetos, exceto que, quando comparados com os poucos contextos que se conhecem desta época, alguns dos quais também em Almada, o tipo de obtenção parece sugerir uma comunidade sem grande capacidade de aquisição de objetos importados. Historicamente os quotidianos das classes menos favorecidas não foram alvo de registo, sendo que os únicos registos e dados históricos que possuímos para os inícios do século XIX apenas refletem as vivências das classes mais abastadas, “discriminando” de grosso modo a maior percentagem da população portuguesa (MATTOSE, 2011: 46).

A análise do espólio permitiu compreender que estamos perante um descarte de cariz doméstico onde estes objetos auxiliavam as diversas atividades quotidianas. A cerâmica é o tipo de material mais numeroso. Neste sentido, surgem em grande quantidade peças que podem ser interpretadas como louça de cozinha (panelas, tachos e frigideiras, alguidares, entre outros), louça de armazenamento (grandes talhas e potes), louça de água (cântaros, jarros e púcaros) e louça de mesa (pratos e tigelas). Devido à falta de análises de conjunto para a cronologia em estudo, a classificação destes objetos do ponto de vista formal vai seguir os trabalhos já desenvolvidos por outros arqueólogos para a Idade Moderna (BUGALHÃO e COELHO, 2017; CASIMIRO, 2013). Relativamente à forma e decoração das peças de produção industrial portuguesa, a ausência de trabalhos desenvolvidos no âmbito da arqueologia para estas cronologias fez-nos recorrer a textos concebidos aquando de exposições em museus nacionais (ESTEVES, 2003; FERNANDES, 2001).

No que aos vidros diz respeito, estes correspondem exclusivamente a garrafas e copos. Através da seriação e classificação destes materiais, tentaremos compreender se as peças que estavam a ser utilizadas em Almada nos inícios de oitocentos correspondem às tradicionais formas que se conhecem para cronologias mais recuadas, nomeadamente para os séculos XVII e XVIII, ou se, pelo contrário, as formas assumem tipologias distintas. A classificação formal destes objetos seguirá a tipologia desenvolvida por Teresa Medici (2014).

Não existem, até ao momento, quaisquer estudos sobre produções locais de cerâmica da vila de Almada na cronologia sobre a qual incide esta tese. Assim, é também objetivo a caracterização das produções locais, distintas das cerâmicas de Lisboa, tanto do ponto de vista tecnológico como morfológico.

Através da contabilização de todos estes materiais será possível compreender que tipo de objetos existem em maior e menor quantidade e de que forma isso pode refletir as atividades do dia-a-dia tais como cozinhar e comer, compreendendo os hábitos e costumes das pessoas que os utilizavam enquanto agentes de uma relação entre indivíduos e objetos. É também objetivo obter algumas conclusões sobre a capacidade económica da população almadense nos inícios do século XIX. A análise da coleção pretende também abordar as questões em torno da economia, ou seja, compreender como seriam as trocas comerciais entre Portugal e alguns países europeus, nomeadamente Inglaterra, Itália e Alemanha, bem como com países do Oriente, através da proveniência das peças de cariz artesanal/industrial e consequentemente perceber se Almada acompanhava as tendências das outras cidades do país na procura e aquisição destes objetos.

Como mencionado, com o estudo da cultura material proveniente dos Paços do Concelho, pretende-se responder à questão se a sociedade almadense seria ou não, na cronologia em estudo, uma sociedade com padrões de consumo semelhantes às sociedades já industrializadas, e concluir sobre de que forma estas peças nos permitem compreender o que estaria a acontecer, do ponto de vista das materialidades, nos inícios do século XIX naquela vila. Serão necessariamente feitas análises comparativas, quando possível, através de outras coleções, da mesma cronologia, não apenas em Almada como em outras localidades. Desta forma pretende-se conhecer o quotidiano, as capacidades económicas e o que as pessoas utilizavam nas suas atividades diárias. É ainda objetivo desta tese o seu enquadramento nas teorias arqueológicas relacionadas com o consumo e consumismo que se desenvolvem no século XIX (MULLINS, 2011: 2014), bem como a discussão sobre as multi-temporalidades na Arqueologia em Portugal (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016), assunto que deixaremos para a discussão.

## **1.2 Metodologia**

O início deste projeto foi marcado pelo pedido de autorização à instituição que detém o direito de detenção, salvaguarda e conservação de todo o conjunto arqueológico recolhido nas escavações dos Paços do Concelho. Ao ser aceite, contou-se com o auxílio e acompanhamento do arqueólogo responsável pela intervenção arqueológica, o Dr. Luís Barros, vindo o estudo a ser efetuado em Almada. O local de depósito do espólio corresponde ao edifício onde se encontra sediado o Museu, localizado no Olho-de-boi,

sendo aqui os escritórios dos arqueólogos da Câmara Municipal de Almada e onde são depositados os elementos recolhidos nas escavações desenvolvidas na cidade.

Foi realizada uma visita ao local onde foram realizados os trabalhos arqueológicos e exumada a coleção em estudo, facilitando a compreensão da inserção do edifício na malha citadina do núcleo urbano de Almada Velha. Permitindo assim um conhecimento pleno da dimensão e do estado de conservação da coleção arqueológica exumada na sala 2 dos Paços do Concelho, facilitando o seu estudo e análise.

A metodologia empregue na realização deste projeto, de modo a poder atingir os objetivos já enumerados, passou por diversas fases, nomeadamente pesquisa bibliográfica, tratamento dos materiais e catalogação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada *on-line* através dos catálogos da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, da Biblioteca de Arqueologia do Palácio Nacional da Ajuda, da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e da Biblioteca Nacional de Portugal, através da Porbase. Para além da pesquisa em catálogos, também se procedeu a uma pesquisa exaustiva nas plataformas *on-line* Academia.edu e *ResearchGate*, onde a consulta de bibliografia estrangeira se encontra acessível.

A seguinte fase pautou-se pela leitura e análise bibliográfica, bem como da documentação disponível dos trabalhos arqueológicos realizados nos anos 80, ainda que escassos. Estes últimos, embora essenciais para a compreensão do contexto em termos da descrição do registo estratigráfico e da disposição do espólio encontrado, acabaram por se revelar como fonte pouco precisa. No entanto, visto que durante a realização desta tese existiu contacto direto com o arqueólogo que realizou a escavação, o acesso a informações na primeira pessoa colmatou, de alguma forma, esta falha.

A análise dos dados obtidos da referida intervenção arqueológica e da sua compreensão neste trabalho requereu uma abordagem inspirada em contextos de descarte e colmatção de poços/cisternas já existentes em Portugal, sendo que alguns remontam para períodos mais recuados. Como tal, recorreu-se aos estudos do Poço Cisterna de Silves (GOMES e GOMES, 1993: 200-201), do Vale de Alcântara, em Lisboa (BATALHA e CARDOSO, 2013: 124), do Poço SE do claustro NE do Hospital Real de Todos-os-Santos (BARGÃO, 2015: 1188-189), do Poço T1 da Praça da Figueira (BARRADAS, 2017: 86), do espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (BOAVIDA, 2012: 135-139), do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras



(CARDOSO e LUNA, 2012: 163-171), e da Cisterna do Convento de São Francisco de Lisboa (RAMALHO e FOLGADO, 2002: 248-250; TORRES, 2011: 96). Apesar de existirem outros trabalhos sobre colmatação, nomeadamente a transformação de silos em lixeiras, alguns dos quais na própria cidade de Almada, atendendo à diferente natureza estrutural dos contextos, os mesmos não foram aqui contemplados.

A seguinte etapa, de inventariação dos objetos cerâmicos, decorreu durante um longo período de tempo, devido ao seu elevado número, tendo-se sobreposto a algumas das atividades anteriormente mencionadas. A primeira fase passou pela separação da vasta e diversificada coleção cerâmica por fabricos. Esta tarefa foi simples no que à cerâmica não vidrada ou revestida com vidrado de chumbo. Relativamente à cerâmica revestida com vidrado de estanho, ou louça, optou-se por dividir a coleção, numa primeira instância, entre produção industrial e artesanal. As peças ditas de produção industrial correspondem sobretudo, mas não exclusivamente, a importações. Apesar de a Real Fábrica de Louça ao Rato utilizar técnicas de produção muito semelhantes às de olaria, o seu modelo produtivo era já fabril, pelo que se impunha a sua separação. A natureza distinta e o reduzido número das produções em grés e porcelana facilitaram o seu processamento.

As nomenclaturas utilizadas neste trabalho para a designação das categorias cerâmicas refletem os nomes utilizados já por diversos os investigadores que se dedicaram ao estudo da cerâmica de época moderna e contemporânea (CASIMIRO, 2013; BUGALHÃO e COELHO, 2017; FERNANDES, 2001).

Este conjunto já se encontrava lavado, contudo foi necessário proceder a uma organização dos sacos e das caixas de modo a ser realizada uma triagem daqueles que pertencem à Sala 1 e à Sala 2. Esta coleção de cerâmica nunca havia sido processada, pelo que tiveram de ser efetuadas as colagens necessárias. Inicialmente as peças foram divididas por quadrículas, no entanto, esta tarefa tornou-se impraticável, uma vez que a maior parte dos sacos diziam apenas “cisterna”. Esta metodologia foi modificada após diálogo com o arqueólogo responsável, que mencionou uma alteração da metodologia de campo quando a equipa de escavação se apercebeu que se tratava de uma cisterna, eliminando as quadrículas e concentrando-se na estratigrafia, informação que nunca havia sido alterada nas etiquetas dos materiais. Após tal informação, e tendo em conta que todos os objetos eram oriundos do interior da cisterna, segundo o arqueólogo responsável colmatada num momento único, procedeu-se à disposição dos materiais segundo a

tipologia formal, facilitando a fase das colagens. Neste processo foi precioso o auxílio da conservadora da Câmara Municipal de Almada, a Dr.<sup>a</sup> Conceição Oliveira, cuja colaboração se encontrou garantida e foi uma mais-valia.

Após as colagens procedeu-se à inventariação da coleção. Tratando-se de um espólio associado a descartes domésticos, a organização do inventário teve como princípio fundamental a possível utilização das peças durante a sua vida útil. Neste sentido foi privilegiada a atribuição de uma função relacionada com a louça de cozinha, de armazenamento, de mesa ou louça para consumo de água.

Ainda que nunca nenhuma contabilização tenha sido realizada previamente a este estudo, as peças que foram recolhidas completas nesta escavação já possuíam número de inventário, relacionado com o depósito do museu e não com a análise da escavação. A referência destes objetos contém a proveniência designada com a sigla PaC (Paços do Concelho), Cist. (Cisterna) e, quando aplicável, o número. A marcação dos objetos estudados nesta tese seguiu a mesma metodologia.

Após esta fase, seguiu-se uma detalhada caracterização tipológica e tecnológica fundamental na contabilização da coleção. Foram efetuados dois cálculos: por um lado, o número total de fragmentos cerâmicos (4379), por outro o número mínimo de indivíduos (NMI), correspondendo a 512 recipientes (**Anexo A: 1**). Foram selecionados para registo os recipientes mais significativos, importância essa obtida através do estado de conservação ou peculiaridades formais e/ou decorativas. Foi possível o registo de todas as tipologias e categorias identificadas. Essas peças, as mais representativas da coleção e que permitem uma visão generalista do que era consumido, encontram-se inventariadas numa tabela construída numa folha de cálculo (**Anexo D**), onde foram tidos em conta diversos campos, nomeadamente o número de inventário do Museu (quando aplicável), forma, tipo de bordo, tipo de fundo, tipo de corpo, diâmetro do bordo, diâmetro do fundo, altura, tipo de pasta, tratamento das superfícies e decoração, e também um campo para observações, onde constava, por exemplo a decoração. Este inventário não contempla todos os fragmentos presentes na coleção, apenas aqueles que foram desenhados, ou seja, optou-se por inventariar e desenhar todas as formas presentes na coleção.

A sua interpretação formal relacionou-se, sempre que possível, com a sua funcionalidade enquanto, louça de mesa, louça de cozinha, louça de armazenamento,

contentores de fogo e outros objetos. Independentemente do tratamento da superfície, foram reconhecidas as seguintes tipologias, apresentadas por ordem alfabética:

Alguidar: recipiente de diferentes dimensões, de forma troncocónica aberta e com fundo plano. O seu bordo é por norma extrovertido e semicircular de modo a facilitar o seu manuseamento. É um objeto multifuncional, usado, por exemplo, na cozinha para a preparação dos alimentos e na lavagem de alimentos ou de outros recipientes. É igualmente utilizado na higiene pessoal, por exemplo em contexto hospitalar, e na exposição de mercadorias alimentares nos mercados, comprovado pelo uso de alguidares na venda de peixe na cidade de Évora no decorrer dos séculos XIV e XV (FERNANDES, 2012: 293; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 111; PAULA, 2019: 43).

Assador de castanhas: caracteriza-se por ser um utensílio em barro com orifícios no fundo. Usado, naturalmente, para assar castanhas<sup>1</sup>.

Bacia de barbeiro: também designado como bacia degolada para sangria, estaria “munidos de uma lanceta, bacias pós restritivos para estancar o corte e ventosas de tamanhos variados para sangrias no pescoço e abdome (...)” (SANTOS, 2005: 52). Estas bacias possuem forma circular e côncava, com recorte no bordo (PARREIRA, 2019: 54-55).

Bilha: recipiente fechado, de pequena/ média dimensão, corpo globular e gargalo estreito, provido de uma ou duas asas. Era usado para armazenar líquidos e servir à mesa (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 113).

Caçoila: recipiente aberto, de média dimensão, paredes oblíquas e baixas, com um fundo plano e, por norma, provido de duas asas, ainda que alguns exemplos possam ter sido desprovidos de asas. Seria usado na preparação e confeção de alimentos no forno e ao lume (PAULA, 2019: 46).

Cântaro: recipiente fechado, de média/grande dimensão, com corpo globular bojudo, colo alto e provido de uma ou duas asas, assente em fundo plano. Era usado para o transporte, armazenamento e servir água à mesa (FERNANDES, 2012: 313; CASIMIRO, 2010: 583; PAULA, 2019: 49).

---

<sup>1</sup> <https://dicionario.priberam.org/assador> [consultado a 15/01/2021]

Candeia: recipiente aberto, de pequenas dimensões, provido de um reservatório e um pequeno bico por onde saía o pavio, e com fundo plano. Era usado para a iluminação, com recurso a azeite ou a outro óleo combustível (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 116).

Copo: recipiente de forma troncocónica, de paredes altas, assente num fundo plano ou pé anelar (OLIVEIRA, 2012:19).

Covilhete: forma aberta, de pequenas dimensões, semelhante a uma taça. Esta forma seria sobretudo utilizada para servir doces (CASIMIRO, 2010: 17).

Especieiro/salseira: recipiente aberto, de pequenas dimensões, carenada ou hemisférica, assente num fundo plano. Foi durante muito tempo referido como sendo usado para servir à mesa especiarias, molhos, ervas, etc. Ainda que essa utilização já tenha sido repensada, um novo nome ainda não foi avançado (CASIMIRO, 2010: 583; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127; CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Fogareiro: recipiente aberto, de média dimensão. É constituído por um corpo dividido em duas partes troncocónicas, separadas por uma grelha e assente em base plana. A parte inferior corresponde à fornalha, no interior da qual se colocavam brasas, possuindo uma abertura. A parte superior possui bordo espessado onde assenta outro recipiente, normalmente uma frigideira, panela ou tacho. Seria sobretudo utilizado para cozinhar, em lume brando, mas poderia funcionar como recipiente de aquecimento de uma divisão (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 120).

Frigideira: recipiente aberto, de média dimensão, paredes direitas e baixas, assente em fundo plano ou convexo. Pode ser provido de uma, duas ou quatro asas. Era usado sobretudo para frigar alimentos (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 120; CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Garrafa: recipiente de corpo globular ou ovóide, de gargalo alto e estreito, assente num fundo plano ou com pé anelar. Pode ser provido de uma asa, que se inicia no gargalo, e termina a meio do corpo (OLIVEIRA, 2012: 20).

Jarra: recipiente fechado de média dimensão, pé alto e destacado, e um bordo introvertido. Usado para armazenar e servir líquidos, também podia desempenhar um papel decorativo como conteúdo de flores, como surge mencionado no *Inventário da Infanta D. Beatriz* (1507) (FERNANDES, 2012: 324-325; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 121; PAULA, 2019: 55).

Jarro: recipiente fechado, bojudo, de corpo ovóide ou globular, com asa, gargalo alto, assente em fundo com pé anelar ou numa base plana. A sua função principal seria servir líquidos (CASIMIRO, 2010: 17).

Manga de farmácia: recipiente fechado, de forma cilíndrica e paredes altas, assente em base plana ou fundo com pé anelar. A sua função principal seria a preservação de ervas ou preparados farmacêuticos, visto que, muitas delas possuem legenda pintada no seu corpo (CASIMIRO, 2010: 17).

Mealheiro: recipiente fechado de pequena a média dimensão, de forma piriforme ou oval, com fundo plano e destacado, contendo uma pequena ranhura para a introdução de moedas. Possuiria uma pega em forma de botão na parte superior. Usado para reservar numismas (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 122).

Medida de capacidade: recipiente de diferentes dimensões, de forma fechada e ligeiramente troncocónico, fundo plano e provido de uma asa próxima do fundo. Usado na confeção de receitas na cozinha, mas também na venda de alimentos secos e líquidos (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127).

Panela: recipiente de diferentes dimensões, de forma fechada e bojuda, possui um colo ligeiramente estreito, com um fundo plano ou côncavo, e provido de uma ou duas asas. Era usado na confeção de alimentos ao lume (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 123).

Vaso de noite: recipiente de média dimensão, de forma tendencialmente cilíndrica, bordo extrovertido e largo, com um fundo plano, e provido de duas asas. Era usado na higiene pessoal, de modo a conter os dejetos humanos. Podiam ser produzidos em cerâmica vidrada, não vidrada, modelada e fina (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 128).

Pote: recipiente de diferentes dimensões, de forma fechada e bojuda, assente em fundo plano, apresentando, por vezes, duas asas. Usado para armazenar alimentos ou conter líquidos (CASIMIRO, 2010: 584; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 124).

Prato: recipiente de pequena a média dimensão, de forma aberta, em que a altura é significativamente inferior à largura. Usado com a função de servir à mesa ou de ser base para comer alimentos sólidos (BUGALHÃO e COELHO, 2017:125).

Púcaro: recipiente de pequenas dimensões, de forma fechada, corpo globular e assente num fundo plano por vezes destacado, e provido de uma asa. Usado para consumo

individual de líquidos, sobretudo água, no apoio à função de armazenamento, podendo também ser utilizado como recipiente para aquecer ou confeccionar alimentos (CASIMIRO, 2010: 585; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 126).

Taça: recipiente aberto, de pequena a média dimensão, hemisférico, carenado ou troncocónico. O fundo varia entre base plana, assente em pé anelar, ou destacado. Usado com a função de servir à mesa alimentos sólidos, semi-sólidos, sopa ou caldos (BUGALHÃO e COELHO, 2017:133).

Tacho: recipiente de média dimensão, de forma aberta e corpo baixo, fundo convexo e provido de duas asas. Pode ter bordo semicircular com um ressalto no qual encaixava o testo. No século XVII surge uma variação formal que se caracteriza por possuir um corpo alto e envasado provido de duas ou quatros asas. Era usado na confeção de alimentos no forno ou ao lume. Poderia ser utilizado para servir à mesa (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 130).

Tampa: Objeto troncocónico provida de uma pega central. Era usado para cobrir recipientes aquando da confeção de alimentos (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 131).

Testo: recipiente de pequena a média dimensão, de forma aberta, troncocónica, de fundo plano ligeiramente côncavo, e provido de uma pega central. A sua função seria a de cobrir as peças, tais como panelas, púcaros, potes, cântaros, tachos e talhas (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 132).

Tigela de fogo: recipiente de pequena a média dimensão, de forma aberta troncocónica, sendo por vezes carenada, e fundo plano. Era utilizado na cocção de alimentos e, ocasionalmente, podia servir à mesa (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 133).

Travessa de forno: Não foram encontradas formas afins em nenhuma intervenção arqueológica e a sua forma é algo invulgar. Como tal, foi-lhe atribuído um nome que retrata a sua forma algo peculiar e a utilização que se julga ter tido. Trata-se de um recipiente aberto, de forma oval e paredes oblíquas.

Esta forma de inventariação permitiu um registo completo das formas existentes na coleção, coincidindo com o registo fotográfico, de modo a estabelecer a ligação entre a descrição e a fotografia e desenho técnico da peça.

O número mínimo de indivíduos (NMI) foi obtido através da metodologia desenvolvida por Stephanie Raux (1998), para cada conjunto cerâmico estabelecido

(cerâmica não vidrada, cerâmica revestida a vidro de chumbo; cerâmica revestida a vidro de estanhos; grés; e porcelana). O primeiro passo desta contabilização passou pela separação dos objetos inteiros ou com elevado estado de conservação. Seguiram-se os que apresentavam características e peculiaridades morfológicas e decorativas, que os permitiam distinguir da restante coleção e individualizá-los (esta separação foi sobretudo efetuada nas porcelanas e cerâmicas vidradas com vidro de chumbo ou estanho, com ou sem decoração). A restante coleção foi dividida entre bordos, fundos, asas e paredes com base na sua divisão tipológica. Para contabilização do NMI foram tidos em atenção os elementos morfológicos que permitem a distinção das peças. Em muitos casos, apesar de não serem possíveis colagens, foi possível atribuir diversos fragmentos à mesma peça considerando as suas características tecnológicas. Esta informação foi integralmente reunida na tabela 1.

Relativamente aos vidros o seu estado de conservação era elevado. Foram consideradas as seguintes formas:

Garrafa: recipiente fechado, provido de um colo estrito, podendo ser mais ou menos alto, provido de um bojo, geralmente globular ou piriforme, mas com pouca frequência de seção quadrangular. Usado para conter líquidos, constitui um dos objetos vítreos mais recorrente ao longo da Idade Moderna e Contemporânea (MEDICI, 2014: 249).

Copo: recipiente de perfil cilíndrico ou ligeiramente troncocónico, com bordo vertical e um fundo cónico reentrante, podendo ser mais ou menos acentuado. Geralmente a sua altura é maior que o diâmetro. Usado para conter e ingerir líquidos, e foi um dos objetos vítreos mais recorrentes da Idade Moderna e Contemporânea (MEDICI, 2014: 171).

Relativamente aos vidros a contabilização foi igualmente realizada tendo em conta a sua forma, tipologia e cor.

Os objetos em osso são em número significativamente reduzido e, tratam-se exclusivamente de pequenos botões (MARCEL, 1994; VIEIRA *et al.*, 2019), caracterizam-se por ser um ornamento no vestuário e que pode ser produzido através de vários materiais, como osso, vidro e metal. Possuindo, geralmente, uma forma circular com um ou mais pequenos círculos ao centro.

Terminado o processo de análise e de contabilização avançou-se para o desenho técnico das peças mais representativas, nomeadamente aquelas que possuíam perfil completo ou características significativas dentro da mesma forma. Os desenhos foram digitalizados e recorreu-se à utilização do programa *Adobe Illustrator®* para a sua vetorização. O programa *Adobe Photoshop®* foi utilizado para o recorte das imagens e para a realização das estampas. A organização das figuras foi pensada de modo a permitir uma melhor compreensão da diversidade tipológica. Deste modo, optou-se também pelo registo fotográfico, permitindo uma captação fiel e mais real das decorações presentes.

Existem alguns, escassos, fragmentos de cachimbos em caulino, que serão avaliados relativamente à sua forma, procurando identificar a sua proveniência e debatendo a sua presença em contextos de descartes domésticos (CALADO, PIMENTA e SILVA, 2003; CALADO *et al.*, 2013; PINTO, FILIPE e MIGUEL, 2011).

Os metais são igualmente escassos, traduzindo-se apenas em alguns pregos. Ainda que as informações que se possam retirar destes objetos sejam diminutas, sustentam a utilização de madeiras nos contextos domésticos, sejam elas na construção, nos sobrados, portas ou móveis. Infelizmente não foi possível realizar o seu estudo, devido ao estado avançado de degradação.

Ainda que a análise e contabilização dos objetos tenha sido feita por tipologia e forma, todos estes dados serão interpretados em conjunto. Como expectável, os recipientes cerâmicos são os mais abundantes o que não retira importância aos outros objetos. Esta diferença abismal na quantificação irá ser considerada na interpretação dos dados.



## 2 Estado da Arte

Em Portugal, já existem trabalhos realizados sobre contextos de descarte e colmatção de poços/cisternas, sendo que alguns remontam para períodos mais recuados, e que servem para uma melhor compreensão destes contextos em Época Moderna/Contemporânea. O Poço Cisterna de Silves, construído durante o período de ocupação Almóada daquela cidade foi abandonado no século XVI, datação obtida através dos materiais ali encontrados. O seu abandono e preenchimento foi, de acordo com os arqueólogos responsáveis pela intervenção, consequência da possível perda de interesse estratégico de Silves, resultante da “Reconquista” cristã. Decorrente deste acontecimento a cidade acabaria por perder a sua importância tanto a nível militar como comercial, devido à fixação da fronteira junto ao Guadiana, ainda que se tenha mantido como capital do Algarve até ao século XVI (GOMES e GOMES, 1993: 200-201).

Os resultados obtidos na escavação arqueológica realizada no Vale de Alcântara, em Lisboa, permitiram a identificação de um poço construído no século XVII para a captação de água numa zona que, no século XVIII, se tornaria uma quinta pertencente a Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. A sua desativação ocorreu durante o século XVIII, com o possível desabamento da parte superior, servindo consequentemente para o depósito de lixos domésticos (BATALHA e CARDOSO, 2013: 124).

Sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos, existem vários estudos realizados acerca dos poços existentes, que permitiram uma melhor compreensão sobre a organização do edifício e dos processos de transformação pelo qual passou. A dissertação de Mestrado em torno do Poço T1 da Praça da Figueira permitiu concluir que este era uma construção carateristicamente medieval e que se localizava na zona das hortas do Convento de São Domingos, mais tarde adaptado ao hospital. A datação do seu abandono foi estabelecida entre os finais do século XVI e inícios do XVII, em resultado da diversificada cultura material e consequente abandono durante as obras de transformação ocorridas nos claustros NE e SE do hospital (BARRADAS, 2017: 86).

Outra dissertação de Mestrado realizada em torno do poço SE do claustro NE permitiu estabelecer a data de inutilização da estrutura na década de 70 do século XVII, aquando da translação das instalações do hospital para outras instalações, corroborado pela diversidade material presente. Contudo, não foi possível precisar o momento da sua

implementação, apesar de se apontar que a sua edificação possa remontar ao segundo quartel do século XVI, devido às suas características construtivas (BARGÃO, 2015: 118-119).

O estudo do espólio depositado aquando do entulhamento destas estruturas hidráulicas tem permitindo investigações que, por vezes, falham em associar esses mesmos materiais ao contexto de uma forma mais geral, falhando no enquadramento social, económico e cultural. Sendo um reflexo disso mesmo o estudo do espólio vítreo de um dos poços do Hospital Real de Todos-os-Santos, que se crê ter sido desativado e entulhado no século XVIII, aquando das obras realizadas no edifício durante o reinado de D. João V (BOAVIDA, 2012: 135-139).

O poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras é outro exemplo a ter em consideração. Escavado em 2000 permitiu determinar que a data da sua possível construção se encontrava balizada entre os reinados de D. João I e de D. Afonso V, devido aos materiais que se encontravam na colmatação dos estratos mais antigos do mesmo, acabando por perder a sua importância na segunda metade do século XVIII sendo depois utilizado como vazador de lixo doméstico. Este estudo também permitiu uma melhor compreensão do crescimento da cidade de Torres Vedras neste período, diminuindo consequentemente o espaço das hortas e quintais (CARDOSO e LUNA, 2012: 163-171).

Por fim, a cisterna do Convento de São Francisco de Lisboa, possível de datar através de documentação e das características do seu aparelho construtivo como remontando ao reinado de D. Manuel I, viria a ser desativada e transformada em lixeira ainda antes dos inícios do século XVII, continuando com esta funcionalidade até à primeira metade do século XVIII. Este longo período de utilização como lixeira demonstrou que a sua utilização não tinha como propósito concreto a eliminação de uma grande quantidade de detritos de forma imediata (RAMALHO e FOLGADO, 2002: 248-250; TORRES, 2011: 96).

Relativamente à cultura material identificada no interior da cisterna da sala 2 dos Paços do Concelho em Almada, com base na sua morfologia e tipologia o conjunto foi datado dos inícios do século XIX. Até recentemente, publicações sobre materiais dos séculos XIX e XX eram raras. Ocasionalmente surgiam pequenos artigos que mencionavam estes objetos, mas raramente os integravam na sociedade que os produziu. Tal foi o caso das garrafas recuperadas no Tejo (SEQUEIRA e CASIMIRO, 2015), de

um conjunto de materiais na Comporta (LOPES, NETO e SOROMENHO, 2006), ou uma canalização em Santarém (BOAVIDA, CASIMIRO e SILVA, 2013).

Em relação aos contextos domésticos para a primeira metade do século XIX não existem estudos em Portugal Continental. O contexto açoriano da Achada (Ilha Terceira) é o único exemplo português. Ali os arqueólogos encontraram e escavaram um contexto rural ocupado entre 1835 e 1885 (RODRIGUES *et al.*, 2018; NETO *et al.*, 2020), ainda que as publicações existentes não caracterizem a cultura material exumada. Recentemente foram ainda publicados alguns artigos abordando contextos de despejos domésticos e ocupações datadas entre 1840 e 1920 (CASIMIRO *et al.*, 2020; CAPOTE *et al.*, 2020; REIS *et al.*, 2020; ARAÚJO e OLIVEIRA, 2020). No entanto, não existem estudos que abordem a cultura material em ambiente doméstico para os inícios do século XIX, ou seja, para o período de transição entre as produções artesanais e industriais, e que vai mudar por completo os padrões de consumo das sociedades contemporâneas. Tendo em conta que parte da coleção aqui analisada corresponde a peças de produção mais “tradicional”, manufaturadas tanto em Almada como em Lisboa, temos de recuar ao século XVIII, para poder encontrar objetos semelhantes.

Apesar do seu reduzido número, são as peças de produção industrial que acabam por ser fundamentais na distinção desta coleção de outra qualquer dos finais do século XVIII. Sobre as peças de cerâmica dita industrial portuguesa, provenientes da Real Fábrica de Louça ao Rato, existem alguns exemplares na coleção. Estes artefactos nunca foram publicados, até à data, do ponto de vista arqueológico. Existem recipientes publicados em catálogos de exposição temporárias (ESTEVES, 2003) e permanentes de museus nacionais (CALADO, 2005) mas, como expectável, não realizam nenhum enquadramento social ou económico. Ainda que a Fábrica de Miragaia se encontrasse localizada a 300 km de Lisboa, o tipo de produção que efetuava nos inícios do século XIX era muito semelhante à de Lisboa, pelo que não foram ignoradas essas produções, publicadas num catálogo sobre uma exposição temporária que teve lugar no Museu Nacional do Azulejo (CORREIA, 2009). As peças presentes nestas exposições, ainda que utilizando as mesmas técnicas produtivas, estão longe de ser semelhantes às peças encontradas em Almada, visto que aqui estamos a tratar de produções de menor qualidade, utilizadas no dia-a-dia.

Sobre as peças importadas, a maior referência relativamente às peças *Mocha Ware* trata-se do livro de Jonathan Rickard, seguramente a melhor compilação sobre este tipo

de material (RICKARD, 2006), e que funcionou como fóssil diretor impossível de ser ignorado na medida em que não existiu produção de *cables* (um dos tipos decorativos presentes nesta coleção) antes de 1810-20. Nos Estados Unidos são considerados um indicador cronológico de referência, contudo não existem muitas referências arqueológicas a este material (HUME, 1976) e, até ao momento nunca foram publicadas quando resultado de uma intervenção arqueológica em Portugal. Para os exemplares de cerâmica *Creamware* e *Salt glaze ware*, o seu tipo de decoração indica terem sido produzidos após 1780 (KYBALOVA, 1989; GRIFFIN, 2005). São peças que surgem muito recorrentemente em contextos arqueológicos europeus, recuperadas com muita frequência, ainda que parcamente publicadas (EATWELL e WERNER, 1991), bem como em contextos americanos (MILLER e HUNTER, 2001; MILLER, 2015). Novamente as publicações portuguesas sobre as mesmas são parcas.

Sobre as outras produções europeias temos a destacar a presença de uma peça da Ligúria, possivelmente produzida em Albisola, designada pelo termo francês *Taches Noires*. Esta conhecida produção, teve início no século XVIII, mas perdurou durante a primeira metade centúria seguinte. É encontrada um pouco por toda a Europa sendo extensamente alvo de cópia em Espanha, sobretudo na zona da Catalunha, muito embora a coloração do vidrado e o tipo de pasta da peça identificada em Almada surgira ser uma produção italiana (BLAKE; 1981; GARDINI e BENENTE, 1997; MILANESE *et al.*, 1997). Estas peças têm sido alvo de extensas análises arqueométricas nos últimos anos, com a caracterização não apenas das produções italianas (CAPELLI *et al.*, 2012; CAPELLI *et al.*, 2015; BELTRÁN DE HEREDIA BERCERO, 2015), como também as imitações catalãs (DI FEBBO *et al.*, 2018).

Em relação às produções orientais, o número de publicações é relativamente maior. Grande parte da produção bibliográfica sobre estas peças é ainda oriunda da área da História de Arte, através do estudo das peças presentes em museus nacionais resultando em catálogos de exposições, como por exemplo, o catálogo da exposição da Casa Museu Anastácio Gonçalves (MATOS, 1996) ou o catálogo da coleção Gulbenkian (MATOS, 2003), visto que o interesse nas produções *Qing* do ponto de vista arqueológico tem sido pouco. No entanto, surgem algumas exceções nomeadamente a publicação dos objetos recuperados no Terreiro do Paço (FERREIRA *et al.*, 2017), num ambiente doméstico na zona do Rossio (CASIMIRO *et al.*, 2019) no Palácio dos Duques de Cadaval (CASIMIRO, ALMEIDA e BARBOSA, 2018), ou mais recentemente nos

conjuntos oriundos do das escavações do Mercado da Ribeira (FERREIRA, SILVA e BARGÃO, 2020).

Para além da grande diversidade cerâmica, foi igualmente recuperada considerável quantidade de vidros, nomeadamente fragmentos de garrafas de fundo circular (“*onion bottles*”) e quadrangular, correspondendo cronologicamente ao que comumente se encontra na cidade de Almada em cronologias afins, nomeadamente nas escavações da Rua da Judiaria (MEDICI, 2005). Teresa Medici é a investigadora que mais se debruçou sobre vidros de cronologias mais recentes, com os seus trabalhos a não ignorarem as evidências do século XIX. Os copos, alguns com decoração, correspondem apenas a alguns fragmentos de reduzido tamanho, cuja zona de produção é difícil de determinar.

A presença cachimbos, botões e metais, também se faz sentir nesta coleção, contudo escassos são os estudos acerca de metais, cachimbos de caulino e de botões em qualquer contexto associado ao século XIX, estando apenas publicados algumas peças associados ao século XVIII (CALADO, PIMENTA e SILVA, 2003; PINTO, FILIPE e MIGUEL, 2011; CALADO *et al.*, 2013; PIMENTA e SILVA, 2020). Como exemplo do que já foi referido em relação às peças cerâmicas de cariz industrial, foi necessário recorrer a bibliografia inglesa que acabou por auxiliar neste estudo, atendendo à longa tradição de publicação destes objetos no norte da Europa (ALEXANDER, 1983).

Estamos perante um contexto que se pode designar de transição entre a Idade Moderna e Contemporânea onde podemos identificar continuidades e mudanças. A maior parte das intervenções arqueológicas de cronologia contemporânea em Portugal, que se encontram publicadas, foram realizadas em ambiente industrial (CORDEIRO, 1994; CUSTÓDIO, 2015; CUNHA, 2015), a maioria em contextos datáveis já da segunda metade do século XIX ou inícios do século XX. Destacam-se, entre outros, e na área de Lisboa, a escavação levada a cabo na Real Fábrica de Vidros de Coima (CUSTÓDIO, 2002) ou os trabalhos documentais sobre a Real Fábrica das Sedas (CUSTÓDIO, 1994), que se encontrava em funcionamento desde o século XVIII. Sobre a Real Fábrica de Louça do Rato, ainda que nunca tenha sido intervencionada arqueologicamente, conhecem-se muitas das suas produções guardadas em museus (ESTEVES, 2003). Ainda que sem intervenção arqueológica e destacando sobretudo contextos mais recentes, são de mencionar dois artigos de Jorge Custódio sobre contextos industriais em Almada (CUSTÓDIO, 1993; 1995).

A publicação de contextos arqueológicos de cariz domésticos para inícios do século XIX é de certa forma difícil de encontrar, mas a sua existência pode ser reconhecida em alguns sítios, mencionados na base de dados do Portal do Arqueólogo (Endovélico). Destacam-se os recentes capítulos do livro *Arqueologia Contemporânea em Portugal (séculos XIX e XX)* onde foram publicados alguns contextos domésticos, nomeadamente na Comporta (Casimiro *et al.*, 2020), São Miguel (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2020), Terceira (RODRIGUES *et al.*, 2020) e Lisboa (REIS *et al.*, 2020), contudo todos datáveis da segunda metade do século XIX ou já inícios da centúria seguinte.

### **3 Enquadramento Histórico e Geográfico**

#### **3.1 Antecedentes histórico-arqueológicos de Almada**

Em termos geomorfológicos, é necessário fazer uma caracterização sobre o concelho de Almada, de modo a compreender a sua organização espacial. Esta define-se por uma dualidade na medida em que possui arriba e terrenos miocénicos a Norte e a Oeste, e areias plio-pleistocénicas a Sul e a Este. A primeira realidade é composta por argilas, calcário e areia com diferentes estados de consolidação, contendo no seu seio vestígios fossilizados de animais e plantas. Já a segunda acaba por ter uma composição que se caracteriza pela presença de argilas, saibros e areias, com diferentes graus de consolidação e poucos vestígios fossilíferos (BARROS, 1998; BARROS 2000).

Estas duas dualidades geológicas acabam por dividir o concelho em duas metades que se relacionam com movimentos da crosta terrestre, fazendo com que ocorra uma elevação da arriba litoral no eixo Trafaria-Cacilhas e consequentemente um afundamento no interior do concelho, e a criação do canal do rio Tejo (BARROS, 1998).

Atendendo a esta dualidade geológica torna-se mais fácil compreender a localização geográfica da ocupação humana e, deste modo, toda a história da vila almadense. Apesar de alguns achados dispersos que indicam ocupação desde o Paleolítico, será apenas no Neolítico que se reconhecem sinais de ocupação efetiva no território. Tanto na Gruta de São Paulo como na Quinta do Almaraz, verificam-se ocupações que vão desde o Calcolítico ao Período Romano Republicano (período este do qual se encontram poucos ou escassos vestígios no registo arqueológico, contudo temos de destacar a descoberta de cetárias romanas em Cacilhas, que ajudam a comprovar a chegada de contingentes republicanos, durante a segunda metade do século II a.C.) (BARROS, CARDOSO e SABROSA, 1993; BARROS, 2000; OLAIO, 2015).

Pouco são os dados que fazem referência à ocupação humana após o século IV d.C., voltando apenas a ter evidências no Período Islâmico, que remontam ao século IX. Destacam-se a presença de vinte e seis silos da Rua da Judiaria, de construção islâmica (ANTUNES, 2000b). Contudo, estes dados podem ser cruzados com fontes documentais. A descrição de Edrici menciona uma fortaleza, em que a abundância de minério terá sido um dos fatores principais para a fixação das populações berberes, tendo-lhe sido atribuído o nome Al-Madan (“fortaleza da mina”). A administração política e militar muçulmana continua até 1147 aquando da conquista de Almada e consequente ocupação cristã na

margem esquerda do Tejo. Em termos de organização administrativa do território após a “Reconquista”, esta só viria a ser regulamentada no século XIII, aquando da redação do foral por D. Sancho I, entregando Al-Madan à Ordem de Santiago, sendo o testemunho mais relevante deste ato, a Igreja de Santiago, construída ao lado do Castelo (FLORES e NABAIS, 1983; FLORES, 1994; RAIMUNDO e DIAS, 2013).

Relativamente à ocupação pós- “Reconquista”, o sítio que melhor se conhece é a já mencionada Rua da Judiaria, onde dezenas de silos medievais, de construção islâmica, foram abandonados entre os séculos XIII-XV nas imediações da vila, e onde milhares de objetos foram encontrados (BARROS, 2000; CASIMIRO e BARROS, 2015; BATALHA *et al.*, 2007). Destaca-se, igualmente, a intervenção arqueológica levada a cabo na Igreja da Misericórdia, na qual diversos enterramentos datados entre os séculos XVI e XVIII foram intervencionados (DIAS, CASIMIRO e GONÇALVES, 2017). Também foram encontradas sepulturas escavadas na rocha no Largo 1º de Maio.

Em período moderno, Almada caracteriza-se por ser um pequeno centro urbano de um território vasto e marcadamente rural, onde habitavam elites e famílias abastadas da região, convivendo com população com menor poder económico. Os trabalhos arqueológicos realizados contribuíram para a identificação de vestígios que remontam a estes séculos, nomeadamente, na Rua Almeida Garrett, onde se identificou uma lixeira possivelmente relacionada com um palacete nas proximidades. Aqui abundam fragmentos de peças de faiança importada, espanholas e italianas, e porcelana chinesa datáveis do século XVI (BARROS e SANTO, 1993). Na Rua Heliodoro Salgado, os trabalhos executados aquando da abertura das fundações de um prédio apenas permitiram a identificação e recolha de fragmentos de cerâmica variada, botões e alfinetes num contexto datável dos séculos XV a XVII, e também algumas moedas que datam do reinado de D. Afonso V (BARROS e SANTO, 1993). O mesmo se sucedeu na Rua Elias Garcia, onde se recolheu espólio diverso, que remonta aos séculos XV a XVIII (BARROS e SANTO, 1993).

As intervenções levadas a cabo na Rua da Cerca/Serpa Pinto possibilitaram a identificação de duas lixeiras provenientes de habitações nas proximidades e datáveis do século XV e do século XVI, e que vieram coadjuvar na confirmação da presença de gente abastada na zona, como se encontra referenciado na documentação antiga. Sendo a primeira uma lixeira que data do reinado de D. Dinis e colmatada com vestígios diversos nomeadamente, materiais mais recentes, já dos finais do século XIV, com



cerâmicas revestidas a vidro estanífero, com reflexo metálico e decoração a azul das oficinas medievais granadinas. Surgiram igualmente, fragmentos cerâmicos como bilhas, panelas e testos, entre outros, todos correspondentes a peças de fabrico local. A segunda lixeira data do reinado de D. Sebastião, e continha no seu interior fragmentos cerâmicos de majólicas italianas e holandesas, porcelana chinesa da dinastia *Ming*, e uma quantidade significativa de fragmentos cerâmicos de faianças e de cerâmica comum de produção local. Foi possível a identificação de duas moedas, uma que data do reinado de D. João III (1521/1557) e outra do reinado de D. Sebastião (1557/1578). Também é importante frisar a descoberta de uma cabeça de crocodilo em marfim, que poderia fazer parte de um garfo ou colher, possivelmente afro-português do Benim, e a presença de algumas pedras semipreciosas (BARROS, 1994; BARROS, 2000).

No lugar que foi transformado no Núcleo Medieval-Moderno da Rua da Judiaria colocou-se a descoberto vestígios de uma casa, composta por grandes compartimentos destinados ao armazenamento de bens alimentares no rés-do-chão/piso térreo e o que se julga ter sido uma estrutura organizacional de habitação no piso superior, que esteve em uso até ao século XV. A cultura material dos séculos XVI, XVII e XVIII encontrava-se por cima dos silos, já abandonados. No século XIX o local transforma-se num quintal, assim permanecendo até à década de 90 do século XX (ANTUNES, 2000b; BARROS e HENRIQUES, 2003).

O terramoto de 1 de novembro de 1755 foi um dos marcos fundamentais na história de Portugal, na medida que acabou por assolar algumas cidades levando a uma modificação da malha urbana, algo em que a vila de Almada não foge à regra. Este acontecimento acabou por provocar grandes danos no traçado urbanístico da vila, praticamente reconstruída a partir da segunda metade do século XVIII. Para além desta consequência, o terramoto acabou por gerar um ponto de viragem no registo arqueológico, na medida que a informação que atualmente nos chega deriva de grandes unidades de aterro e de bolsas de lixos, compostas por fragmentos cerâmicos por vezes muito fracionados e outros materiais como metais, vidros e ferro.

Os vestígios arqueológicos pós-século XVIII no núcleo urbano de Almada são escassos (Anexo B: 1) e tratam-se de pequenas áreas de escavações maiores tal como corre nos Paços do Concelho, destacando-se uma lixeira de pequenas dimensões no interior da Igreja da Misericórdia, na Rua da Judiaria, e uma cisterna entulhada na Rua

Latino Coelho. Ainda que tenhamos conhecimento destes objetos, nenhum destes contextos se encontra publicado.

### **3.2 Os inícios do século XIX. Uma época conturbada**

Os acontecimentos políticos do último quartel do século XVIII, nomeadamente, a independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, tiveram grande influência na evolução das sociedades europeias. Trata-se de uma época conturbada na geopolítica internacional e Portugal não escapa a todas as dinâmicas europeias e mundiais. O exército português participou ao lado de Espanha, entre 1793 e 1795, nas campanhas militares contra a França. Contudo em 1796 a Espanha acabaria por ficar sob a esfera de influência francesa o que leva ao acentuar da clivagem, em Portugal, entre aqueles que defendiam cedência à França e aqueles que defendiam o reforço da aliança com a Inglaterra. Em 1801, Manuel Godoy chefia uma invasão contra Portugal, denominada como a «Guerra das Laranjas», da qual resultou a perda da praça de Olivença, na linha de fronteira no Alentejo. O anúncio do Bloqueio Continental por parte da França, contra a Inglaterra, coloca Portugal na mira das invasões franco-espanholas (ARAÚJO, 1993: 17-24; RAMOS *et al.*, 2009: 434).

As primeiras décadas do século XIX em Portugal vão ser marcadas por diversos acontecimentos políticos e ações militares, de norte a sul do país que não deixaram a sua população indiferente, sobretudo as populações que viviam próximo de Lisboa. Diversas linhas defensivas foram contruídas e remodelações nos fortes existentes ocorreram em Almada neste período. A comunidade que utilizou os objetos que são apresentados na presente dissertação vivenciou os acontecimentos que serão descritos, sentindo as dúvidas e incertezas de tempos de que alternaram constantemente entre a ideia de estabilidade e a instabilidade política.

Um dos acontecimentos mais marcantes do século XIX em Portugal, foram as invasões francesas, com início em 1807, que coincidiram com a fuga da família real para o Brasil e consequente presença militar inglesa no Conselho de Regência de Lisboa. Todas estas movimentações podem ser vistas como uma das razões que levariam à independência do Brasil (1822) e ao início de uma guerra civil entre os apoiantes de D. Miguel (absolutistas) e os apoiantes de D. Pedro (liberais).

No dia 29 de novembro de 1807, o príncipe D. João e a família real juntamente com algumas das personagens da corte, das forças militares, do governo e dos tribunais, partiam de Belém com destino ao Rio de Janeiro, no Brasil, coincidindo com a chegada das tropas francesas, comandadas pelo general Junot, a Portugal. Esta chegada não contou com nenhuma resistência por parte da população, na medida que o príncipe, antes de deixar a capital, entregou o governo do país a um Conselho de Regência, com as instruções para receber o exército francês como um aliado. Passados dois meses após o general francês ter assumido o governo de Lisboa, a situação manteve-se inalterada sendo o seu foco direcionado para o bloqueio da capital pela esquadra inglesa, dificultando deste modo o abastecimento da cidade. Contudo, a situação viria a alterar-se a 1 de fevereiro de 1808, aquando do anúncio do fim do reinado da dinastia de Bragança, por vontade do imperador Napoleão, levando à adoção dos símbolos do império francês. Para além deste cenário, a ilha da Madeira tinha sido conquistada pelos ingleses em dezembro de 1807, assumindo de certo modo o papel de colónia inglesa, vindo apenas a ser devolvida em abril de 1808. Nos inícios de 1808, apenas os Açores se mantinham como território da monarquia portuguesa na Europa (RAMOS *et al.*, 2009: 439-442; PEDREIRA *et al.*, 2013: 47-49).

A indefinição dos planos imperiais franceses, que pareciam ultrapassar o Tratado de Fontainebleau<sup>2</sup>, conduziram a que, em abril de 1808, um grupo que congregava figuras cimeiras de três importantes instituições portuguesas, se dirigisse a Baiona. O intuito era oferecer a Napoleão um testemunho de obediência da nação portuguesa e de pedir a manutenção da unidade do reino e uma figura da família imperial para governar Portugal. Contudo, este cenário viria a alterar-se em maio com a insurgência da revolução popular em Espanha, que motivou a retirada do exército espanhol, que se encontravam em território português sob comando das tropas francesas. Surgem nesta altura as Juntas Provisórias de Governo nas principais vilas e cidades, tais como Braga, Viseu, Coimbra, Bragança, Porto, Faro, Beja, Évora, entre outras. Devido ao desarmamento e à desmobilização do exército espanhol e das milícias, as juntas portuguesas não conseguiram fazer frente aos franceses em batalha, conseguindo, no entanto, dificultar a

---

<sup>2</sup> Tratado assinado entre França e Espanha, a 27 de outubro de 1807, no qual estabeleciam a divisão de Portugal em três: o Norte ficaria para uma princesa espanhola (a rainha da Etrúria), o Sul ao primeiro-ministro de Espanha (Manuel Godoy), e o Centro, incluindo Lisboa, seria ocupado pelos franceses (RAMOS *et al.*, 2009: 442).

manobra das colunas francesas nas serras e vales do Norte (RAMOS *et al.*, 2009: 443-444; PEDREIRA *et al.*, 2013: 49-51).

A 1 de agosto de 1808, a campanha restauracionista contou com a intervenção militar inglesa, há muito esperada e decisiva para a expulsão das tropas francesas em setembro. A expedição comandada pelo general Wellesley (futuro duque de Wellington) desembarca as suas forças na costa de Lavos, junto à foz do rio Mondego, sendo de destacar as confrontações em Roliça, a 17 de agosto, e em Vimeiro, a 21 de agosto, demonstrando a força militar anglo-lusa (ARAÚJO, 1993: 37-38; RAMOS *et al.*, 2009: 445; PEDREIRA *et al.*, 2013: 51).

Portugal volta a ser alvo de uma segunda invasão francesa, em março de 1809, dirigida pelo general Soult, que entrou por Trás-os-Montes com destino à cidade do Porto. Foi nesta altura que se registou às portas de Braga o linchamento e amotinação da população contra o general português Bernardim Freire de Andrade que tinha ordenado a retirada das tropas lusas perante a ameaça das forças francesas. Também é de mencionar o acontecimento trágico que ocorreu no Porto (episódio da Ponte das Barcas), em que centenas de pessoas se afogaram no rio Douro, ao tentarem fugir pela ponte flutuante que possibilitava a ligação entre a cidade e Gaia (ARAÚJO, 1993: 38-40; RAMOS *et al.*, 2009: 445). A terceira invasão ocorre no verão de 1810, sob o comando do general Massena, entrando pela Beira Alta, na fronteira de Almeida, em direção a Lisboa. Esta caracterizou-se por ser uma estratégia de recuo do exército anglo-luso até às linhas de Torres, sistema de fortificação concebido pelo general Charles Wellesley, sendo de destacar a vitória no Buçaco, a 27 de setembro de 1810. Os franceses acabariam por se retirar do país em outubro de 1811, sofrendo vários reveses na zona da Estremadura e no Alentejo até passarem a fronteira (ARAÚJO, 1993: 40).

Deste período de guerra resultou a ascendência de Inglaterra sobre o governo português. A 6 de julho de 1809 é proposto pelo príncipe D. João a redução da Regência para apenas três membros e concedendo a Sir Arthur Wellesley o direito de participar nas reuniões daquele órgão do Estado. O exército português foi totalmente reconstruído a partir de 1808 pelo general William Beresford que ficou no seu comando, outro fator da grande influência inglesa nos diferentes campos do Governo. Também foram levadas a cabo perseguições contra afrancesados, colocando sob vigilância várias personalidades devido às suas ligações político-ideológicas ao bonapartismo. Como exemplo disso temos o episódio da Setembrizada, que contou com a deportação de cerca de cinquenta suspeitos

de colaboração com os franceses e de simpatia com as políticas jacobinas, para os Açores (ARAÚJO, 1993: 40-41; PEDREIRA *et al.*, 2013: 52).

D. João, príncipe regente do Brasil, transformou aquela colônia num Estado autônomo a nível económico e político. O Rio de Janeiro passou a possuir instituições próprias da capital de uma monarquia (VARGUES, 1993: 45-46; RAMOS *et al.*, 2009: 447).

Em 1820, comandantes do exército espanhol concentrados em Cádiz, a 7 de março, para uma expedição à América, revoltaram-se contra Fernando VII obrigando-o a ceder e aceitar a Constituição de 1812. Este acontecimento parece inspirar o movimento revolucionário desenvolvido no seio de uma sociedade secreta criada por três magistrados, no Porto, com o objetivo de constitucionalizar a monarquia portuguesa, e juntamente com um conjunto de coronéis vieram para as ruas a 24 de agosto<sup>3</sup>, propondo nomes para uma Junta Provisional do Governo do Reino. Tais notícias chegaram à capital dois dias depois, levando a Regência a convocar as Cortes, a 2 de setembro, ato de grande ousadia na medida que apenas o rei é que possuía o direito de as convocar, demonstrando assim a fraqueza de legitimidade que este órgão sempre sentira. Acabar-se-ia por estabelecer na capital uma nova Junta Provisional de Governo<sup>4</sup>, na qual se integravam membros da do Porto (VARGUES, 1993: 56-60; RAMOS *et al.*, 2009: 454-455).

As Cortes Vintistas reuniram-se a 26 de janeiro de 1821, na biblioteca do Convento das Necessidades (Lisboa), com o intuito de eleger uma regência de modo a substituir a Junta de Governo, resultantes da instalação do primeiro Parlamento Liberal em Portugal. Debateram e votaram as bases da Constituição que viria a ser colocada em vigor a 23 de setembro de 1822, decidindo que todo o cidadão que recusasse jurar a Constituição perderia a nacionalidade e consequentemente seria expulso do reino. Aceitaram o Catolicismo com religião oficial do Estado, contudo não a reconhecendo como a única religião. Também propiciaram a instalação da primeira instituição bancária em Portugal (o Banco de Lisboa). A 18 de fevereiro o rei propõem que o Brasil tivesse

---

<sup>3</sup> Este pronunciamento militar foi o ponto de origem de um movimento de mudança na sociedade portuguesa, colocando em causa as estruturas de um Estado de Antigo Regime. Ficaria a ser conhecido como sendo a Revolução ou Regeneração de 1820 (VARGUES, 1993: 56-57).

<sup>4</sup> As juntas tomaram diversas medidas, tais como, a comunicação ao rei dos acontecimentos, a consulta realizada junto das corporações científicas e aos literatos sobre o modo de convocação das cortes, e a ordem para que as principais instituições prestassem juramento de obediência e fidelidade. Mas também procedeu à nomeação de diversas comissões de reforma na administração (VARGUES, 1993: 60).

uma Constituição diferente da de Portugal, algo que viria a ser negado na medida que a Constituição seria igual para toda a nação portuguesa (VARGUES, 1993: 60-61; RAMOS *et al.*, 2009: 458-460).

Destas discussões resultou a elaboração da Constituição de 1822, na qual o poder legislativo ficaria a cargo da Câmara dos Deputados (as Cortes), o poder executivo caberia ao rei que, por sua vez, designava os ministros, e o poder judicial ficava a cargo dos tribunais, com juízes nomeados pelo executivo. O rei perderia a sua competência para dissolver ou suspender as Cortes, que podiam pedir satisfações aos ministros e até nomear comandantes do exército, caso existisse um perigo eminente para a liberdade da nação.

A 4 de julho de 1821, dá-se o desembarque do rei D. João VI em Lisboa, que acabaria por jurar a Constituição, aceitando o seu novo título «rei pela graça de Deus e pela Constituição da monarquia», acabando deste modo por legitimar a revolução iniciada em 1820. Contudo, este ato levaria à emergência de diversos apelos à independência do Brasil que conduziram a uma revolta separatista que se condensava à volta do príncipe regente D. Pedro. O Governo de Lisboa emitiu uma ordem de retorno do príncipe à Europa em dezembro de 1821 que não foi cumprida. Para agravar a situação viriam a ser extintos os tribunais superiores do Rio de Janeiro o que conduziu ao apoio dos homens de leis brasileiras que se revoltaram ao lado do príncipe. A aclamação de D. Pedro como imperador e a independência do Brasil dá-se a 7 de setembro de 1822 no Ipiranga (São Paulo) (VARGUES, 1993: 62-63; RAMOS *et al.*, 2009: 465-472).

Em 1823, devido aos ventos de contestação que se vinham a delinear na Europa contra o liberalismo revolucionário, o sistema político da Península Ibérica encontrava-se ameaçado. A invasão da Espanha por parte de França não registou qualquer contestação por parte dos liberais espanhóis à entrada dos franceses em Madrid. Este acontecimento levaria a que a 27 de março desse mesmo ano, o infante D. Miguel, juntamente com alguns militares como Sepúlveda e Pamplona, encabeçassem em Vila Franca uma demonstração militar das forças políticas contrárias ao liberalismo, episódio este que viria a ser designado como a “Vila-Francada<sup>5</sup>”. Deste modo o movimento revolucionário de 1820 terminaria da mesma forma que tinha começado, com um

---

<sup>5</sup> Este episódio do movimento contrarrevolucionário, contou com o forte apoio por parte da rainha D. Carlota Joaquina que vinha desde muito cedo manifestando uma forte ambição de governar. Era uma das figuras centrais da contrarrevolução em Portugal (VARGUES e TORGAL, 1993: 65-66).

movimento do exército influenciado por uma mudança de regime no país vizinho (VARGUES e TORGAL, 1993: 66-68; RAMOS *et al.*, 2009: 472-475).

Entre 1823 e 1826, decorreu um intenso debate político no qual havia diferentes facções. Uns defendiam um governo liberal e constitucional moderado (monarquia constitucional), outros defendiam a monarquia tradicional, ou seja, absolutista. Foi nesse clima que a 18 de junho foi criada uma junta com o intuito de preparar uma nova Constituição. As Cortes e a Guarda Nacional terminariam e a censura e as ordenanças retornariam, mas é de sublinhar que muitas das leis liberais conservaram-se. Durante este período, dá-se o episódio da “Abrilada” em que o príncipe D. Miguel, a 30 de abril de 1824, tenta tomar o poder com o argumento que seu pai continuava «cercado de facciosos». Tal ato conduziria à sua demissão do comando do exército pelo rei e ao seu exílio na Áustria. O reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal dá-se a 15 de novembro de 1825, pressionado pela Inglaterra. A 10 de março do ano seguinte, D. João VI falece e D. Pedro é aclamado como rei de Portugal. No entanto, a reunificação entre Portugal e o Brasil seria impossível, por isso abdicou para a sua filha D. Maria da Glória, que casaria com seu tio D. Miguel e que assumiria o papel de regente logo que jurasse a Constituição e fizesse 25 anos. Este acabaria por jurar a Carta ainda no exílio na corte de Viena, mas aquando do seu regresso a Lisboa a 22 de fevereiro de 1828, repetiria o seu juramento. A 13 de março dissolveu a Câmara dos Deputados, e a 7 de julho foi aclamado «rei absoluto» nas Cortes por si convocadas, dando assim início ao período do reinado de D. Miguel (VARGUES e TORGAL, 1993: 68-74; RAMOS *et al.*, 2009: 476-483).

O reinado de D. Miguel caracteriza-se por uma forte perseguição sobre os liberais que ainda permaneciam no país, visto que após episódios como a Vila-Francada, a Abrilada e o regresso do monarca decidiram exilar-se em França e Inglaterra, mas daqueles que permaneceram é de salientar a resistência liberal presente na Ilha Terceira, nos Açores. Apesar de todos os esforços dos absolutistas de lhe pôr um fim, viria a estabelecer um conselho de regência nomeado por D. Pedro e presidido pelo marquês de Palmela. A 7 de abril de 1831, D. Pedro abdicaria da coroa brasileira em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara, e regressaria à Europa para se colocar à frente da causa com o título de regente. Será a partir desta conjuntura que eclode a Guerra Civil, que durará entre 1832 e 1834, no qual temos absolutistas de um lado e liberais de outro a tentar subir

ao trono português (VARGUES e TORGAL, 1993: 74-87; SILVA, 1993: 89; RAMOS *et al.*; 2009: 485-486).

### **3.3 Organização do núcleo central de Almada**

Para uma melhor compreensão da sociedade almadense em finais do século XVIII e inícios do XIX, é necessário perceber e tentar visualizar espacialmente como seria a organização da vila de Almada. Ainda que esta vila só se torne cidade em 1973, para efeitos da presente tese entendemos urbanismo como a alteração de um espaço natural num espaço construído com organização, dinâmica e equipamentos necessários à vida de um conjunto de pessoas.

E para tal é necessário recuar até à Idade Média, porque esta vila desenvolveu-se sobretudo durante o período medieval, levando a que muitos dos edifícios mais importantes tenham existido durante séculos, alguns deles continuando, mesmo depois do Terramoto de 1755, a ser fundamentais na definição da organização da vila.

Almada caracteriza-se pela presença de um número significativo de fortificações, ao longo da faixa ribeirinha do Tejo, desde o núcleo urbano à Trafaria, que tinham como propósito a proteção da frente ribeirinha, ocupando desse modo pontos estratégicos na defesa do território e de Lisboa. Estas podiam possuir um carácter duradouro, em consequência do seu propósito na defesa marítima de Lisboa, como o Forte de Santa Luzia, ou um carácter provisório, tornado permanente, como foi o caso da Torre Velha, em frente à Torre de Belém (SOUSA, 1981: 26-30).

O Castelo de Almada é uma das principais estruturas de defesa a mencionar. Localiza-se na zona mais alta do planalto da vila, situado à beira da arriba tornando-o inatacável por esse lado. Do lado de terra apresenta um pendor para Sul e Oeste proporcionando uma boa defesa natural (SOUSA, 1981: 66). Quanto às suas origens fundacionais acredita-se que remontem ao Período Islâmico, aquando da conquista da Península de Setúbal e do vale do Sado pelos exércitos islâmicos entre 712 e 715, sendo em 1147 conquistado por D. Afonso Henriques, mas reconquistado em 1190 por Al-Mansur que o destruiu. Acabaria por vir a ser recuperado em cerca de 1200, pelos exércitos de D. Sancho I, com o auxílio dos cavaleiros da Ordem de Santiago, e consequentemente reconstruído (VICTOR e GONÇALVES, 1993). Contudo é-nos



completamente desconhecido o traçado do castelo árabe, tal como do próprio castelo cristão na sua fase inicial (SOUSA, 1981: 66).

A documentação existente menciona a realização de alguns melhoramentos no castelo durante o reinado de D. Dinis, sendo mais tarde alvo de reparações durante o reinado de D. Fernando, monarca que ordenou a construção da cerca da cidade. Construída durante a segunda metade do século XIV, a cerca sempre foi um muro baixo com pouca capacidade defensiva, e que acabaria por vir a perder a sua importância após o terramoto de 1755, sempre influenciando, no entanto, o urbanismo dos séculos XVIII e XIX. Não se sabe, ao certo, em que altura o castelo medieval se transformou numa fortaleza com canhoneiras nas vertentes viradas para o rio Tejo e para terra, mas mantendo um corpo central muito característico das fortalezas dos séculos XVI-XVII, alteração esta ocorrida durante o período filipino. Em 1666, durante o reinado de D. Afonso VI, a fortaleza acaba por ser alvo de ampliações, das quais é-nos possível datar atualmente as muralhas e a esplanada, onde se encontra o jardim público, contudo no lado nascente é desconhecida a ocorrência de quaisquer obras (SOUSA, 1981: 66-67).

Com o terramoto de 1755, o castelo foi um dos vários edifícios da vila almadense a ser afetado, sofrendo o abatimento de algumas torres e dos panos de muralha. A sua recuperação iniciou-se em 1760, tendo sido ordenado a demolição de um dos edifícios que se encontrava dentro do terreno «pertencente à fortificação do castelo» (SOUSA, 1981: 67).

Aquando da construção das linhas de defesa da margem sul, em 1810, a fortaleza acabaria por sofrer significativas modificações, passando a constituir o forte nº 1 da segunda linha de defesa. Resultou destas alterações o atual aspeto semicircular da sua planta, que tinha como propósito o cruzar fogo com outros fortes mais próximos da 1ª linha, e com estes estabelecer, consequentemente, uma defesa da margem de um possível e iminente ataque francês. A sua importância militar não se prolongaria durante muito tempo, perdendo-a a partir de 1825, ficando desartilhado até ao ano de 1831, aquando do ataque da esquadra de Roussin, em que os absolutistas pretendiam reativá-lo, reconvertendo-o à sua função principal de fortificação marítima (SOUSA, 1981: 68).

Outra das principais estruturas defensivas é o Forte de Santa Luzia, também conhecido como Forte de Cacilhas, integrante num conjunto de quatro fortes construídos durante o reinado de D. Pedro II, entre 1668 e 1706. Alguns autores admitem que estaria

sobreposto a uma fortificação mais antiga, contudo ainda não foram encontrados dados ou documentação que o comprovem (SOUSA, 1981: 60).

Os edifícios religiosos, sobretudo as igrejas, são fundamentais no desenvolvimento da organização da vila de Almada, na medida que estes eram os locais onde a população se congregava e no seu interior e imediações eram constantemente enterrados membros da população. Os templos localizam-se sobretudo em áreas de acesso fácil e centrais, nomeadamente a Rua Direita ou as imediações do Castelo.

A Igreja de Santa Maria do Castelo (ou Igreja de Nossa Senhora da Assunção) é um dos edifícios que gera maior discussão e confusão entre autores, sobretudo se Santa Maria do Castelo e Assunção seriam, ou não, a mesma igreja. Os dados que possuímos sobre a primeira igreja remontam ao ano de 1443, através de um documento da chancelaria régia de D. Afonso V. Neste documento, o escrivão Lopo Afonso fica encarregado da administração de uma capela pertencente a João Gonçalves, alcaide de Almada, e de sua mulher. Contudo não existem mais documentos ou dados que nos permitam determinar a data da sua fundação. A notícia mais completa do qual temos conhecimento, foi redigida pelo Frei Agostinho de Santa Maria, no seu livro *Santuário Mariano*, editado em 1707, e no qual se encontra expresso que a igreja era a sede de freguesia de Nossa Senhora da Assunção (SOUSA, 1984: 21-24; SOUSA, 1984/85: 37-38).

Para além destas informações sabe-se que foi alvo de remodelações durante o reinado de D. João V, sendo as últimas notícias, de que se têm registo, datarem do século XVIII, e que nos dão conta que esta foi afetada e destruída com o terramoto. Surge uma grande confusão e debate por parte de vários autores sobre a localização desta, em que se localizaria dentro da fortificação devido ao «castelo» no nome, outros defendem que estaria fora, no local dos Paços do Concelho (SOUSA, 1984: 21-24).

Na Torre do Tombo, existe um processo relacionado com a reconstrução do edifício e que se encontrava no espólio do *Ministério do Reino: Mesa da Consciência e Ordens*, datado de 13 de julho de 1772, onde se encontra expresso a petição feita pelo respetivo pároco, com os pareceres do arquiteto encarregado da obra de reconstrução e do corregedor do Mestrado da Ordem de Santiago, juntamente com uma planta do castelo elaborada pelo técnico e um conjunto de esboços para o novo edifício a ser edificado noutra localização (FERNANDES, 1993: 11). Na planta elaborada é possível identificar

o local da igreja destruída com o traçado das muralhas, mas através da análise da documentação e das fontes históricas concluiu-se que a igreja não voltou a ser reconstruída, apesar da petição e da existência de um projeto idealizado que a colocava próxima da entrada do castelo (FERNANDES, 1993: 114-115).

A Igreja de Santiago foi edificada nos inícios do século XIII, fora da muralha original do Castelo, num período de grande crescimento demográfico e de desenvolvimento da malha urbana. Acabaria por ser alvo de várias alterações, e reedificada em 1724, segundo as indicações do padre-arquiteto Francisco Tinoco da Silva (responsável pelo desenho do portal e do retábulo da capela-mor). Em 1755, com o terramoto, esta foi uma das igrejas que sofreu danos, como descreve o prior da igreja José Salgado de Araújo, nas *Memórias Paroquiais* de 1758 “de mediana grandeza, sem naves, toda a azulejo antigo, exceto o da capela-mor, que é moderno”<sup>67</sup> (SOUSA, 1984/85: 37-38).

Outras igrejas, a mencionar, são a Igreja da Misericórdia, cuja origem do edifício poderá remontar ao século XII, sendo o primeiro nome atribuído a este edifício o de Albergaria dos Palmeiros, que tinha como propósito/destino acolher peregrinos e viajantes. Mais tarde, seria acrescentada a este edifício uma gafaria, aparecendo este como casa de auxílio aos leprosos referido num tombo de bens de 1418 com o nome Casa dos Gafos de Cacilhas, tendo como o santo protetor S. Lázaro (protetor dos leprosos). Contudo no tombo de 1505 o edifício aparece referido como Albergaria de São Lázaro (sendo da mesma altura o tombo e compromisso do Hospital de Santa Maria de Almada, que data do século XIV) (BARROS, GOUVEIA e GOMES, 1984: 79-80; BARROS e RAPOSO, 1894; DIAS, CASIMIRO e GONÇALVES, 2017). Em maio de 1555, foi fundada a Misericórdia em Almada acabando por absorver as duas instituições, recebendo em 1562 uma provisão régia concedendo-lhe o hospital, e em 1569 a albergaria (BARROS, GOUVEIA e GOMES, 1984: 80; BARROS e RAPOSO, 1984; DIAS, CASIMIRO e GONÇALVES, 2017).

A Igreja do Bom Sucesso, construída de raiz em 1759, substituindo uma ermida evocativa a Santa Luzia destruída em 1755, caracteriza-se por possuir uma fachada de inspiração barroca, com frontão triangular ladeado por torres sineiras. O seu interior é

---

<sup>6</sup> <https://www.uf-acppc.pt/territorio/patrimonio/1975-igreja-de-santiago> [consultado a 15/01/2021]

<sup>7</sup> <https://almada-virtual-museum.blogspot.com/search?q=igreja+de+santiago> [consultado a 15/01/2021]

composto por um coro alto, uma nave e capela-mor, e nas paredes de uma das suas torres é possível observar dois relógios de sol, e as paredes internas possuem azulejos azuis e brancos que datam da segunda metade do século XVIII, com cenas alusivas à vida de Nossa Senhora<sup>8</sup>.

A Ermida do Espírito Santo parece ter resistido ao terramoto de 1755 devido às suas características arquitetónicas, que lhe conferiram resistência e sofreu apenas alguns estragos. A primeira referência a este edifício remonta ao ano de 1478, num registo de uma visita da Ordem de Santiago a Almada, onde se encontram enumerados os seus ornamentos e a sua possível localização “*Vesitaram os ditos visitadores há ermidas de SSanto Espirito que he dentro na ditta vila d’almadaa*”. O único facto concreto que sabemos é que estaria sob a administração da Igreja de Santa Maria do Castelo (ANTÓNIO e HENRIQUES, 2012: 150-151).

Através da documentação, podemos concluir que a Ermida terá sido bastante utilizada como local de enterramento após 1775, e que perderia o seu estatuto de sede de freguesia nos finais do século XVIII, passando deste modo a ser uma filial e a ser utilizada apenas para inumações pontuais. Nos finais do século XIX, acaba por ser dessacralizada, apesar de ainda pertencer à Igreja Católica, que arrenda o edifício como sede da Academia Almadense, entre 1919 e 1942 (ANTÓNIO e HENRIQUES, 2012: 154).

Também há que referir o Seminário de São Paulo, fundado em 1569 por Frei Francisco Foreiro, como Convento Dominicano de São Paulo de Almada, onde viria a ser enterrado em 1581. Aquando do terramoto de 1755, a igreja deste complexo religioso torna-se a sede paroquial de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Assunção do Castelo como consequência da destruição da igreja medieval. Esta alteração fez com que a Igreja de São Paulo fosse alvo de imediata restauração. Passados dez anos após o terramoto os Frades Pregadores acabaram por abandonar o Convento, na medida que as condições aqui não voltaram a ser as mesmas. Em 1775, os Dominicanos acabariam por vender a quinta a um industrial francês, François Palyart. A casa conventual surge novamente na documentação em 1776

---

<sup>8</sup>[http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus\\_destaquas\\_detalhe=43367641&cboui=43367641](http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus_destaquas_detalhe=43367641&cboui=43367641) [consultado a 04/12/2019]

como pertencente às Ordens Militares, e novamente referida a venda ao industrial francês que a adquiriu<sup>9</sup>.

A igreja e uma das alas do convento acabariam por ficar sob alçada da paróquia, ficando por isso livres do decreto de extinção das Ordens Religiosas de 1834, não passando os bens para a posse do Estado visto esta já não pertencer a uma ordem religiosa. Contudo, este estatuto acabaria por ser alterado no ano seguinte com a incorporação da paróquia de Nossa Senhora da Assunção na de Santiago de Almada, acabando por ficar aos cuidados da irmandade do Rosário<sup>10</sup>.

Em relação a palácios, são poucas as evidências que possuímos da sua presença no centro urbano de Almada anteriores ao século XIX, visto que a maior parte das elites viveria em quintas. Daqueles que ainda são observáveis na malha urbana temos a destacar o Palácio da Quinta Cerca, do qual não se possui dados concretos sobre a sua fundação, mas admite-se que tenha pertencido aos Dominicanos, na medida que possuíam um elevado número de propriedades em redor do convento, e que poderá ter funcionado como hospício sob a regulamentação da Ordem. Segundo o relato do Prior Salvador Pereira de Matos, datado de 1756, é-nos possível colocar a hipótese que partes dos edifícios da quinta tenham ruído e que apenas tenha sido praticável a reconstrução daquilo que deu origem ao atual palácio, contudo existem documentos que sugerem a sua construção entre os séculos XVII-XVIII como possível moradia familiar de uma burguesia em ascensão (ESTEVES, 1993; ROSA, HENRIQUES e ANTÓNIO, 2017: 35).

Acerca da Casa Pargana, pouco ou nada se sabe sobre a sua história, ainda que o seu estilo arquitetónico surgira uma construção oitocentista. Foi pertença da família Júdice Pargana, até ter sido doada à Câmara Municipal de Almada, onde funciona atualmente o Arquivo Municipal<sup>11</sup>.

E por último, a Quinta do Almaraz em que a sua primeira referência documental data de 1757 como pertença do tabelião Almadense António de Lima Barbosa e aforada a Álvaro Ferreira das Neves. Em 1801 passa a ser propriedade de Anselmo José da Cruz Sobral, um dos antigos conselheiros da Junta de Comércio durante o tempo do Marquês

---

<sup>9</sup> <http://smspaulo.diocese-setubal.pt/#> [consultado a 04/12/2019]

<sup>10</sup> <http://smspaulo.diocese-setubal.pt/#> [consultado a 04/12/2019]

<sup>11</sup> <https://www.uf-acppc.pt/territorio/patrimonio/1954-casa-pargana-arquivo-historico> [consultado a 04/12/2019]

de Pombal. Acabará por ser através do processo de herança que esta passa a propriedade do Conde de Penamacor (CAPOTE *et. al.*, 2020).

Por fim, há que fazer referência à frente ribeirinha da vila almadense, sendo Cacilhas uma zona de travessia pelo menos desde a Idade Média. Aqui os barcos transportavam pessoas e bens para a outra margem do Tejo. Esta zona será alvo de um franco desenvolvimento na segunda metade do século XIX, aquando da instalação de diversas indústrias e armazéns, que para ali se deslocaram. É aqui que começam a proliferar inúmeros armazéns de isco e frigoríficos, de apoio aos navios de pesca, oficinas e armazéns de aprestos navais; fábricas de conserva de peixe, cortiça, óleo de fígado de bacalhau, de moagem, de cal; estaleiros navais, etc. (RODRIGUES, 1998: 65).

Muitos dos testemunhos deste período de mudança ainda permanecem hoje em dia, alguns desses exemplos marcantes são o caso do Cais do Ginjal, onde se encontravam armazéns, nomeadamente da família Theotónio Pereira, e o estaleiro naval da *Parry&Son*. Também o pontal de Cacilhas, que se tornou uma zona de particular importância, uma vez que era onde se fazia a ligação entre a margem sul e Lisboa/Belém em barcos a vapor, com a criação da Empresa de Vapores Lisbonense (GONÇALVES, 2000).

Em suma, podemos observar que o crescimento da vila de Almada se registou lento desde o século XVII até meados do século XIX, tendo sido gravemente afetado pelo Terramoto de 1755, que conduziu a diversas obras de reconstrução e a alterações necessárias que se arrastaram até ao primeiro quartel do século XIX, mas que pouco alteraram o cenário de expansão da área que já existia nesta vila. O lado nascente deste núcleo, compreendido entre a Pedreira, situada na atual Rua Elias Garcia descendo até Cacilhas, que corresponderia à Rua Direita na antiga malha urbana, registou um ligeiro crescimento e o surgimento de novas casas. No lado poente a expansão ocorreu no sentido da estrada principal, em que as casas avançaram umas escassas centenas de metros entre o período de 1755 e 1847, no lado norte esta ocorreu de uma forma muito mais apressada e significativa seguindo de forma paralela a linha da cerca, registando-se assim um avanço de cerca de duas a três dezenas de metros (SOUSA, 1984-85: 37).

Estas alterações são possíveis de verificar nos registos cartográficos existentes, nomeadamente numa planta datada de 1883, na qual se pode verificar ainda a presença da muralha do castelo, pelo menos no lado norte da vila, traçado que se encontra representado nas gravuras que datam cerca de 1829-1832. Outro documento fotográfico,

de 1863, demonstra-nos a ocorrência de um movimento de expansão populacional para sul, algo pouco significativo em comparação com o que tinha ocorrido no sentido este-oeste (SOUSA, 1984-85: 38; ROSA, HENRIQUES e ANTÓNIO, 2017: 39).

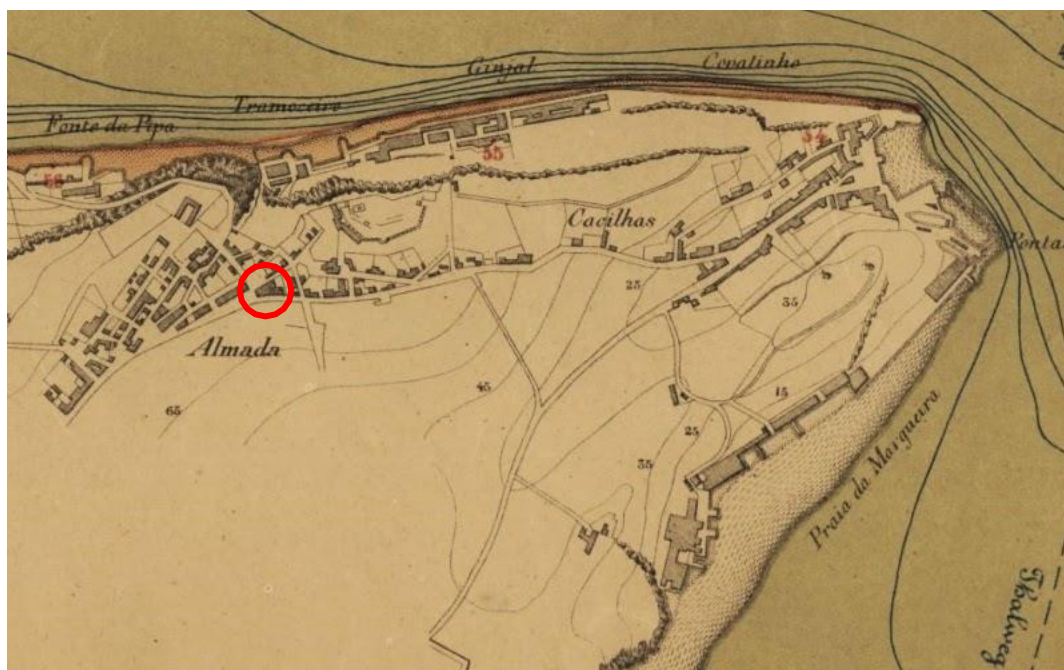


Figura 1. Planta do Rio Tejo e as suas margens (1833). A vermelho a localização do edifício dos Paços do Concelho (Biblioteca Nacional de Portugal, 2020)

Demograficamente a população cresce na segunda metade do século XIX, como consequência da industrialização da zona ribeirinha, e da instalação da Firma de Hugo Parry, na zona do Ginjal em 1863, tornando o concelho de Almada numa zona industrial de destaque a partir dos finais do século XIX (RODRIGUES, 1998: 65; MILHEIRO, 2012: 55). Este crescimento começou a ocorrer no sentido sul conduzindo a uma alteração da estrutura económica da vila que tinha como base a agricultura e que impusera a linha este-oeste como linha de comunicação principal (SOUSA, 1984-85: 37-38). Na zona ribeirinha, começaram a proliferar inúmeros armazéns, criando desta forma um novo rumo para o concelho, que ficou marcado por uma nova dinâmica de desenvolvimento na zona de Almada. Este processo de industrialização, como já foi referido, provocou um crescimento da vila, que se expandiu para noroeste e possibilitou o despontar de um novo núcleo populacional, a Cova da Piedade, Cacilhas, Pragal e Laranjeiro (Fig.1) (RODRIGUES, 1998: 65).

## 4 O sítio arqueológico dos Paços do Concelho

### 4.1 Localização e contexto histórico-arqueológico do sítio

O sítio arqueológico em estudo, os Paços do Concelho (CNS: 3183) (Fig.2) encontra-se localizado na União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, concelho de Almada, distrito de Setúbal (**Anexo B: 2**), apresentando as seguintes coordenadas geográficas N 38° 40' 59.4" W 9° 9' 27.4".



Figura 2. Paços do Concelho, Almada (Infinito's, disponível em: <http://metoscano.blogspot.com/2012/03/para-observar-e-comentar.html> [consultado a: 04/12/2020])

O local onde se encontra o sítio dos Paços do Concelho era uma zona residencial durante o século XVIII. Ainda que as implicações do Terramoto de 1755 na organização da Vila ainda estejam por sumariar, sabemos que muitos dos edifícios sofreram danos irreparáveis, podendo tal ter acontecido ao edifício que se encontrava no local onde foi realizada a intervenção arqueológica. No Arquivo do Cartório Notarial de Almada, existe um contrato, assinado em 26 de Março de 1757, entre António Serrão Dinis de Oliveira “que vive das suas fazendas, morador em Vila Verde dos Francos, contratou Bernardo António, mestre pedreiro e Manuel de Barros, mestre carpinteiro, moradores nesta vila de Almada, para as obras de reedificação de suas casas da mesma vila, que se tratam de casas nobres contíguas à igreja da Misericórdia, e cuja obra deverá estar finda até ao dia de São João Baptista do presente ano” (ADSTB, Cartório Notarial de Almada, Cx 44044, Liv 118, fl. 79). Ainda que o atual edifício dos Paços do Concelho se encontre contíguo à



Misericórdia, não sabemos se este documento se refere diretamente ao sítio onde foram exumados os materiais, apesar de manifestar claramente o quão destruída ficou aquela zona da vila.

O edifício surge na documentação referido como edificação do Poder Local, no interior do qual existiu uma prisão e um tribunal. Localiza-se na atual, Praça Luís de Camões, antiga Praça Velha, enquadrado assim na malha urbana, na qual se eleva no topo de um quarteirão, entre dois arruamentos, um deles, a antiga Rua Direita e o outro a Travessa que vai para o Castelo (Fig.3).



Figura 3. Paços do Concelho, Almada (c.1900) (Almada Virtual, disponível em: <https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/01/os-pacos-do-concelho.html> [consultado a 04/12/ 2020])

O edifício encontra-se adossado a construções de menor tamanho e à Igreja da Misericórdia. Estima-se que o edifício, na sua traça atual, seja resultado de uma reconstrução que ocorreu em finais do século XVIII. Existe uma inscrição no sino do relógio, oferta de D. Maria I, com a data de fundição, 1795, daí se deduzir que esta seja a data da sua re-inauguração<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> <https://www.uf-acppc.pt/pag.asp?c=3&sc=4&p=18&t=pagina> [consultado a 04/12/2020]

<https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/01/os-pacos-do-concelho.html> [consultado a 04/12/2020]

O Livro 2º Tombo da Vila de Almada contém um auto de medição das Casas Nobres da Câmara produzido a 1 de Agosto de 1796 onde consta que o edifício servia de “camara, aposentadoria dos Ministros, e Cadeya”. A descrição do edifício em finais do século XVIII é de um detalhe impressionante. E os medidores “*medindo esta propriedade declaraõ que a mesma se compunha de loges, primeiro e segundo andar, e aguas furtadas, as loges servem de cadeya dos homens e mulheres, com seo segredo, cavalharice e palheyros, o primeiro andar tem Caza de Camara, outra Audiencia, sala livre, e várias alcovas, o segundo andar tem varias cazas repartidas que servem para aposentadoria dos Ministros que vem a esta vila em delligencias do serviço de Sua Majestade, e as aguas furtadas tem varias cazas em que abota o carsareiro. No meyo desta propriedade tem hum Torre com o seo Rellogio que mostra as horas em todas as quatro frentes, com dois sinos, um dos quartos, outro das horas; tem a Cadeya dos homens tres janellas pera a Rua Direyta e hum para a Praça; a das Mulheres, tem hua só para a praça. A frontaria desta propriedade hé para o Largo da Praça, para onde tem hum baranda de pedra, com dous lanços de escada, tudo guarnecido de grades de ferro, que hé serventia do primeiro andar, e por sima da porta que fica na baranda tem as armas Reaes abertas em pedra, a Caza da Camara tem para a Rua Direyta tres janellas e pera a praça duas, a Caza da Audiencia tem pera a praça duas janellas, e para a Travessa que vay para o Castello tem duas, tem mais hua janella no patamal da escada que vay para o segundo andar, a salla livre tem duas janellas para a dita Travessa, o Segundo Andar tem para a Rua Direyta da Mizericórdia trez janellas, para a Praça sinco, e pera a Travessa outras sinco, as Aguas furtadas tem hua trapeira pera a parte do mar e a ilhargá desta duas janellas, hua pera o Nascente, outra pera o Poente, e tem mais para o Nascente duas frestas com grades de ferro. E sendo medida declaraõ que correndo do Nascente para o Poente, pella parte do Norte que parte com Travessa que vay para ao Castello, de cunhal a cunhal tem quinze varas e sinco quartas de palmo e na nesta mesma parte tem a tabolleyra de escada sinco varas tres palmos e meyo, e correndo do Norte para o Sul pella frontaria desta propriedade que parte com a praça, tem onze varas e quatro palmos e meyo, e do Nascente para o Poente pella parte do Sul, que tem frente com a Rua Direyta chamada da Mizericordia, no tabolleyro da escada, tem sinco varas e tres palmos e meyo, e de cunhal a cunhal sete varas e quatro palmos, e finalmente do Sul para Norte a findar onde principiou esta medição, que confronta com cazas da Igreja da Mizericordia pella parte do Nascente, tem seis varas e quatro palmos, e nesta frente forma hum angullo recto e delle destrocendo do nascente a POente tem oyto varas e seis*

*palmos onde froma outro angullo recto, e delle correndo para o Norte tem onze varas e tres palmos, e as varas são todas de sinco palmos cada huma”* (AMA, Tombo da Câmara Municipal, Livro 2º).

Apesar desta descrição detalhada, a história do sítio e do edifício dos antigos Paços do Concelho encontra-se ainda por escrever. A arqueologia pode dar algumas valiosas indicações sobre o que se passava naquele local em concreto, bem como uma visão económica, cultural e social da área envolvente.

A intervenção arqueológica que foi levada a cabo nos Paços do Concelho, entre 1984 e 1985, resultou das obras de transformação/remodelação do mesmo, sendo realizadas duas sondagens no piso térreo, nas duas salas situadas na ala Sul, e que foram designadas de Sala 1 e Sala 2. Em relação aos trabalhos arqueológicos apenas temos acesso a uma pequena publicação sobre a mesma, visto não existir relatório de escavação ou planta. Os registos que possuímos, nomeadamente fotográficos, são escassos e encontram-se a preto e a branco. Relativamente aos registos gráficos, mesmo que os desenhos das plantas e dos cortes, com a respetiva estratigrafia, tenham existido, apenas sobrevive um desenho do corte transversal de um dos sectores (Sala 1).

As escavações realizadas na Sala 1 permitiram detetar um pequeno silo (**Anexo B: 3**), com uma profundidade máxima de 0,650 metros e de diâmetro máximo 0,900 metros. O espólio daqui recuperado é escasso, contudo é possível inferir que a estrutura foi entulhada algures em finais do século XVII, tendo fragmentos de faiança, porcelana, cerâmica não vidrada diversificada, vidros, azulejos policromos, fragmentos de cachimbos, e uma moeda que data do reinado de D. Pedro II (1683/1706). Apesar da quantidade de fragmentos, as peças encontram-se muito fragmentadas, levando a concluir que seja resultante de uma deposição secundária, ou seja, é possível que este silo já se encontrasse abandonado e tivesse sido colmatado apenas durante os finais do século XVII. Ao lado desta estrutura foi identificada uma canalização que datava do século XX (BARROS, 1984: 26-27).

Os trabalhos desenvolvidos na sala contígua, a denominada Sala 2, possibilitaram a identificação de um cano de esgoto imediatamente abaixo do pavimento, de caixa em pedra que poderia ter estado em atividade até há poucas décadas (Fig.4), antes da realização dos trabalhos arqueológicos no próprio edifício (**Anexo B: 4**). Esta canalização atravessava uma estrutura de maiores dimensões, que se caracterizava por possuir uma

abóbada em tijoleira, à qual faltava a parte superior, que poderá ter sido destruída com a construção/implementação da canalização e do pavimento. É provável que, com o passar dos anos, aquele cano se tivesse deteriorado acabando por deixar cair água da canalização por cima dos materiais de entulhamento que se encontravam por debaixo. Esta é uma das sugestões dadas pelo arqueólogo responsável para a impossibilidade de uma leitura e análise mais cuidada das moedas encontradas, devido ao seu estado fragilizado (BARROS, 1984).

A estrutura encontrada por debaixo do pavimento e do cano de esgoto, ocupava a totalidade da sala, tendo sido interpretada pelos arqueólogos responsáveis como sendo uma cisterna. O seu abandono e colmatção aparenta ter sido realizada num único momento. Não existem quaisquer dados disponíveis que nos permitam inferir sobre as suas dimensões ou o seu aparelho construtivo pelo que não sabemos se seria aparelhada somente com tijolo ou se recorreria a outra técnica construtiva.

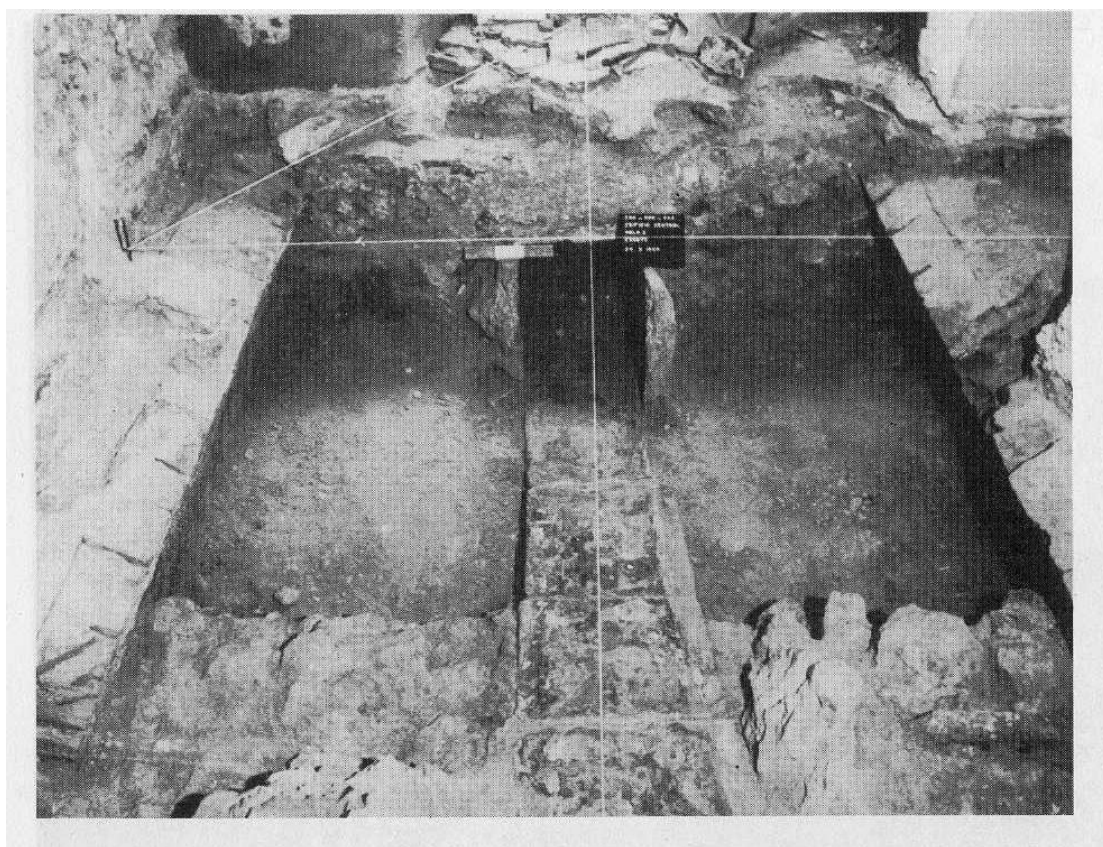


Figura 4. Aspeto de uma das fases de escavação da Sala 2 (seg. BARROS, 1984)

## 5 Cultura Material

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo da coleção exumada na escavação desenvolvida no início da década de 80 da passada centúria, no interior do edifício dos Paços do Concelho, em Almada. É um estudo que permitiu tirar algumas conclusões sobre o que seria usado nas casas da vila de Almada nos inícios do XIX, o que existiria à disposição da população durante aquele período e, também, perceber quais as condições económicas daquelas pessoas. Tentar-se-á, igualmente, compreender o tipo de sociedade que ali residia e as suas manifestações culturais, com base nas evidências materiais.

Não é de todo impossível que parte do que foi depositado no interior da cisterna fosse oriundo das atividades que se passavam dentro do próprio edifício, sobretudo tendo em atenção que a sala 2 pertenceu certamente a uma das salas da prisão que ali existia. Contudo, é do conhecimento geral que, por norma, os entulhamentos são rápidos e feitos num único momento, pelo que a necessidade de lixos fazia com que se recolhessem os lixos que existiam nas imediações não sendo possível afirmar com certeza absoluta a sua origem.

A divisão metodológica da coleção foi efetuada tendo em conta as diferentes tipologias materiais, nomeadamente cerâmica, vidro, metais e objetos em osso (Fig.5). Os objetos metálicos, em ferro, e numa fase de deterioração avançada, não foram incluídos no presente estudo. Devido à sua variabilidade, dentro do grande grupo da cerâmica procedeu-se à sua subclassificação em cerâmica não vidrada, cerâmica revestida a vidrado de chumbo, cerâmica revestida a vidrado de estanho, e grés e caulino (ao qual, correspondem exclusivamente os cachimbos).

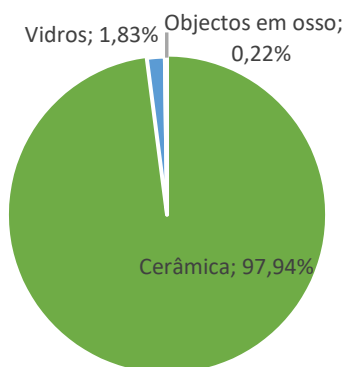


Figura 5. Gráfico Percentual do Conjunto Material

Apesar da seguinte divisão ter em mente a utilização destes objetos no seu contexto doméstico, nomeadamente se seriam louças de cozinha, mesa, armazenamento, ou outras funcionalidades, essa classificação e a sua importância será sobretudo mencionada na discussão desta tese.

## 5.1 Cerâmica

Após uma exaustiva análise de 4379 fragmentos e peças inteiras exumados da escavação, observamos que 66,11 % (ou seja, 2895 fragmentos) corresponde a louça não vidrada, 335 fragmentos (7,65 %) correspondem a louça com uma ou duas das superfícies revestidas a vidro de chumbo, 1091 fragmentos correspondem a louça revestida a vidro de estanho (24,91%), 11 fragmentos correspondem a porcelana, 8 fragmentos corresponde a louça produzida em grés (0,18%) e 48 fragmentos correspondem a cachimbos em caulino (1,1%) (Fig.6).

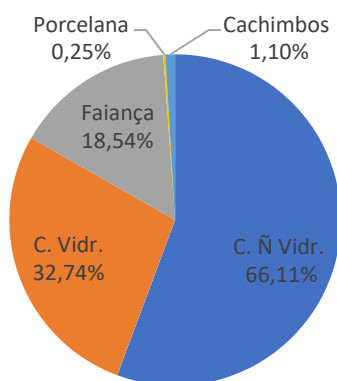


Figura 6. Gráfico percentual do conjunto cerâmico

Após a primeira contabilização, e para melhor compreensão, procedeu-se à separação das peças, dentro do possível, segundo a sua forma, um aspeto fundamental na análise e estudo das cerâmicas utilizadas em ambientes domésticos. A ordem de apresentação destes objetos nesta dissertação tem em consideração a forma com maior incidência, conclusão que se obteve através da contabilização do Número Mínimo de Indivíduos (NMI) (Fig.7).

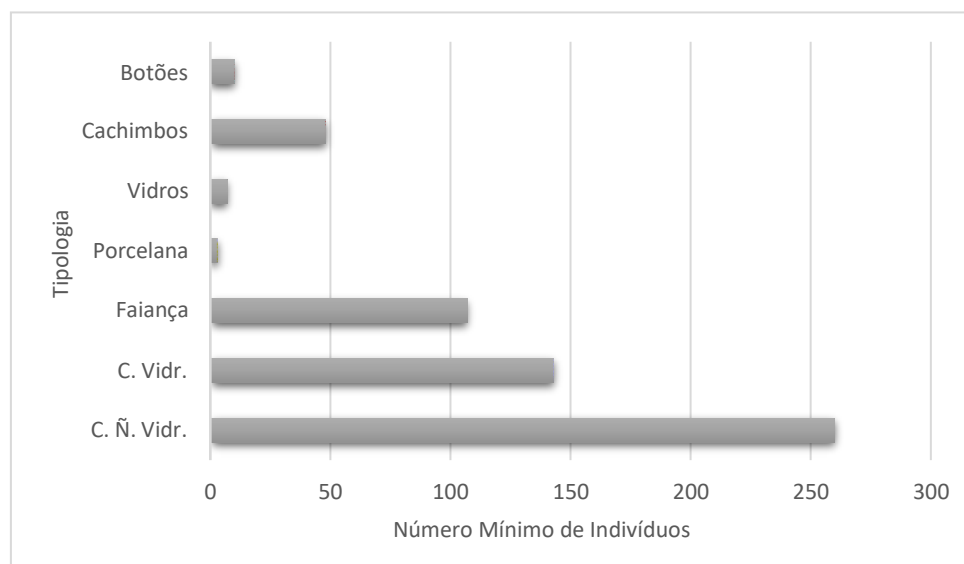


Figura 7. Número Mínimo de Indivíduos pelas diversas tipologias

#### 5.1.1 Cerâmica Não Vidrada

Consideramos como sendo cerâmica não vidrada todas as peças que não possuem qualquer revestimento em qualquer das superfícies, incluindo, no entanto, cerâmicas brunidas ou com decoração.

Correspondem sobretudo a recipientes de produção local ou regional. Esta designação generalista responde à dificuldade que temos na distinção entre as peças produzidas em Almada, Lisboa ou na zona do Barreiro. As pastas são muito semelhantes e apenas diferenças morfológicas nos permitem distinguir centros produtores. Contudo, como não existem muitos estudos sobre estas cronologias no território em análise, optámos por classificar estas produções como locais/regionais.

Nesta categoria de cerâmica não vidrada constam 2895 fragmentos, correspondendo a 260 objetos (NMI) (Fig.7). O estudo das peças foi organizado por importância numérica, no entanto, numa abordagem funcional foram reconhecidas diversas peças de ir à mesa, nomeadamente púcaros (70 exemplares), especieiros (2 objetos), copos (2 recipientes) e taças (1 exemplar) (**Anexo A: 4**). A louça de cozinha corresponde a frigideiras (61 exemplares), tigelas de fogo (56 exemplares), tachos (19 exemplares), tampas e testos (respetivamente 16 e 8 peças), fogareiros (4 exemplares), painéis (3 recipientes), assadores de castanhas (2 exemplares), travessas de forno (4 exemplares), caçoilas (2 exemplares) alguidares (1 exemplar) e medidas (1 peça) (**Anexo A: 3**). A louça de armazenamento conta com potes (4 recipientes) potes/talhas (6



exemplares), bilhas (3 peças), cântaros (1 recipiente) e jarros (2 recipientes) (**Anexo A: 5**). Relativamente a outros objetos destacam-se as candeias (dois exemplares) e mealheiros (1 exemplar) (Fig.8).

Os **púcaros** (Anexo C: 1) são a forma mais recorrente na louça não vidrada. A sua funcionalidade seria sobretudo o consumo de água, não obstante poderem ser utilizados noutras atividades, pelo que inserimos esta forma na louça de mesa. Na presente coleção contabilizaram-se pelo menos 70 objetos (NMI), de dimensões que variam entre os 9,35 cm e os 15,7 cm de altura. Possuem, tal como mencionado anteriormente, forma fechada, e corpo globular assente em fundo plano, provido de uma asa, e um bordo extrovertido de perfil semicircular, com diâmetro de bordo que varia entre os 6 cm e os 9,9 cm, e de fundo entre os 4 cm e os 7 cm. A sua forma é ligeiramente menos globular e são maiores que os seus congéneres de cronologia anterior que se apresentam como mais pequenos (BUGALHÃO e COELHO, 2017). Contudo não cremos que a sua funcionalidade se tenha alterado.

O número significativo destes recipientes, identificados em contextos arqueológicos, vai ao encontro com o tema já abordado por alguns autores sobre o facto das pessoas, independentemente as suas poses económicas, preferiam beber água, em recipientes de barro vermelho, devido às suas propriedades, conferindo um sabor considerado agradável (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146).

Não se sabe ao certo aquando é que esta forma começou a ser produzida em Portugal, talvez já remontando à Idade Média, mas o hábito de beber água a partir de recipientes de cerâmicos não vidrados desenvolve-se em grande escala a partir do século XV, momento em que o número destes recipientes regista um aumento significativo, segundo os registos arqueológicos. No século XVII a sua produção não se destinaria apenas para o consumo nacional, mas como também para as colónias portuguesas, outros países europeus e as suas colónias (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146).

Não se sabe ao certo se outros líquidos seriam ingeridos a partir dos púcaros, contudo, a documentação histórica deste período faz menção do uso destes no consumo de água e das suas propriedades (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146).

A preocupação dos consumidores em torno deste objeto centra-se em mantê-lo “novo”, “saboroso” e que continue a purificar e a libertar os aromas, “*like sunburnt earth exhaling after a rainfall*” (Magalotti, 1695), e que se encontra expressa em diversa



documentação. Quando estes acabavam por ficar “velhos” e perderem as suas propriedades eram descartados, razão esta que os leva a ser encontrados nos contextos arqueológicos em número significativo, e muitos até completos (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146).

Em termos de distribuição, a nível mundial estes seriam produzidos em Portugal e exportados para diversos países europeus, tais como, Inglaterra, Espanha, Países Baixos e Alemanha. O seu uso era generalizado por toda a população, independentemente a sua classe social e o seu poder económico (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 151).

A forma mais representativa no conjunto das louças de cozinha é a **frigideira** (Anexo C: 2), com 61 exemplares (NMI). Apresenta marcas de exposição e utilização ao lume. Trata-se de uma forma aberta, de bordo extrovertido e direito de perfil semicircular, assente num fundo ligeiramente côncavo ou plano, provido de duas asas de pequena dimensão. O diâmetro do bordo varia entre os 16 cm e os 25 cm, e o diâmetro do fundo pode variar entre os 13,8 cm e os 21 cm, e em termos de altura pode variar entre os 13 cm e os 21,4 cm. São parcamente referidas/mencionadas na documentação, e sempre associadas ao ato de frigar ou aos fritos, mas também seriam levadas ao forno (CASIMIRO, 2020: 234).

As **tigelas de fogo** (Anexo C: 3) com 56 exemplares (NMI) são igualmente uma forma recorrente. Apresentam sinais terem estado expostas ao fogo e serem utilizadas na cocção de alimentos. A sua altura varia entre os 6,55 cm e os 12,3 cm, e o diâmetro do bordo varia entre os 17 cm e os 29 cm. O diâmetro do fundo varia entre os 6 cm e os 15,5 cm. O bordo é extrovertido com perfil semicircular e, por vezes, apresenta uma carena e possui um fundo plano. A espessura das paredes varia entre os 0,2 cm e os 0,4 cm.

É um recipiente difícil de classificar pois muitas destas formas aparecem nos trabalhos arqueológicos com diferentes designações. Relativamente ao que aqui se convencionou designar de tigelas de fogo é uma forma que não encontrámos publicada em mais lado nenhum, pelo que estudos comparativos não foram possíveis de efetuar.

Na documentação, são uma forma referida várias vezes, sendo até possível distinguir a partir da segunda metade do século XVI, produções destinadas ao consumo e à preparação de alimentos. Em 1573, encontra-se mencionado em Coimbra, produções foscas de “tijelas para gente”, “maiores para comer em companhia de gente”, “para salgar

carne que leve três pintas” e “tijelas de fogo [...] de barro bem cozido e forte” (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Encontra-se referida em 10 receitas do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* através dos cadernos dos manjares de carne, ovos ou de leite, sendo sempre expressamente referida, algumas vezes, como de fogo outras de alta, pequena, nova e de barro, conforme a receita (GOMES, 1996: 97).

Os **tachos** (Anexo C: 4) encontram-se presentes 19 exemplares (NMI). Caraterizam-se por serem formas abertas, de bordo extrovertido, na maioria das peças, de perfil semicircular, assente num fundo plano, e provido de duas asas triangulares. Em termos de medidas, estes variam, no diâmetro do bordo, entre os 23,2 cm e os 32 cm, no diâmetro de fundo entre os 11 cm e os 22,4 cm, e em altura entre os 11,65 cm e os 17 cm. Apresentam marcas de exposição ao fogo.

Sobre esta forma, existe alguma incerteza acreditando-se que seria distinta da panela, por possuir uma abertura maior e paredes mais baixas, de modo a permitir um acesso mais frequente aos alimentos durante a sua confeção (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Nos livros de receitas dos séculos XVII e XVIII esta forma é identificada por ser usada essencialmente para a preparação de refogados e estufados (CASIMIRO, 2020: 233). Surge no *Caderno das cousas de conservas*, como sendo utilizado para cozer as frutas e os legumes para as conservas, como também para ferver a própria conserva (GOMES, 1996: 96)

Foram recuperadas nesta intervenção 16 **tampas** (NMI) (Anexo C: 5 e 6b; 6d). Acrescenta-se a esta contabilização um exemplar, do que tem sido designado na literatura arqueológica, de prato-tampa (Anexo C: 6d). Sobre a primeira forma estas apresentam bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo em anel e provido de uma pega central. As medidas variam no diâmetro de bordo entre os 22,9 cm e os 34 cm. O exemplar de perfil completo possui de diâmetro de fundo 11,4 cm, e de altura 6,5 cm (Anexo C: 5). Sobre a segunda forma, o supramencionado prato-tampa, esta apresenta uma forma aberta, de bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo plano. Tem 24,9 cm de diâmetro de bordo, 10,2 cm de fundo e 6 cm de altura. Alguns destes objetos apresentam marcas de terem sido expostos ao fogo, levando a deduzir que

tivessem tapado recipientes que teriam sido cobertos com brasas (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Apesar de as referências ao uso de tampas na confecção de alimentos serem poucas na documentação, elas são ocasionalmente referidas no século XVIII, relativas a algumas receitas tais como, os “bofes de carneiro em moxinga” que deveriam ser confeccionados numa tigela de fogo, tapada (CASIMIRO e GOMES, no prelo)

Nesta coleção, os **testos** (Anexo C: 6a e 6c) correspondem a 8 exemplares (NMI). Caraterizam-se por possuir bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo plano, e provido de uma pega central. Em termos de medidas, o diâmetro de bordo varia entre os 13,8 cm e os 18 cm, o diâmetro de fundo varia entre os 6 cm e os 6,2 cm, e a altura varia entre os 1,9 cm e os 3,25 cm.

Na documentação o vocábulo testo apenas se encontra associado, na Taxa dos Oleiros de Coimbra de 1573, a contentores de líquidos, e na Taxa de Elvas de 1632 encontra-se referido “testos de panelas grandes” e “testos de potes” (CASIMIRO e GOMES, no prelo), pelo que a sua funcionalidade seria a de tapar recipientes.

No *Livro da Cozinha da Infanta D. Maria* o termo testo surge associado à forma panela, sendo referido em algumas receitas desta forma, por exemplo, «e então abafarão esta panela com um testo em riba» ou «e por-lhe-ão um testo e pô-la-ão no fogareiro ou em brasas (...)» (GOMES, 1996: 98).

Os **potes** (Anexo C: 7) são uma das formas recorrentes com 4 exemplares (NMI). Caraterizam-se por possuir uma forma fechada e bojuda, com um bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo e provido de duas asas. O diâmetro do bordo varia entre os 11 cm e os 11,6 cm, e o diâmetro de fundo varia entre os 9 cm e os 9,8 cm. Quanto à altura, apenas possuía do único exemplar inteiro, possui 17,8 cm. São relativamente pequenos pelo que a sua funcionalidade deveria estar reservada a reduzidas quantidades de bens.

Surge nos documentos regimentais de Coimbra, a discriminação de formas específicas para armazenar azeite, como “pote sendo bem grosso para azeite e bem cintado”, assumindo desta forma que o pote deveria estar destinado a ser usado em casas particulares. Já nos receituários são escassas as referências sobre as cerâmicas de armazenamento, sendo apenas indicado em *Arte de Cozinha* que as “Talhas de ovos” deveriam levar “água do pote” (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

O **pote-talha** (Anexo C: 8 e 9), nome que se convencionou chamar a recipientes de grandes dimensões, com 6 exemplares (NMI), caracterizam-se por possuir uma forma fechada e bojuda, com um bordo extrovertido e de perfil semicircular e com asas horizontais na sua parte superior junto ao bordo. O bordo possui um diâmetro que varia entre os 23,2 cm e os 30 cm, e assenta num fundo plano com um diâmetro de 22 cm (Anexo C: 9). Não é possível precisar ao certo o que esta peça armazenaria, poderia ser água como azeite, visto que a louça de armazenamento possui uma variedade de funções (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Ainda que não tenha sido possível reconstruir nenhuma peça com o perfil completo, a dimensão do bordo permite concluir que seriam peças grandes onde se efetuariam o armazenamento e de bens. O número significativo de exemplares de potes na coleção leva-nos a concluir que o abastecimento de água na vila almadense seria difícil, algo reforçado pela presença da própria cisterna onde estes objetos foram recuperados, forçando as pessoas a deslocarem-se a fontes/chafarizes ou poços e armazenando-a nas suas habitações dentro destes grandes recipientes.

Na documentação regimental de Lisboa encontramos referidas as formas associadas a louça vermelha, nomeadamente “talhas de água que serão iguais da grossura do barro com bons fundos e cheios (...)”. Já na documentação de Coimbra as nomenclaturas são muito próximas às de Lisboa, ainda que não se encontre identificado a utilização específica para o armazenamento de água descrevem-se algumas características formais de peças foscas, ou seja sem vidrado, como “talha grande com seu testo” (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Em relação às **travessas de forno** (Anexo C: 10 e 11), possuímos 4 exemplares (NMI) identificados. Esta peça apresenta uma forma algo invulgar e nunca foi reconhecida em outro contexto arqueológico. As quatro peças apresentam perfil completo, e as dimensões não variam muito. O diâmetro dos bordos oscila entre 20,7 cm e 22,2 cm, e o diâmetro dos fundos entre 11,6 cm e 16,4 cm. As alturas variam entre os 7,6 cm e os 8 cm. Pelas suas características, sobretudo a sua forma tosca e pasta pouco depurada, parecem produções locais, pouco cuidadas. Atendendo às marcas de fogo no seu exterior podem ter sido usadas na confeção de alimentos.

Nesta coleção surgem quatro exemplares de **fogareiro** (NMI) (Anexo C: 12 e 13), sendo que três deles encontram-se completos/restaurados, enquanto outro só possui a

base. Estes apresentam uma forma fechada, com um bordo introvertido de perfil semicircular, assentes num fundo plano, providos de duas asas. O corpo superior encontra-se separado por uma grelha do corpo inferior. Em termos de medidas, variam entre os 28,2 cm e os 31,2 cm de diâmetro no bordo, e os diâmetros do fundo variam entre os 7,3 cm e os 8,3. As alturas variam entre os 25 cm e os 29 cm.

A sua utilização na confeção de alimentos tinha como propósito manter um fogo brando, em que as peças no interior das quais eram confeccionados os alimentos assentavam na grelha de modo a estar em contacto com as brasas que estavam no corpo inferior, como se encontra referido em três receitas do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*: «numa panela (...) e pôr-lhe-ão um testo em cima e pô-la-ão no fogareiro ou em brasas, e sempre abafada», «então pô-lo-eis no fogo de fogareiro, e seja brando, e mexereis sempre (...)» e «então mexê-lo-eis muito e, depois de muito bem mexida, pô-la-eis sobre um fogo de fogareiro muito brando (...)» (GOMES, 1996: 96). É uma forma que se muito recorrente nos contextos arqueológicos desde a Idade Média até ao século XX (CASIMIRO, 2020: 234).

As **panelas** são outra das formas presentes e com a identificação de três exemplares (NMI). Caraterizam-se por possuir uma forma fechada, globular, com um bordo extrovertido de perfil semicircular, e assente fundo plano. Possuem de diâmetro de bordo aproximadamente 20 cm cada, e de diâmetro de fundo têm 14 cm.

Contrariamente ao que ocorre nesta coleção, é um dos objetos mais recuperados em contextos arqueológicos entre os séculos XV e XVIII, e na documentação que aborda a produção e utilização de recipientes surge como sendo um dos mais citados. Em 1556, em Coimbra encontra-se expresso que a panela pertence a “toda a obra que há-de servir de fogo”. Documentação relacionada com as despesas institucionais e domésticas de diversas casas, corrobora a heterogeneidade sobre as panelas, relativo aos variados contextos de utilização para além da cocção, como demonstra a despesa da Casa da rainha D. Catarina, em 1571, com a compra de três panelas vidradas para a botica, e de duas panelas usadas para transportar mantequilhas (CASIMIRO e GOMES, no prelo). Por outro lado, os receituários confirmam o uso deste objeto em processos de cozedura lenta em líquidos como cozidos ou ensopados quer seja de carne, legumes ou peixe, sob brasa, incluindo fogareiro, mas também era empregue em refogados (CASIMIRO, 2020: 234; CASIMIRO e GOMES, no prelo).

As **bilhas** surgem com três exemplares (NMI) identificados, ou seja, um fundo e duas bilhas completas (Anexo C: 14 e 15). Possuem tamanhos diferentes, uma com 23,6 cm e outra com 27 cm de altura. Apresentam forma fechada, com um bordo extrovertido de perfil semicircular, assentes num fundo plano e providas de uma asa. Em termos de diâmetro do bordo variam entre os 6,5 cm e os 7 cm, e em diâmetro de fundo varia entre os 7,9 cm e os 17,6 cm. A presença reduzida destes contentores de armazenamento de água, leva mais uma vez a reforçar a ideia de que o abastecimento de água nas habitações das pessoas, na vila almadense, seria difícil, levando-as a armazená-la em grandes recipientes ou em cisternas, e depois usar formas mais fáceis de manusear como a bilha ou o jarro e de servir água à mesa.

Foram recuperados dois pequenos **assadores de castanhas** (NMI), reconhecidos através da sua parte perfurada, o que não nos possibilitou retirar grandes conclusões relativamente à sua dimensão e à sua forma. Contudo, segundo o que a documentação nos indica estes teriam uma forma aberta, muito semelhante ao dos assadores que ainda hoje são utilizados, e surgem referidos na *Taxa do Ofício dos Oleiros de Coimbra* (CASIMIRO e GOMES, no prelo)

Em relação à **caçoila** (Anexo C: 16), foram identificados 2 exemplares (NMI), um dos quais com perfil completo, e um bordo. Caracteriza-se por ser uma forma aberta, com um bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo plano e provido de duas asas triangulares, a sua descrição é semelhante às dos tachos, contudo a sua diferença reside na altura. Os tachos são mais altos e a espessura das paredes é maior. Em termos de medidas, os dois exemplares variam no diâmetro de bordo entre os 26 cm e os 28 cm. A peça completa possui de diâmetro de fundo 14 cm, e 5 cm de altura.

Relativamente aos **jarros** (Anexo C: 18 c; 18f), apenas existem dois exemplares presentes (NMI), ambos possuem bordos extrovertidos e de perfil semicircular, e diâmetro de 7,6 cm. Um dos exemplares possui decoração incisa e uma asa, que arranca a meio do gargalo. Esta forma enquadra-se naquelas formas que tanto serviriam para armazenar como para servir líquidos à mesa, no qual se enquadram as “*almotolias*”, que eram jarros de várias capacidades que poderiam conter vinagre, azeite, outros líquidos e água. Surgem referidos no *Regimento dos Oleiros de Lisboa* na categoria da louça vermelha, junto dos púcaros, mas também jarros “grandes e pequenos” vidrados a verde e “grande de pé” em “branco de talaveira”. Em Coimbra, surge a denominação

“almutalia” tanto para produções foscas como vidradas e de várias capacidades se sumichas (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

O **especieiro** (Anexo C: 18a) conta com 2 exemplares (NMI) identificados, que possuem um bordo direito de perfil semicircular, assente fundo plano, forma aberta. Em termos de medidas o diâmetro de bordo é de 13 cm, de fundo é de 6 cm e de altura possui 2,8 cm. O termo especieiro surge referenciado na bibliografia especializada, mas também era conhecido como salseiras tendo em conta que inicialmente o seu nome advém da “salsa picada” que se colocaria nestas peças, e com a qual depois se “temperaria” parte da refeição. Mas com o tempo estas peças passaram a receber, também, mostarda tal como surge referenciado por Isabel Maria Fernandes, na sua análise aos Regimentos dos Oleiros (TORRES, 2011: 86-87). Surgem nos contextos arqueológicos, a partir dos inícios do século XVI, e são pequenos recipientes de diâmetros variáveis, que os arqueólogos julgam tratar-se do que a documentação designa como salseiras (CASIMIRO e GOMES, no prelo). A sua presença nos contextos arqueológicos, de cariz doméstico, é frequente, e a sua forma prevalece durante toda a Época Moderna e, como se confirma por este contexto, ainda utilizados nos inícios do século XIX.

Outra das formas presentes é o **copo**, com dois indivíduos (Anexo C: 18h), que servia para o consumo individual de líquidos à mesa. Dos dois exemplares identificados, sobreviveram apenas o fundo e parte do corpo das peças. O fundo é plano e com um diâmetro de 6,8 cm. Apesar de não ser inédito nos contextos arqueológicos a sua presença acaba por ser ofuscada pelos púcaros, que eram a peça de seleção por todas as camadas sociais para o consumo de água.

Também temos que fazer referência à existência de duas **candeias**, (Anexo C: 18b), peças que haveria em qualquer habitação, e que proporcionava iluminação através de recurso a azeite ou outro óleo combustível. O diâmetro do fundo varia entre os 6,4 cm e os 8 cm. Apresentam sinais de uso, e de exposição à chama.

Surgiu apenas um exemplar de **cântaro** (NMI) (Anexo C: 17) correspondendo a um fundo. Caraterizam-se estas peças quando recuperadas inteiras por possui um bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo plano. Em termos de diâmetro de fundo o exemplar possui 16 cm. Na documentação, nomeadamente no *Regimento de Oleiros de Lisboa* esta forma encontra-se associada à água, mas nas despesas da casa de D. Catarina encontra-se associada ao armazenamento de azeite (CASIMIRO e GOMES,

no prelo). Em termos arqueológicos, encontram-se entre as formas mais recuperadas nos contextos arqueológicos, possivelmente resultante da sua constante utilização (CASIMIRO e GOMES, no prelo). A sua fraca incidência no contexto aqui analisado pode estar relacionado com a presença dos grandes potes/talhas que poderiam conter muitos litros de água.

Em relação às **taças** (Anexo C: 18g) de cerâmica não vidrada, surgiu apenas um exemplar do qual apenas se possui o bordo, extrovertido de perfil semicircular, e porção do corpo. O diâmetro do bordo é de 14 cm. Era provida de duas asas e decorações incisas. Crer-se que esta peça se trate de uma peça moldada, uma vez que a utilização de moldes em peças decoradas permitia obter um resultado mais “normalizado” dos próprios motivos, e em que os espaços entre cada um deles é uniforme e a sua impressão na pasta acaba por resultar numa forma homogénea (RAMALHO e FOLGADO, 2002: 251-252). Os motivos decorativos utilizados são feitos através de incisões, uma vez que auferia decorações mais simples, mas profusamente aplicada na peça e que se verifica em contextos arqueológicos datados da Idade Moderna, um pouco por todo o país (GOMES *et al.*, 2013: 1059).

Em relação, ao **alguidar** (Anexo C: 19) apenas possuímos um indivíduo não vidrado (NMI), ainda que seja uma forma recorrente na cerâmica vidrada. Tem de diâmetro de bordo 40,5 cm, de diâmetro de fundo 21 cm, e uma altura de 12,5 cm. A sua forma é aberta e troncocónica, assente num fundo plano e com um bordo extrovertido de perfil semicircular, de modo a facilitar o seu manuseamento. Era a peça mais funcional na categoria dos recipientes que eram empregues na cozinha sem ser exposto ao lume, mas possui outras utilizações como comprovam os documentos de despesa, em que para a casa de D. Catarina eram comprados queijos, fruta e requeijões transportados em alguidares, sendo igualmente adquiridos vidrados, para a botica. Também o Hospital Real de Todos-os-Santos adquiriu um “alguidar grande vidrado para lavar roupa” e muitos “alguidarinhos para sangrar” (CASIMIRO e GOMES, no prelo). É mencionada como sendo uma peça com vários tamanhos, e que podia ser tanto em cerâmica não vidrada como vidrada (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Sobre as **medidas de capacidade** (Anexo C: 18d), identificou-se apenas um exemplar, do qual sobreviveu o bordo e parte do corpo. Tem de diâmetro de bordo 8 cm, e possui uma forma fechada, de bordo direito de perfil semicircular. Apesar de grande parte da documentação contabilística e culinária demonstrar que existia grande variedade



de vasilhames para medir, como tigelas, panelas ou púcaros, acabamos por encontrar em contextos arqueológicos medidas de capacidade em barro (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Encontram-se em contextos modernos em Portugal, sobretudo a partir dos inícios do século XVI aquando da uniformização e legislação por D. Manuel acerca da capacidade destes recipientes. Em termos tipológicos são recipientes simples, altos, de paredes retas e de fundo plano, por norma com uma asa mais próxima do fundo. Seria expectável que estas formas aparecessem associadas a contextos económicos, contudo todas as formas até agora recuperadas na cidade de Lisboa foram em contextos domésticos ou em lixeiras e aterros (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

A sua presença nas cozinhas portuguesas durante os séculos XVII e XVIII encontra-se documentada no registo de despesas da Casa de D. Catarina, no qual se encontra indica a compra de “uma medida de meia canada de barro para medir o azeite na dispensa” (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Foi recuperado um exemplo de **mealheiro** (Anexo C: 18e), que, como já foi referido anteriormente, é um recipiente fechado de pequena a média dimensão. O exemplar recuperado na coleção dos Paços do Concelho corresponde apenas à parte superior da peça, no qual podemos observar a pequena ranhura feita durante o processo de fabrico para a introdução das moedas, e possui uma pega em forma de botão no topo.

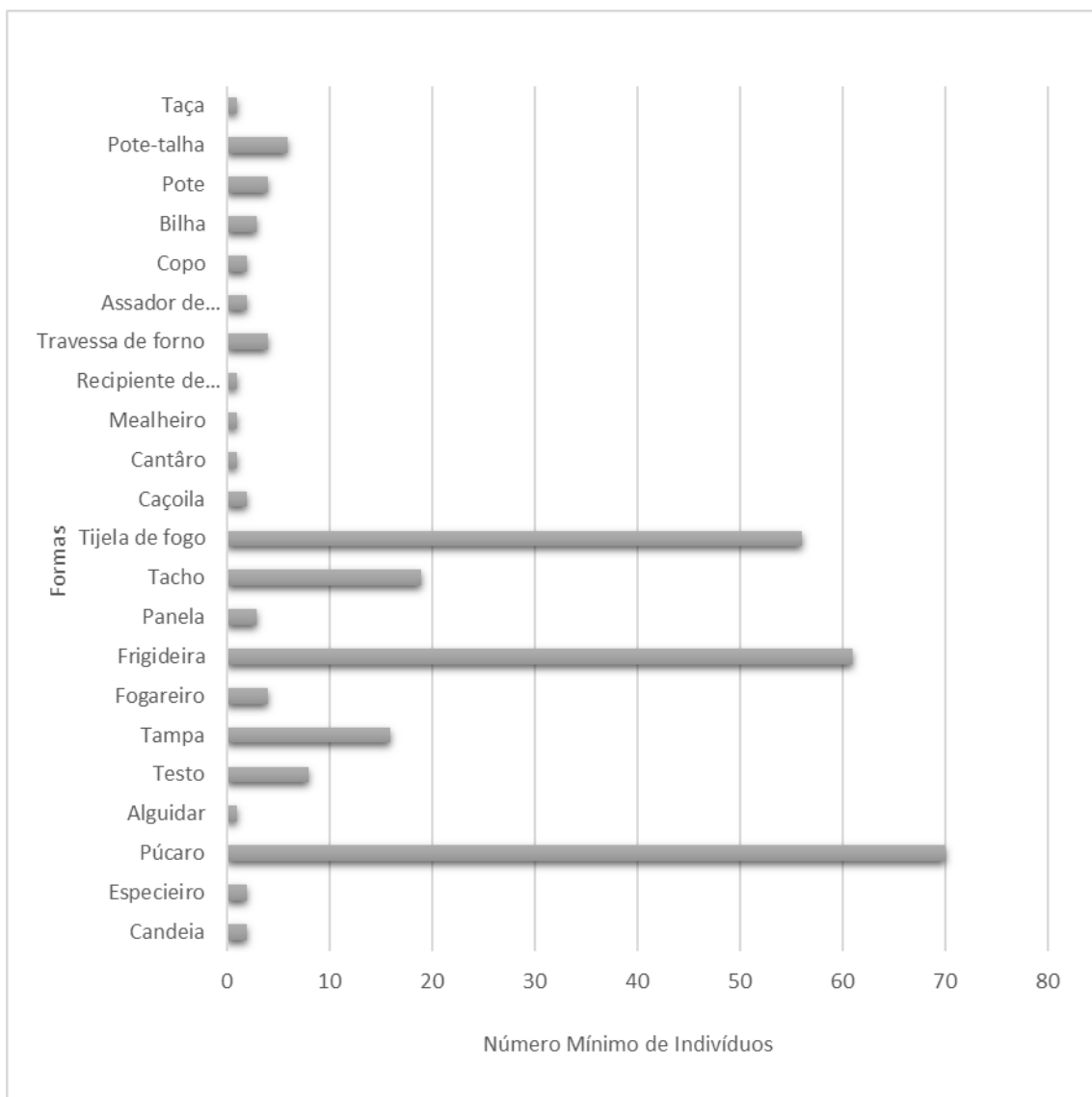


Figura 8. Número Mínimo de Indivíduos, das peças de Cerâmica Não Vidrada

### 5.1.2 Cerâmica revestida a Vidrado de Chumbo

Segundo as evidências arqueológicas, a produção e consequente comercialização de cerâmica revestida a vidrado de chumbo em Lisboa, durante a Idade Moderna, terá começado durante a segunda metade do século XV, contudo admite-se a existência de uma produção anterior noutras áreas, inclusive no Vale do Tejo (CASIMIRO *et al.*, 2018: 268). As peças recuperadas correspondem a produções regionais, muito possivelmente manufaturadas nas olarias de Lisboa ou de outros locais do Vale do Tejo.

O conjunto das cerâmicas revestidas com vidrado de chumbo corresponde a 335 fragmentos, e a 59 objetos (NMI) (Fig.10). Na percentagem total equivale a 7,65% (**Anexo A: 2**) do conjunto cerâmico. Tal como ocorreu para a cerâmica não vidrada, o

estudo das peças foi organizado por importância numérica, no entanto, numa abordagem funcional foram reconhecidas peças de ir à mesa, nomeadamente taças (10 exemplares), pratos (2 exemplares) e garrafas (1 recipiente) (**Anexo A: 4**). A louça de cozinha corresponde a frigideiras (42 exemplares), alguidares (3 recipientes) e panelas (2 exemplares) (**Anexo A: 3**). Quanto ao armazenamento só se reconheceu 1 pote (**Anexo A: 5**).

A forma mais recorrente nesta categoria são as **frigideiras** (Anexo C: 21) com 42 NMI identificados. Caracteriza-se por ser uma forma aberta, hemisférica, de bordo introvertido ou direito com perfil semicircular, assente num fundo plano e provido de duas asas pequenas. Em termos de medidas estas variam entre os 16 cm e os 25 cm de diâmetro no bordo e entre os 13,8 cm e os 21 cm de diâmetro de fundo. A sua altura varia entre os 6,5 cm e os 10,7 cm.

Quanto ao vocábulo frigideira este apenas surge em dois documentos, nomeadamente no *Regimento de Oleiros de Lisboa* de 1572, que as elenca nas produções vidradas a verde, e no receituário seiscentista de Domingos Rodrigues, onde se encontra associada a processos de assar, corar e cozer no forno. Era recorrentemente utilizada na fase final de preparação dos pratos não sendo por isso normalmente usada para a cocção integral do preparado como se demonstra na “Tigelada Mourisca”, em que os frangos, pombos e galinhas em quartos, meio assados, eram montados numa frigideira com talhadas de presunto e gemas de ovos batidas, prato este que iria a coalhar antes de ir para a mesa (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

A forma aqui presente começa a ser notada com grande incidência nos contextos de inícios do século XIX e vai ser uma constante durante todo o século XIX até inícios do século XX, tornando-se a forma mais frequente associada à louça de cozinha (REIS *et al.*, 2020; CAPOTE *et al.*, 2020).

Na presente coleção **as taças**, cuja funcionalidade seria a de consumir alimentos individualmente, à mesa (Anexo C: 20), correspondem a 10 exemplares (NMI). Estas apresentam uma forma hemisférica e aberta, com um bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo em pé anelar. Em termos de medidas, o diâmetro do bordo varia entre os 16,2 cm e os 17,4 cm. O diâmetro de fundo entre os 7,8 cm e os 9,6 cm, e a altura varia entre os 7,2 cm e os 8,15 cm. Destaca-se a presença de quatro taças completas e iguais, com mesmo vidrado amarelo/melado, com alguns pigmentos a verde

e castanho na superfície interna. Diferem umas das outras ligeiramente na sua dimensão (Fig.9).



Figura 9. Taças Vidradas

Também, de salientar a presença de **alguidares** vidrados (Anexo C: 22) com 3 exemplares (NMI) identificados. Têm uma forma troncocónica aberta, assente num fundo plano. O seu bordo é arredondado, extrovertido e de perfil semicircular, de modo a facilitar o seu manuseamento. O exemplar mais completo tem a superfície interna vidrada em tom de amarelo e, ao exemplo das taças, também tem salpicos a vidro verde. O exemplar mais completo tem de diâmetro de bordo 28,9 cm, de fundo 16,5 cm e uma altura de 8,8 cm. É uma das formas mais frequentes em cerâmica vidrada, e é abundantemente encontrada em contextos portugueses de Época Moderna e Contemporânea, continuando a fazer parte do quotidiano de qualquer casa mesmo até mesmo durante o século XX (REIS *et al.*, 2020).

Os alguidares vidrados eram frequentemente utilizados na cozinha para a preparação dos alimentos, como podemos observar no *Livro de Cozinha de D. Maria* onde servia para encher de “água fria para colocar marmelos aparados”. Noutros livros de receitas, como o de Luís de Távora, era usado para amassar massa, e na lavagem de outros recipientes. Como já foi mencionado esta forma podia ser empregue em diversas áreas, nomeadamente na higiene pessoal e na exposição de mercadorias alimentares nos

mercados (FERNANDES, 2012: 293; BUGALHÃO e COELHO, 2017: 111; CASIMIRO *et al.*, 2018: 273-274; PAULA, 2019: 43).

Em termos de **panelas** vidradas apenas se identificaram 3 fundos (NMI). Caraterizam-se por possuir uma forma fechada e ligeiramente bojuda, assente num fundo plano e providas de duas asas. Em 1571, a Câmara da cidade de Coimbra, após uma deliberação passa a proibir a produção de “panelas vidradas nem outros vasos de barro em que se haja de cozer ao fogo”, passando os “vasos para cozer ao fogo” serem feitos de barros vermelho “sem mais ter outra coisa nem vidro algum” e os vidrados deveriam ser apenas aqueles “que não houverem de chegar ao fogo por cozimento de qualquer coisa”. Mais tarde, em 1573, encontram-se registadas panelas sem vidrado e vidradas por “dentro e fora”. Quanto à cidade de Lisboa, as informações das quais dispomos permitem-nos saber que as panelas poderiam ser de “loiça vermelha”, vidradas a “branco de talavera” ou de louça vidrada verde, sendo que para estas últimas não possuímos a especificação do seu contexto de utilização (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Quanto às panelas vidradas, assim referidas na documentação, encontram-se associadas a contextos de conservação de frutas e flores ou a processos de preparação de produtos de botica, como demonstra alguns documentos regimentais. Em Coimbra, as almotolias vidradas deveriam ter o mesmo preço que “as panelas de conserva”. Os registos de despesas também corroboram esta utilização. Existe o registo de aquisição por parte do Hospital Real de Todos-os-Santos de “duas dúzias de panelas vidradas para marmelada de sumos”, e a compra para a casa de D. Catarina de “duas dúzias de panelas vidradas para a botica” (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Relativamente aos **vasos de noite**/penicos (Anexo C: 24; 25), foram identificados dois exemplares (NMI), sendo que apenas um possui o perfil completo. O interior é revestido a vidrado de chumbo esverdeado. O diâmetro do seu bordo mede 18,7 cm, e o diâmetro do fundo 13cm, com uma altura de 18,7cm. A presença destas peças em contextos domésticos é bastante habitual, uma vez que se enquadra no âmbito da higiene pessoal das pessoas.

Apenas um exemplar de **pote** vidrado (Anexo C: 23) foi identificado nesta coleção (NMI). Possui uma forma fechada e bojuda com um bordo extrovertido de perfil semicircular, assente num fundo plano e provido de uma asa. Possui vidrado verde com

manchas amarelas em ambas superfícies. Tem 17 cm de diâmetro de bordo, 12,8 cm de diâmetro no fundo, e 13,4 cm de altura.

Foi identificada uma **garrafa** com as paredes externas cobertas com vidrado verde, mas devido à sua fragmentação não foi possível inferir as suas dimensões. Seria um recipiente de pequenas dimensões, bojudo, com o colo alto, semelhante a objetos que têm vindo a ser recuperados em contextos datados dos séculos XVII e XVIII, muito embora ainda não tivessem sido reconhecidos em despejos domésticos do século XIX (CASIMIRO *et al.*, 2018.)

É de salientar a presença de dois exemplares de (NMI) **pratos** revestidos com vidrado de chumbo, sendo que um trata-se de uma peça de importação, proveniente de Ligúria (Itália), designada de *Taches Noire* (Anexo C: 27), único exemplar na coleção. Caracteriza-se por possuir um bordo extrovertido de perfil semicircular e assente num fundo côncavo. O diâmetro do seu bordo é de 20,2 cm, e o fundo possui de diâmetro 6 cm. De altura possui 4 cm. O outro prato de abas (Anexo C: 27) caracteriza-se por ter um bordo extrovertido e de perfil semicircular e assente num fundo pé em anel. Possui na superfície interna vidrado de chumbo de cor amarela com pinceladas a verde. Possui de diâmetro do bordo 21,5 cm, e de diâmetro do fundo 12,5 cm. A sua altura é 4,8 cm.

Em relação à peça de importação, a sua produção, segundo alguns estudiosos, ter-se-á iniciado em meados do século XVIII em Savona-Albisola (Ligúria), zona localizada no noroeste de Itália, local onde a produção de cerâmica em larga escala é conhecida desde, pelo menos, o século XV. Este tipo de produção surge como resposta à crescente procura no mercado cerâmico das produções inglesas *Creamware* e ao declínio das produções de majólica italiana. Estas produções caracterizam-se por serem finas, resistentes, com uma pasta vermelha e um vidrado castanho transparente decorado com linhas onduladas a preto. As formas mais comuns são pratos, taças e, com menor expressão, a louça de cozinha (BELTRÁN DE HEREDIA BERCERO *et al.*, 2012: 613; CAPELLI *et al.*, 2012; CAPELLI *et al.*, 2016: 339; DI FEBBO *et al.*, 2018: 1).

O seu processo de fabrico encontra-se descrito num relatório técnico do perfeito napoleónico G. Chabrol de Volvic (1824), e segundo o qual a pasta consistia no uso de materiais locais, como argila e marga misturadas em diferentes proporções (2/3 de argila e 1/3 de marga), o que lhe conferia o aspeto mesclado reconhecido no prato encontrado em Almada. Seguidamente levada duas vezes ao fogo sendo que na segunda vez era usado

uma mistura para o vidro, importada de Génova ou de Almeria (Espanha), à qual eram adicionadas areias provenientes de Antibes (França) e quartzo moído de Noli (Ligúria). Juntava-se a esta mistura 1/12 de óxido de ferro recolhido das ferrarias locais, proporcionando uma cor castanho-alaranjado aos vidrados. Por debaixo deste vidro era realizada a decoração a negro com manganês. Tanto a decoração como o vidro eram adicionados à peça previamente biscoitada, num processo de dupla cozedura (BELTRÁN DE HEREDIA BERCERO *et al.*, 2012: 613; CAPELLI *et al.*, 2012; CAPELLI *et al.*, 2016: 339; DI FEBO *et al.*, 2018: 1-2).

Esta produção alcançou uma grande difusão. Só em Albisola chegaram a laborar 48 oleiros que produziam cerca de 24 milhões de peças por ano. O consumo não era exclusivamente interno e grande parte das peças era exportada por todo o Mediterrâneo ocidental e central, mas também África, a região do Caribe, Canadá e México. (BELTRÁN DE HEREDIA BERCERO *et al.*, 2012: 613; DI FEBO *et al.*, 2018: 2). A importância das peças de Albisola e do seu comércio na região oeste do Mediterrâneo tanto a Espanha (1809) como a França (1820) acabariam por aplicar taxas alfandegárias a todas as *Taches Noires* proveniente da Ligúria, levando a uma diminuição significativa da procura. Como resultado, muitos oleiros emigraram para estes países para produzirem localmente *Taches Noires* (CAPELLI *et al.*, 2016: 339-340; DI FEBO *et al.*, 2018: 2). Esta é a razão porque em diversos contextos arqueológicos espanhóis surgem imitações locais das *Taches Noires* cuja distinção apenas se consegue fazer através de análises arqueométricas às pastas e ao vidro.

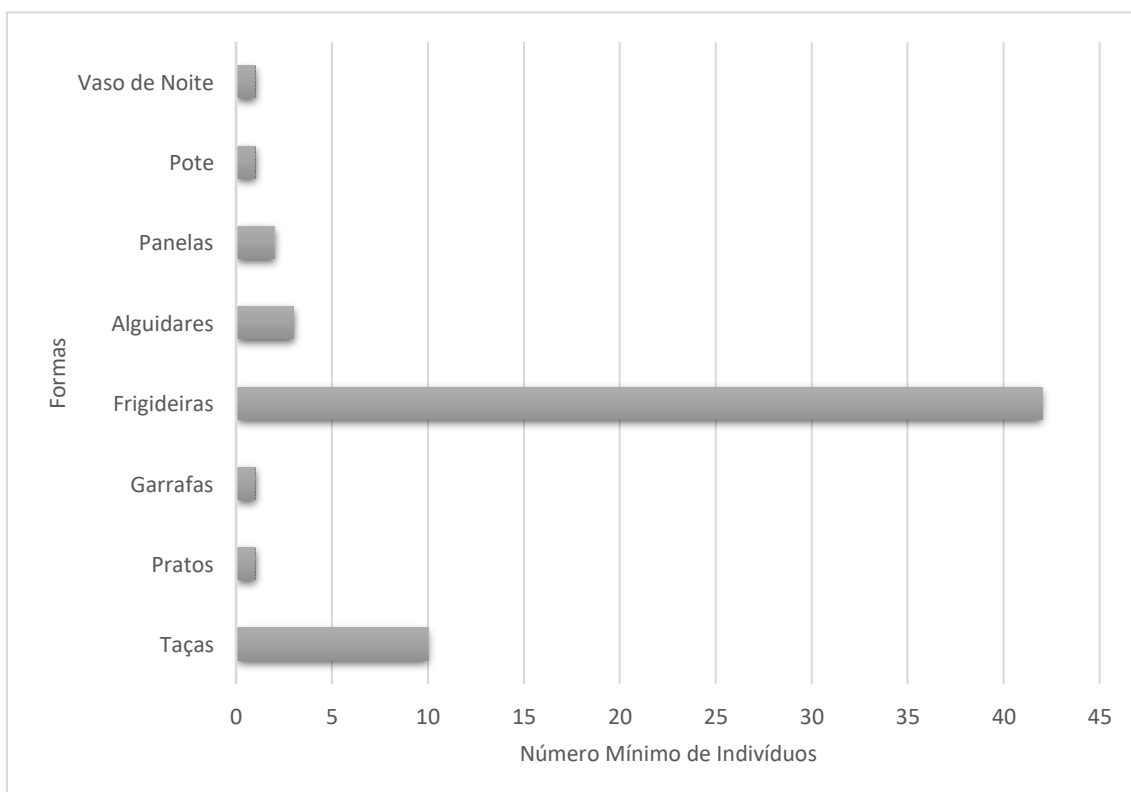


Figura 10. Louça revestida a Vidrado de Chumbo

### 5.1.3 Cerâmica revestida a Vidrado de Estanho

Nesta subcategoria iremos abordar a faiança portuguesa, tanto aquela produzida de forma tradicional, com 812 fragmentos o que representa 18,54% da coleção, com 107 peças (NMI), mas também as produções industriais, mais concretamente as peças provenientes da Real Fábrica de Louça ao Rato. Estas produções encontram-se representadas por 152 fragmentos que representam 3,47% da coleção, tendo-se reconhecido 27 objetos (NMI). A esta classificação iremos ainda incluir as produções inglesas em *Creamware*, correspondendo a 123 fragmentos que representam 2,81% da coleção, com 51 peças (NMI), as produções de *Mocha ware* que representam 0,05%, com dois objetos (NMI), e *Victoria Yellow ware*, que corresponde a 2 recipientes (NMI) (Fig.11). A cerâmica com vidrado de estanho corresponde no total cerâmico a 24,91% (**Anexo A: 2**).

A maioria destes recipientes correspondem a louça de mesa com pratos (143 exemplares), taças (26 peças), covilhetes (7 peças), espedieiro/salseiro (2 peças), copos (2 peças) e chávena (1 peça) (**Anexo A: 4**). Mas também se encontram contemplados



nesta categoria potes (2 peças), jarros (2 peças), castiçal (1 peça) e uma bacia de barbeiro (1 peça).

Relativamente à **faiança portuguesa** produzida através das técnicas tradicionais, ou seja, aquela que continuou a ser produzida nas olarias de Lisboa, mesmo após a instalação de unidades fabris de produção, foram definidos quatro grupos, dentro de um conjunto de 812 fragmentos que correspondem a 107 exemplares (NMI), tendo como fator diferenciador a decoração. Em faiança branca sem decoração surgem 35 exemplares (NMI), 53 (NMI) peças de faiança branca decorada a azul, 15 (NMI) peças decoradas a vinoso e quatro (NMI) peças polícromas.

Aquilo que se entende como sendo faiança portuguesa produzida de forma tradicional, iniciou-se, pelo menos a partir dos finais do século XV na área de Lisboa e a sul do Tejo (HENRIQUES *et al.*, 2019). Muitos autores defendem que esta inovação foi impulsionada pela deslocação de oleiros de Talavera, Málaga e Sevilha. Considerando que as primeiras produções eram imitações das peças espanholas, facto este comprovado pela documentação vastíssima que menciona diversos malagueiros e produções de malegas, que acompanhavam a louça que se produzia no sul de Espanha (CASIMIRO, 2010: 531).

Mas seria apenas a partir dos finais de quinhentos que tanto as olarias de Lisboa, seguidas pelas de Coimbra e de Vila Nova de Gaia, iniciaram o processo de produção de louça branca e azul com qualidade suficiente para integrar nos circuitos de exportação, em larga escala. Acabou por conhecer o seu auge durante a primeira metade da centúria seguinte, mais precisamente entre 1610 até 1660, conseguindo conquistar os mercados internacionais e competindo diretamente com as produções francesas, holandesas, inglesas e italianas, com as quais partilha contextos arqueológicos. Nos finais de seiscentos a produção destas peças, apesar de intensa, teria como quase exclusivamente a orientação para o mercado interno ou para as colónias portuguesas, sendo raras as peças que se conhecem em territórios estrangeiros (CASIMIRO e SEQUEIRA, 2016/2017: 260-261; CASIMIRO, GOMES e GOMES, 2012).

Os estudos em torno da faiança portuguesa, tanto em Portugal como no resto do mundo, permitiram definir uma evolução crono-estilística possibilitando desta forma realizar a datação destas produções, estabelecendo um quadro de seis períodos produtivos, que acaba por auxiliar os arqueólogos nos seus estudos, e nos contextos

arqueológicos modernos (CASIMIRO, 2013: 351). Contudo estes seis períodos, apesarem de se encontrarem balizados por datas não podem ser considerados como algo estanque uma vez que peças podem possuir influências e características que atravessam diversos períodos (CASIMIRO, 2013: 353).

Entre 1700 e 1766, registou-se na produção oleira um regresso ao branco, em que as diversas decorações que preenchiam os centros e as abas dos pratos em faiança acabaram por dissipar, levando por vezes a que muitas peças sejam mal interpretadas como sendo quinhentistas, o que poderá ter conduzido à interpretação incorreta de alguns contextos. Estas peças traduzem as mudanças que estavam a ocorrer quer a nível económico quer social, mais precisamente nos padrões de consumo e nos gostos da sociedade portuguesa, que começou por adquirir um gosto pela louça industrial inglesa e francesa, mas também demonstram que ainda existia população, possivelmente com menores possibilidades monetárias, a consumir faiança produzida através de técnicas tradicionais. Os autores que se dedicam a estes estudos estabelecem como marco, nas cronologias de evolução e datação das faianças, o ano de 1766. Este ano não marca o fim da produção oleira, mas sim a fundação da primeira unidade industrial de produção de louça, mais precisamente em Massarelos, no Porto, sendo no ano a seguir fundou-se a Real Fábrica de Louça ao Rato, em Lisboa (CASIMIRO e SEQUEIRA, 2016/2017: 267).

Apesar de todas estas mudanças, as peças produzidas de forma tradicional continuam a ser produzidas após a abertura das fábricas e reproduzem as formas e singelas decorações das décadas anteriores. Predominam as formas como os covilhetes ou os pequenos pratos e taças. A decoração é simplista, traduzindo-se em algumas linhas concêntricas junto ao bordo e outras, por norma duas, junto ao fundo, acompanhadas por um elemento decorativo singelo no fundo. São sobretudo peças destinadas ao consumo de alimentos à mesa. Este tipo de louça branca com pequenos apontamentos tem vindo a ser designada de louça conventual, visto que muitas destas peças possuíam o nome do convento ou da ordem religiosa que as encomendava no fundo (CASIMIRO e SEQUEIRA, 2016/2017: 267; CASIMIRO, 2013: 364).

Os **pratos** produzidos com métodos tradicionais correspondem a um total de 77 objetos (NMI), caracterizando-se por serem formas abertas, subtruncocónicas, com bordo de perfil semicircular, e assentes num fundo com pé em anel. Estão presentes em todas as variantes decorativas identificadas. Foram igualmente identificados na louça importada. Os seus diâmetros no bordo oscilam entre os 18 cm e os 23 centímetros. Tratam-se de 19

peças (NMI) completamente brancas, 39 peças (MNI) com decoração a azul, sobretudo correspondendo a linhas concêntricas junto ao bordo ou a um elemento vegetalista junto ao fundo (Anexo C: 28d; 29b). Quinze objetos (MNI) apresentam decoração a vinoso (Anexo C: 29a). Relativamente à faiança policroma contam-se com 4 recipientes (MNI) (Anexo C: 29c, d). As decorações mais frequentes nos pratos tratam-se de motivos generalistas e um exemplar com uma letra, um “R”, ao centro do fundo (Anexo C: 29a).

As **taças** produzidas por métodos tradicionais correspondem essencialmente formas abertas e hemisféricas, com bordo extrovertido de perfil semicircular, e assentes num fundo em anel, num total de 15 peças (NMI). As taças brancas correspondem a quatro exemplares (NMI) (Anexo C: 31c, d), as taças com decoração a azul traduzem-se em 11 recipientes (NMI), maioritariamente decoradas com linhas concêntricas junto ao bordo (Anexo C: 28a, b), e as peças decoradas a vinoso apenas possuímos um fragmento de parede.

A documentação, apesar de ser vantajosa na referência a taças, implica discussão acerca da sua utilização quer a nível simbólico quer a funcional, tendo em atenção a relação entre as pessoas e esses objetos de utilização mais pessoal. A decoração destas formas reflete os gostos dos seus consumidores e da sociedade em que estão inseridos (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

O tipo de recipientes que se designam por **covilhetes** (Anexo C: 30d) correspondem a formas pouco profundas, no presente caso sem qualquer tipo de decoração. Durante a Época Moderna possuem um importante significado no quotidiano da população uma vez que serviam para servir doces de leite (CASIMIRO, 2010: 583; BARGÃO, 2015: 52). Dos sete (NMI) exemplares aqui referenciados, apenas um possui perfil completo e possuem um diâmetro médio do bordo de 15,6 cm, medida com poucas oscilações entre todos os exemplares. Um diâmetro de fundo de 12 cm, e uma altura de 2,45 cm. Surge referido no livro de Domingos Rodrigues como sendo uma forma específica de servir os preparados doces, sendo este referido exclusivamente em conservas de frutas (CASIMIRO e GOMES, no prelo).

Foram identificadas duas formas (MNI) tradicionalmente designadas de **especieiros/salseiros** (Anexo C: 30a, b, c), correspondendo a formas abertas, com bordo extrovertido de perfil semicircular e assente num fundo plano. As suas medidas no bordo correspondem a 13 cm de diâmetro, não apresentando qualquer decoração. Peças afins

são recuperadas frequentemente nas escavações arqueológicas desde os finais do século XVI, aumentando a sua incidência durante os séculos XVII e XVIII e continuando, ainda que com menor incidência, nos contextos dos inícios do século XIX (BUGALHÃO e COELHO, 2017). Era uma forma que iria à mesa e possuía um uso coletivo, uma vez que estavam presumivelmente destinadas a conter molhos e condimentos (PEIXOTO e LIMA, 2018: 347).

Dois fragmentos de fundo de dois **jarros** (NMI) fazem ainda parte desta coleção e possuem decoração azul de cobalto, consistindo em linhas concêntricas tanto no bordo como no fundo e um simples elemento decorativo no fundo.

Foram ainda identificados dois **potes** (NMI), de pequenas dimensões cuja funcionalidade passaria pelo armazenamento de produtos alimentares, sobretudo compotas. Apenas possuímos fragmentos de fundo desta forma, que se caracteriza por ser plano, variando o seu diâmetro entre os 5,6 cm e os 7 cm (Anexo C: 31b; 32e).

Foi identificado um **castiçal** (NMI) que seria usado para o transporte de uma vela. Segundo R. Bluteau (1712-1728) seria um artefato “em que se mete a vella para alumiar” (TORRES, 2011: 40). Não apresenta qualquer tipo de decoração. Uma peça destas seria comum numa habitação visto que as fontes de luz tinham de obtidas através da queima de óleos combustíveis, tais como o azeite, ou de velas.

Com decoração a azul sobre branco o fundo de uma **manga de farmácia** (NMI) (Anexo C: 31a), objeto reconhecido como uma forma cilíndrica ou tubular. De fundo plano e com um diâmetro de 10 cm. Estas peças possuem decorações variadas e com diferentes influências, mas também possuem inscrições em latim que permitam ao boticário saber o que continham naquele recipiente.

Sobre as **faianças produzidas em unidades de produção industrial**, mais concretamente as produções nacionais cujas características parecem apontar terem tido origem na Real Fábrica de Louça ao Rato surgem 15 exemplares de pratos (NMI), 9 exemplares de taças (NMI), um exemplar de chávena (NMI) (Anexo C: 35), e um exemplar de bacia de barbeiro (NMI) (Anexo C: 34), correspondendo a 3,47% das cerâmicas. Apesar de nos catálogos de exposições e outras publicações que se conhecem relativamente às peças produzidas nesta fábrica não apresentarem peças iguais às que se encontram neste contexto arqueológico elas assemelham-se nas formas e decorações (ESTEVES, 2003).

A fundação da fábrica deriva como consequência das medidas reformistas impostas pelo Marquês de Pombal, que também abrangeram a cerâmica na segunda metade do século XVIII, permitindo ao mestre italiano Tomaz Brunetto e ao contramestre José Veroli abrirem este complexo fabril em agosto de 1767, anexo à Fábrica das Sedas. Aqui produziram faiança de “moda”, ao gosto europeu, com mais incidência em peças de sentido sumptuário. Apostou-se sobretudo na pintura delicada a azul de cobalto, com ou sem contornos a vinoso, com inspiração em Rouën, possível de equiparar-se com a imaginativa decoração policroma de grande efeito (CALADO, 1992: 52-58).

Sobre as **taças** presentes na coleção surgem 9 exemplares (NMI) (Anexo C: 32). Estas apresentam formas semelhantes às que vinham a ser seguidas nas olarias tradicionais, mas os padrões e as cores utilizadas nas peças produzidas na Real Fábrica de Louça ao Rato seguiam as tendências, mais uma vez, das fábricas francesas dos finais do século XVIII. O diâmetro dos bordos varia entre os 12,3 cm e os 15,2 cm, e o dos fundos varia entre os 6 cm e os 7,6 cm. A altura destas taças varia entre os 6,5 cm e os 8 cm.

Em relação aos **pratos** (Anexo C: 33) estes apresentam forma subtruncônica, assentem em pé anelar. Quanto à sua decoração, as cores utilizadas seguiam as já mencionadas tendências que vinham a ser produzidas nas fábricas europeias.

Em relação às produções importadas presentes na coleção correspondem a um total de 55 peças (NMI). Destacam-se três tipos de produção inglesa, nomeadamente, os pratos *Creamware*, as taças *Mocha Ware* e os copos em *Victoria Yellow ware*.

Os pratos *Creamware*, também designados como “*Queenware*”, correspondem a 123 fragmentos traduzindo-se em 51 objetos identificados (NMI) (Anexo C: 36), que corresponde a 2,81% do conjunto cerâmico. O diâmetro dos seus bordos varia entre os 20,1 cm e os 24,1 cm, o de fundo é constante nos 14 cm, e a altura varia entre os 2,15 cm e os 2,3 cm, pelo que a variação pode ser considerada mínima.

Estes objetos começaram a ser produzidos por volta de 1730, continuando a sua produção durante todo o século XVIII e XIX, sendo que, a partir de 1760 acabam por substituir a louça vidrada tradicional como louça de mesa de uso diário na Grã-Bretanha. Eram produzidas em dezenas de fábricas localizadas em Derbyshire, Yorkshire, Swansea e Liverpool, mas também nas fábricas de Staffordshire. A partilha dos mesmos métodos produtivos e a produção de formas semelhantes em todos estes locais são fatores que,

associados à excelente qualidade das peças, complicam a atribuição de um estilo de peça a uma fábrica em específico (JENNINGS *et al.*, 1981: 227).

As peças mais comuns de *Queen's Ware* são as que não possuem qualquer tipo de decoração, assentando no seu efeito e forma equilibrada, com influências clássicas, mas também se calcula que possam ter como ponto de referência as formas em prata (FISHER, 1957: 142). São materiais muito recorrentes em contextos arqueológicos europeus e recuperados com muita frequência ainda que parcamente publicadas (EATWELL e WERNER, 1991; MULLINS *et al.*, 2013: 634-635), bem como nos contextos americanos (MILLER, 2015; MILLER e HUNTER, 2001).

Em relação às produções inglesas, comumente reconhecidas como *Mocha Ware* surgem nesta coleção 2 exemplares (NMI) (Anexo C: 37), decorados com a técnica conhecida como *worms*, que variam em termos de cor, com verde e amarelo. Em termos de diâmetro de bordo este não varia entre os dois exemplares, sendo de 16,2 cm. O mesmo acontece com o diâmetro de fundo que é de 8,2 cm, mas a altura varia entre os 7,6 cm e os 8,15 cm. Jonathan Rickard (2006) classifica-as como produções de inícios do século XIX, produzidas a partir de 1810 e já generalizadas em 1820.

O termo *mocha* também é conhecido como *banded creamware* ou *dipped ware*, e é geralmente utilizado para descrever todas as peças *dipped earthenwares*. As *mochaware* foram inicialmente produzidas na fábrica Greengates, em Tunstall (Inglaterra) por William Adams (1745-1805), tendo, mais tarde, passado a sua produção para Cobridge Hall em 1770, onde permaneceu até 1831. Contudo estas peças também eram produzidas noutras fábricas, nomeadamente Bristol, Swansea, Yorkshire, Lanely e Glasgow<sup>13</sup>, onde peças como os copos, tigelas e canecas comuns eram produzidas desde os inícios de 1823. As cores utilizadas no fundo das decorações variavam habitualmente entre o castanho, verde ou amarelo, e decorados com faixas ornamentais (“decorated with ornamental rings”)<sup>14</sup>.

As formas mais clássicas das *mochaware* em verde ou amarelo também acabaram por ser produzidas nas fábricas francesas, após um grupo de oleiros ingleses terem

---

<sup>13</sup> Quando em abril de 2019, num congresso em Gotemburgo, George Haggarty viu fotografias destas peças afirmou publicamente que estas eram produções escocesas. Contudo, o facto de este reputado arqueólogo e investigador escocês não as ter visto pessoalmente não nos permite confirmar esta hipótese.

<sup>14</sup> [http://colonialsense.com/Antiques/Other\\_Antiques/Mochaware.php](http://colonialsense.com/Antiques/Other_Antiques/Mochaware.php) [consultado a 04/12/2020]

imigrado nos inícios de 1800. Estas peças de *mochaware* francesa foram exportadas em grande quantidade para o Louisiana. Contudo estes objetos não surgem nos Estados Unidos da América em períodos tão iniciais, mas já em pleno século XIX<sup>15</sup>.

As duas peças identificadas em Almada permitem estabelecer um limite cronológico, para datação deste contexto arqueológico. Não existiu produção de peças com decoração *worms/snail trails* antes de 1810 e com maior incidência a partir de 1820 pelo que o contexto não pode ter sido formado antes dessa data. Apesar de não existirem muitas referências arqueológicas sobre este material, é considerado um indicador cronológico de referência nos Estados Unidos (HUME, 1976).

Outra produção inglesa presente no conjunto cerâmico são as *Victoria Yellow ware*, da qual surgiram dois exemplares (NMI) de copos (Anexo C: 38). Não possuem decoração, tal como o nome indica, são peças cujo vidrado exterior possui cor amarela. Um dos exemplares possui um bordo direito de perfil semicircular com 8 cm de diâmetro, uma altura de 7,35 cm, assente num fundo em anel, com um diâmetro de 4,6 cm.

Os termos *Yellow Ware* ou *Yellow-glaze Ware* eram usados para classificar as *earthenware* produzidas em Staffordshire durante o período de 1800 e 1840, e eram frequentemente decoradas através da técnica de impressão por transferência ou com um brilho prateado sobre o esmalte brilhante amarelo<sup>16</sup>.

Previamente, o mesmo termo era utilizado para fazer referência a peças de louça de cor amarela ou bege e a louça de barro coberta totalmente ou parcialmente com esmalte amarelo, bem como as cerâmicas americanas produzidas com argilas de cor amarela. Contudo, fabricantes contemporâneos, tais como Josiah Wedgwood, que aperfeiçoou um tipo de vidrado amarelo em meados do século XVIII, nunca usaram tais termos para classificar as suas peças<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> [http://colonialsense.com/Antiques/Other\\_Antiques/Mochaware.php](http://colonialsense.com/Antiques/Other_Antiques/Mochaware.php) [consultado a 04/12/2020]

<sup>16</sup> <https://www.vam.ac.uk/articles/a-z-of-ceramics> [consultado a 04/12/2020]

<sup>17</sup> <https://www.vam.ac.uk/articles/a-z-of-ceramics> [consultado a 04/12/2020]

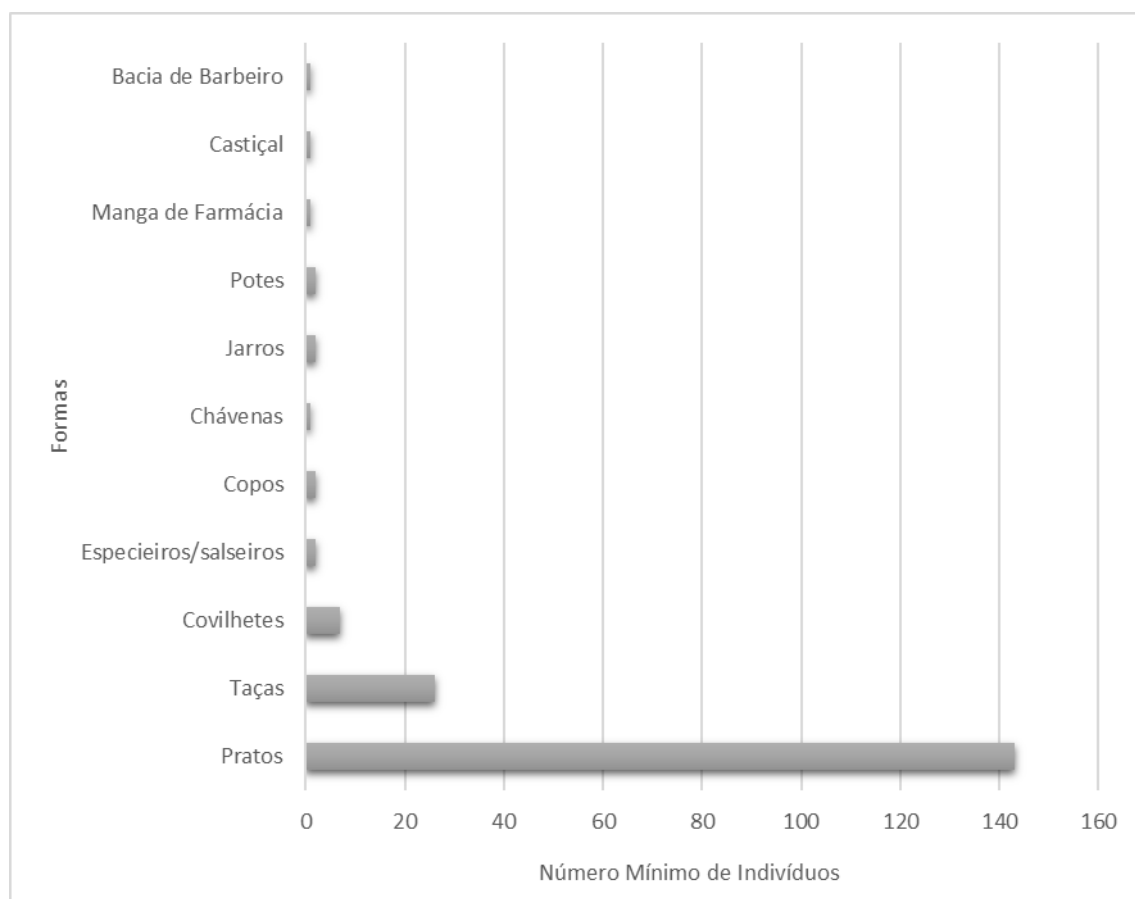


Figura 11. Louça revestida a Vidrado de Estanho

#### 5.1.4 Grés

Sobre as produções em grés, a coleção contém apenas um exemplar (NMI) desta produção do norte da Europa, possivelmente alemã (Anexo C: 39), da qual apenas possuímos o bordo e uma parte do corpo. O bordo possui de diâmetro 2,2 cm. Poucos estudos têm sido desenvolvidos sobre garrafas de grés em Portugal, em contextos de finais do século XVIII e inícios XIX.

O grés é um produto cerâmico que teve o seu grande *boom* de produção em larga escala para exportação a partir da segunda metade do século XVI (SOUZA, 2013: 44). O seu aparecimento em Portugal durante os séculos XVI, XVII e XVIII é de certa forma residual, cenário esse que se altera a partir dos inícios do século XIX, em que as garrafas de grés passam a ser uma realidade singular entre o século XIX e a primeira metade do XX. Tinham como função o transporte de água mineral ou gin/genebra, proveniente da Alemanha, Inglaterra ou da Holanda (LEÃO *et al.*, 2020: 65).

Só a partir do século XX é que se começou a fabricar em Portugal garrafas deste tipo, durante a Primeira Guerra Mundial, sendo exemplo disso mesmo a Fábrica de Louça



Fina de Cojo, em Aveiro (RODRIGUES, 1996), tendo sido encontradas um número significativo destes exemplares numa escavação desenvolvida em Chácara Cayres, São Paulo. Ali, as garrafas eram reutilizadas/reaproveitadas para o transporte de bebidas de produção local, tais como a cerveja (SOUZA, 2013: 44). Contudo, o seu reaproveitamento não se limitava ao transporte de bebidas e existem relatos que apontam para o uso destes recipientes como forma de aquecer a cama através de água quente depositada nas garrafas e envoltas num pano, como também para o armazenamento de outros produtos, reforçando assim a utilidade deste material ao longo do tempo (LEÃO *et al.*, 2020: 78).

Os recipientes em grés foram produzidos pela primeira vez na zona do Reno, em finais do século XIII, vindo a ser mais tarde aplicada a técnica de vidrado de sal (*salt-glazed*), sendo as formas lisas atribuídas aos séculos XIV e XV, largamente difundidas nos Países Baixos, nas províncias de Holanda, Brabante e Flandres, com centros produtores em Bruges, Nijmegen e Dordrecht (GAIMSTER, 1997). Julgado de proveniência holandesa e flamenga por estudiosos até ao século XIX, só a partir de 1878 é que se passou a admitir que a sua origem também em Siegburg, a sudoeste de Colónia (KLINGE, 1996) (SILVA *et al.*, 2012: 78; KENZLER, MOMMSEN, KOTTMANN, 2015: 137).

#### 5.1.5 Porcelana

As peças de porcelana chinesa exumadas durante os trabalhos arqueológicos correspondem a 11 fragmentos, mais precisamente a 3 exemplares (NMI), e parecem integrar o conjunto de louça de mesa, ainda que a sua função meramente decorativa não deva ser ignorada. A sua análise permitiu a identificação de um prato com decorações vegetalistas a azul, um pires com decorações da Família Rosa com dourados, e um pequeno fundo de taça (Anexo C: 40).

Sobre a peça da Família Rosa, insere-se no grupo da porcelana polícroma que se convencionou dividir em famílias, classificação essa estabelecida pelo colecionador Albert Jacquemart ainda no século XIX<sup>18</sup>. Distingue-se a Família Verde, onde essa cor predomina sobre as demais, e a Família Rosa, que se caracteriza pela inclusão de um esmalte opaco que permite diversas variações de rosa, e que atinge o seu apogeu produtivo

---

<sup>18</sup> <https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG217415> [consultado a 15/01/2021]

durante a dinastia *Yongzheng* (1723-1735), vindo a ser posteriormente copiada por inúmeras manufaturas europeias. Nesta família rosa também se inclui as porcelanas do século XIX, denominadas de Família Rosa de Cantão, que possuem como característica uma decoração intensa com motivos florais, pássaros e borboletas intercalados com personagens e cenas chinesas (BARRETO, 1999: 102-103).

Em meados da segunda metade do século XVII, Andreas de Cassius patenteia na Holanda o pigmento cor-de-rosa. Esta cor seria levada para a China durante o reinado de *Kangxi* pelos Jesuítas acabando por, conseqüentemente, ser assimilada na paleta de cores da porcelana chinesa. O início da sua utilização coincidiu com os últimos anos do reinado de *Kangxi*, em que a falta de domínio da técnica de cozedura acabou por fazer surgir peças com decorações avermelhadas e com contornos a vermelho alaranjado, idênticas às peças da Família Verde que continuavam a ser produzidas até ao fim do reinado *Kangxi* (FERREIRA *et al.*, 2017: 465).

Durante o reinado do imperador *Yongzheng*, os oleiros conseguem o total domínio da conjugação do branco de arsénio e o controlo da cozedura dos esmaltes, acabando por possuir como características a sua finura, sendo por vezes quase translúcidas, os seus revestimentos com vidrados de elevada qualidade e as suas bases/fundos alongados em forma de “V” (FERREIRA *et al.*, 2017: 465-466).

#### 5.1.6 Cachimbos em Caulino

O grupo de cachimbos em caulino (Anexo C: 41) correspondem a 40 fragmentos de haste e 8 fragmentos de forninhos, correspondendo a 1,1 % do conjunto cerâmico. É de salientar que, dentro do conjunto de hastes existe um fragmento com decoração vegetalista, com cerca de 2,1 cm de comprimento (Anexo C: 42b), e um fragmento de haste que sobressai devido às suas características, nomeadamente o seu comprimento (11,8 cm) e a espessura (Anexo C: 42c). Apresentam pastas homogéneas, constituídas por argilas de caulino, bastante depuradas, com acabamentos cuidados, que acabam por resultar em superfícies brunidas (SOUSA, 2020: 80). Dado o estado de fragmentação não foi possível apurar a sua proveniência concreta, pese embora que sejam produções norte europeias provenientes do Reino Unido ou Países Baixos. Devido aos moldes usados na sua cadeia produtiva alguns poderiam apresentar acabamentos mais irregulares especialmente no que se trata do acabamento das rebarbas (CALADO *et al.*, 2003: 84).

Os cachimbos em caulino começaram a ser produzidos na Europa no século XVI, tendo como centros produtores principais a Holanda e a Inglaterra, entre os séculos XVII e XVIII (OSWALD, 1975; DUCO, 1987; HISSA, 2019: 6; HISSA e LIMA, 2019: 65).

O consumo de tabaco em cachimbo de caulino constituiu uma das principais alterações nos hábitos europeus, consequência da expansão territorial além-mar entre os séculos XV e XVI, levando a que a sua produção em larga escala crescesse significativamente, tornando-a lucrativa e suplantando o consumo de tabaco de enrolar, prática característica das populações autóctones da América Central e do Sul (CALADO *et al.*, 2003: 93; PIMENTA e SILVA, 2020: 258).

O papel deste objeto no tráfego comercial/mercantil deste período demonstra ser de grande relevância, daí ser comum à sua presença em contextos arqueológicos dos principais portos marítimos, no qual desempenhava o papel de produto de troca a par com outras manufaturas (PIMENTA e SILVA, 2020: 259; SIMÃO *et al.*, 2020; SOUSA, HENRIQUES e FILIPE, 2020; SILVA, PIMENTA E AMARO, 2020).

## 5.2 Vidros

O grupo vítreo exumado da cisterna dos Paços do Concelho corresponde a 79 fragmentos num total de 7 peças, correspondendo a 1,83% do total do conjunto artefactual. Para servir à mesa destacam-se 5 garrafas (Anexo C: 44,44,45) e dois copos (Anexo C: 42). De salientar a presença de três fragmentos de vidraça, no conjunto vítreo.

Em relação aos **copos**, aqueles possuem um perfil troncocónico e assentam em fundo plano. Um apresenta uma decoração vegetalista em dourado sobre vidro transparente, enquanto o outro apresenta uma decoração de caneluras pouco acentuada na face externa, tratando-se por isso de uma peça que foi soprada a molde.

Das **garrafas** de vidro recuperadas, uma apresenta fundo reentrante cónico e um corpo globular (“*onion bottle*”) e três outras possuem fundos quadrados espessos, em vidro transparente verde-escuro. Podem tratar-se de produções inglesas ou produções que seguiam esses modelos. Este tipo de garrafas é comum em contextos que datam dos finais do século XVII e inícios do XVIII, alcançando o século XIX (BOAVIDA e MEDICI, 2018: 186). Enquadrando-se cronologicamente ao que comumente se encontra na cidade de Almada em cronologias semelhantes ao contexto dos Paços do Concelho, nomeadamente nas escavações da Rua da Judiaria (MEDICI, 2005).

Temos que ter em consideração que durante o reinado de D. João V devido à política económica colocada em vigor, que incentivava à criação e desenvolvimento de certas indústrias de modo a diminuir tais importações, foi inaugurada em 1719 a Real Fábrica de Vidros Cristalinos, em Coima, com a ajuda de técnicos especialistas em vidro provenientes de Itália, Inglaterra e Alemanha. Esta unidade fabril seria posteriormente deslocada para a zona da Marinha Grande, em 1747 (CUSTÓDIO, 2002: 20-21; MEDICI, 2005: 561), mas a produção de vidro tornou-se uma constante em Portugal.

### 5.3 Objetos em osso

Nesta categoria encontram-se presentes na coleção 10 exemplares de **botões** (NMI) em osso, correspondendo a 0,22% do total do conjunto artefactual. A sua forma é circular, variando o seu tamanho entre os 0,6 cm e 1,45 cm de diâmetro. A sua espessura não ultrapassa os 0,2 cm. Metade dos exemplares apresenta cinco pequenos orifícios, e a outra metade apresenta um único orifício ao centro (Anexo C: 46).

Em Portugal poucos são os estudos sobre botões em osso. Contudo, recentemente, uma intervenção arqueológica no Largo da Atafona permitiu colocar a descoberto vestígios de uma oficina de botões em osso que viria a ser desativada nos inícios século XIX, uma cronologia em muito semelhante ao contexto dos Paços do Concelho. O contexto lisboeta tinha sido danificado pela construção de um muro e de um caneiro, que datam da primeira metade do século XIX, tendo sido encontrados elementos de botões e restos de produção sob o caneiro e dentro do enchimento da vala do muro (VIEIRA *et al.*, 2019:134). O que faz com que esta intervenção no Largo de Atafona suscite tamanho interesse prende-se com o facto de ter sido possível recuperar todas as evidências da cadeia operatória associada à produção de botões. A atribuição deste ofício a um grupo social será sempre um trabalho difícil de realizar, contudo em 1552 João Brandão refere que “a cidade tem 300 mulheres que não têm outro ofício senão fazer botões, e por ele ganham muito dinheiro” designando as como botoeiras (BRANDÃO, 1990: 207) (VIEIRA *et al.*, 2019: 127-128).

Os botões em osso, correspondem a um dos tipos de botões mais usados em Portugal, e caracterizam-se por serem discos em osso recortados a partir de um osso longo e nos quais eram feitos um ou mais pequenos orifícios por onde passaria a linha ou cordel que os prendia à peça de roupa (VIEIRA *et al.*, 2019: 134; CASIMIRO, 2020: 237).

É de salientar que para cronologias semelhantes à do Largo da Atafona, existem descobertas semelhantes um pouco por todo o mundo, como em Belgrado (Sérvia), em Londres (Reino Unido), Breslávia (Polónia), Pavia (Itália) ou Tallin (Estónia), entre outros locais, demonstrando que o uso deste tipo de botões era generalizado e comum a diversos grupos sociais (VIEIRA *et al.*, 2019: 138).

## 6 Discussão

Através das evidências materiais identificadas neste contexto arqueológico pode ser afirmado, sem restrições, que este contexto não pode ter sido formado antes de 1810/20. No entanto, se for considerado que dificilmente um objeto seria descartado no momento da sua aquisição, é provável que formação tenha ocorrido algures entre 1820 e 1830. A ausência de artefactos que surgem nos contextos arqueológicos portugueses a partir de 1850, nomeadamente as produções portuguesas de cerâmicas estampadas e certo tipo de decorações, ajudaram a estabelecer este *terminus*.

O conceito de Arqueologia de Transição, a que se faz entre dois momentos cronológicos ou entre mudanças tecnológicas é por norma utilizado em momento que se acredita marcar o fim de algo e o início de algo diferente. Como defende Marcella Frangipane “transitions in fact do exist (...) they are moments in which a process of change occurs transforming a culture (...) but in which the change had not yet been completed” (FRANGIPANE, 2012: 40). É um conceito cómodo para os arqueólogos visto que permite criar momentos que explicam a confortável divisão do tempo em fatias. A natureza da colecção aqui analisada permite-nos acreditar que estamos perante um contexto transicional.

Através da análise da documentação, foi possível determinar que a zona onde se encontra o edifício dos Paços do Concelho era uma zona residencial que sofreu diversos estragos com o Terramoto. Neste sentido é plausível afirmar que a construção da cisterna seja anterior ao terramoto de 1755. Não existe qualquer referência à sua existência durante a extensa descrição do edifício datado de 1796. Esta ausência não significa que a mesma já não estivesse em uso no final do século XVIII, visto que a descrição é feita ao edifício em si, não se mencionando quaisquer outros equipamentos. Por outro lado, segundo a descrição ela estaria numa das salas que à qual não é atribuída uma função, contígua à sala utilizada como cadeia dos homens.

Estas estruturas hidráulicas, juntamente com poços, fontes, chafarizes, eram comuns em Almada, uma vez que o abastecimento de água era um ponto fulcral. Esta estrutura permitia às pessoas, que dela usufruíam, recolher as águas pluviais e consequentemente abastecer espaços habitacionais ou edifícios públicos. É possível que com o Terramoto de 1755 muitas destas estruturas hidráulicas tenham sido desativadas, no entanto, a maioria continuou a funcionar visto que será apenas no século XX que a

água canalizada chega a esta área. Este pode ter sido o caso da cisterna identificada dentro deste edifício. Contudo, mesmo que esta tenha sido desativada ainda no século XVIII, a sua colmatação apenas ocorreu algumas décadas depois. Tal situação não é inédita em contextos arqueológicos.

É interessante debater se a presença do tribunal e prisão mencionados nos finais do século XVIII no interior do edifício, poderá estar relacionada com as peças encontradas no interior da cisterna e se seriam provenientes deste espaço. Não será fácil chegar a essa conclusão, mas o exercício de atribuição poderá ser efetuado. Como revelado no capítulo 3.2. esta foi uma época conturbada no país e em Almada, sobretudo devido à sua proximidade com Lisboa. As invasões francesas, a presença inglesa e todas as consequentes alterações políticas tiveram certamente reflexo na vida desta população, criando níveis de instabilidade e ansiedade social. Poderia este tempo ter feito da cadeia um edifício ainda mais requisitado? Desconhecemos obviamente como seria a vida dentro de uma prisão deste tipo e quanto tempo ficaram os reclusos e reclusas dentro deste edifício. Contudo, atendamos à variedade e quantidade de objetos recuperados.

A maioria corresponde a objetos destinados à preparação de alimentos, ao seu consumo e ao consumo de água. Infelizmente não existem ainda contextos domésticos cronologicamente análogos publicados numa perspetiva monográfica em Portugal que nos permitem efetuar uma análise comparativa. O estudo da Rua Latino Coelho, um local da mesma cronologia a escassos metros dos Paços do Concelho, encontra-se em vias de publicação, ainda que nos tenha sido possível a observação dos materiais (CASIMIRO, COUTINHO e ROCHA, no prelo). Ainda que com algumas semelhanças do ponto de vista formal, a possível interpretação do local como um estabelecimento de natureza comercial não permite fazer uma relação direta entre a quantidade de materiais e as tipologias e o que foi encontrado nos Paços do Concelho.

Não obstante a impossibilidade de análise comparativa, o que notamos no contexto dos Paços do Concelho é um número elevado de púcaros, pratos, frigideiras e tigelas de fogo, muito mais do que uma simples casa poderia consumir. As ações que necessitavam de recipientes cerâmicos estavam sobretudo orientadas para a alimentação de um elevado número de pessoas, algo que se justificaria perfeitamente num edifício público.

Até a própria natureza dos materiais pode justificar a sua utilização no interior do edifício onde foram encontrados. Considerando a natureza social das diversas pessoas que ali entrariam (o documento de 1796 que faz a descrição da *camara, apozentadoria dos Ministros, e Cadeya* menciona essa variedade) encontramos uma diferença enorme no tipo de materiais. Grande parte dele corresponde ao que ainda seria produzido nas olarias de Lisboa. Se durante o século XVIII, quando estes artefactos ainda não tinham a competição das produções industriais eram já uma produção de baixo custo (MANGUCCI, 2007: 3), quando chegamos ao século XIX o seu preço certamente ainda baixou mais. O mesmo não pode ser dito relativamente às louças produzidas na Real Fábrica de Louça ao Rato e muito menos das importações de *creamware* e de *mochaware*. Faz sentido pensarmos num edifício onde gente de diferentes grupos sociais interagissem, tal como um tribunal e uma cadeia. O tratamento dos presos não seria certamente o mesmo que o dos magistrados e funcionários. Aqueles que acabavam sendo presos na vila de Almada acabariam por passar algum tempo nas instalações da prisão até a sua pena ser cumprida e como tal deviam receber alimentação ali mesmo.

Contudo, não podemos ignorar a hipótese de estas peças terem sido recolhidas em lixos produzidos nas habitações próximas do edifício, utilizadas durante a colmatação, atendendo que, segundo o arqueólogo responsável a colmatação da estrutura ocorreu num único momento. Se tiver sido esse o caso, é de notar a ausência de alguns objetos que existiriam em grande quantidade nas habitações, nomeadamente alguidares e vasos de noite. Mais uma vez esta conclusão não foi obtida por análise de contextos domésticos desta cronologia, mas através da comparação de contextos domésticos da segunda metade do século XVIII, nomeadamente em Lisboa.

Atendendo à já mencionada ausência de estudos de contextos domésticos nestas cronologias e tendo sempre em atenção a singularidade ocupacional dos Paços do Concelhos, um local onde a habitabilidade doméstica terá de ser repensada nos seus moldes mais clássicos devemos, no entanto, ter em atenção o que nos dizem os objetos ali identificados.

Durante a análise do conjunto cerâmico analisado foi notada uma predominância das frigideiras vidradas e das tigelas de fogo. Uma vez que até meados do século XVIII a forma mais predominante na cozinha era as panelas (Casimiro *et al.*, 2019) qual a razão desta alteração em cerca de três gerações? Nos contextos arqueológicos mais recentes, datados de finais do século XIX, é comum encontrarem-se fragmentos de panelas ou



caldeirões metálicos e uma quase ausência de painéis cerâmicos (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2020; CAPOTE *et al.*, 2020). A sua quantidade é diminuta uma vez que estas acabariam por possuir uma maior durabilidade e possibilidade de reparação, bem como uma reciclagem no final da sua vida, sendo o metal transformado noutras coisas. Poderá o contexto dos Paços do Concelho ser um contexto onde as painéis globulares já caíram em desuso (apenas três fragmentos foram recuperados) e os caldeirões metálicos já se encontram em uso pleno nos ambientes domésticos? Contudo, o número elevado de tigelas de fogo e frigideiras pode sim indicar alterações nos hábitos de alimentação. Em vez dos tradicionais ensopados, estes objetos eram sobretudo usados para frigar e refogar alimentos e, muitas vezes ir também ao forno e dali diretamente para a mesa, como demonstra em *Arte de Cozinha* (CASIMIRO e GOMES, no prelo). Contudo, se estamos perante um contexto prisional, nem todos teriam acesso a este tipo de alimentação.

A já mencionada distinção entre a louça de mesa, a que era adquirida nas olarias de Lisboa e a que era importada, faz assim sentido visto que estamos perante dois tipos de produção muito distintos e com significativa diferença nos seus preços de aquisição. Seriam objetos muito provavelmente destinados a diferentes pessoas que frequentavam o mesmo edifício. Esta afirmação permite-nos debater acerca da continuidade, já mencionada por alguns investigadores para cronologias anteriores, sobre a desigualdade social que pode ser observada na utilização de louça (CASIMIRO *et al.*, 2019). Neste contexto os próprios vidros e mesmo os singelos botões em osso corroboram com esta conclusão. Já a presença de cachimbos não nos permite inferir sobre qualquer diferenciação social atendendo que eram uma prática generalizada a vários escalões sociais (CASIMIRO, 2021: 140).

Após a análise do conjunto de faiança portuguesa podemos concluir que esta corresponde aos modelos de produção das olarias tradicionais em Lisboa, denominada de louça ordinária, demonstrando que estas continuaram a ser produzidas nos centros oleiros durante o século XIX. Ainda que através do presente contexto não possamos concluir nada além de 1830, outros contextos existem para cronologias mais tardias onde estes objetos ainda são recuperados (REIS *et al.*, 2020).

É importante frisar a importância destas olarias no abastecimento não só da cidade, mas nas áreas envolventes, em cronologias mais recentes, por vezes ignorado. As peças correspondem em muito ao que ainda era produzido nos finais do século XVIII, mantendo as mesmas formas. As poucas alterações que se notam surgem a nível de

algumas decorações, ainda que a maioria mantenha as linhas concêntricas e os estilizados elementos vegetalistas que caracterizam os finais do século XVIII. As taças e pratos decorados com linhas azuis dão continuidade aos padrões e gostos que vinham a ser manifestados nas peças produzidas e consumidas desde meados do século XVIII.

O contexto dos Paços do Concelho possui mais louça desta de tipo artesanal do que peças de produção industrial, tanto produzidas em Lisboa como importadas. As razões para tal discrepância podem estar relacionadas com a própria natureza do edifício e consequentemente as pessoas que nele habitavam. As peças das olarias não seriam apenas menos dispendiosas, mas também de fácil acesso.

Mesmo as peças que aparentam ser produzidas nas unidades industriais em Lisboa não correspondem ao que de melhor lá se fazia. As próprias importações inglesas e a peça italiana não podem ser consideradas o que de melhor era produzido naquela altura na Europa. Peças de destaque no contexto, aqui em análise, seria o que de mais comum se utilizaria noutras partes da Europa pelo que as mesmas não têm grande significado no panorama social da própria vila, onde objetos importados de melhor qualidade já foram identificados noutros locais, nomeadamente nos contextos da Igreja da Misericórdia ou na Rua Latino Coelho, podendo ser debatida a relação entre os habitantes da casa e as suas capacidades económicas (CASIMIRO, COUTINHO e ROCHA, no prelo). A sua importância é sim fundamental no panorama social do próprio edifício. A própria porcelana corresponde a peças que já andariam a circular há algum tempo, pelo que não são indicativas da capacidade económica do contexto.

Como verificámos anteriormente as primeiras décadas do século XIX são uma época de instabilidade política e social. Referindo as palavras de Paul Mullins “it is impossible to describe social and material life as separate phenomena” (MULLINS, 2014: 46). Terá isso feito com que este edifício, tribunal e prisão, tivesse mais atividade durante o período em que estas peças foram utilizadas? Almada foi um dos locais onde as tropas inglesas estiveram e montaram linhas de defesa, no entanto, não sabemos o impacto social que isso teve.

## 7 Considerações Finais

A vila de Almada, entre os finais do século XVIII e os inícios do XIX, sofreu diversas alterações quer a nível urbanístico, ainda como consequência do Terramoto de 1755 (que destruiu grande parte dos edifícios na zona da atual denominada Almada Velha), quer a nível económico, resultante da conjuntura política que se veio a desenrolar em Portugal durante este período.

O crescimento urbanístico da vila traduziu-se num processo lento desde o século XVI até meados do século XIX, uma vez que se trata de uma zona intrinsecamente rural, na qual se destaca um número significativo de quintas que marcavam a paisagem. Este carácter rústico parece ter-se desenvolvido durante a Idade Média, comprovado por documentos tais como os forais atribuídos à vila, que fazem inúmeras referências aos produtos agrícolas. A importância da agricultura mantém-se até à segunda metade do século XX. Nas posturas municipais do concelho de Almada, datadas de 1730, é frequente a menção aos caminhos de terra, os moinhos, produção agrícola, o gado e diversas atividades artesanais (SILVA, 2008: 12-22; CAPOTE *et al.*, 2020:123-124). A sua grande importância relativamente à cidade de Lisboa relaciona-se, por um lado, por ser através de Cacilhas que se apanhava, pelo menos desde a Idade Média, o barco para Lisboa e, por ser aqui que muitos nobres tinham as suas quintas para se isolarem da capital. É este o panorama da vila no momento da formação do contexto arqueológico que aqui foi analisado.

Será apenas depois de meados do século XIX, consequência da industrialização de Lisboa e do Estuário do Tejo, que a vila sofre alterações urbanísticas devido ao surgimento de unidades industriais, despontando mesmo o desenvolvimento de um novo núcleo, a Cova da Piedade, e ao crescimento de núcleos mais pequenos, tais como Cacilhas, Pragal e Laranjeiro (SOUSA, 1984-85: 37; RODRIGUES, 1998: 65). Este desenvolvimento levou a um expetável crescimento demográfico.

Os Paços do Concelho não eram um edifício qualquer. Tratando-se de um edifício público, ainda que possamos interpretar a cultura material identificada no seu interior como de cariz doméstico, não estamos perante uma habitação regular. As pessoas que permaneceram no interior do edifício apesar de ali terem dormido e comido não tinham como intenção a construção de conjuntos domésticos que perdurassem no tempo. Assim se justifica a variedade de formas e decorações ali identificadas.

Na análise realizada podemos concluir que existe um maior número de louça de mesa em relação à louça de cozinha, de armazenamento e contentores de fogo (Fig.12). Esta percentagem é expetável. Enquanto uma panela ou frigideira pode ser utilizada para cozinhar para muitos, um prato serve apenas uma pessoa. No entanto, as peças destinadas à produção de alimentos eram manuseadas frequentemente e submetidas a variações de temperatura, partindo com frequência. O mesmo tipo de relação se passa com os cântaros/talhas e os púcaros. Quanto às peças de armazenamento, ainda que a percentagem corresponda a um número reduzido, eram contentores de grandes dimensões. Destaca-se a presença significativa de pratos em faiança tradicional com uma predominância pelas peças decoradas com azul de cobalto mantendo o mesmo tipo de práticas produtivas que se utilizavam desde o século XVI. Correspondendo todas estas peças aos modelos de produção das olarias tradicionais em Lisboa, teremos de reiterar a importância destas olarias no abastecimento da cidade contemporânea, algo por vezes ignorado nos estudos arqueológicos de épocas mais recentes. Este tipo de produção perdurará em termos de comercialização durante muitos séculos.

Sobre as peças de importação, estas são em número muito reduzido quando analisadas no seio do conjunto cerâmico. Apesar de divergirem do tipo de produções que eram usadas à mesa, não se distinguem no panorama europeu e eram muito frequentes.

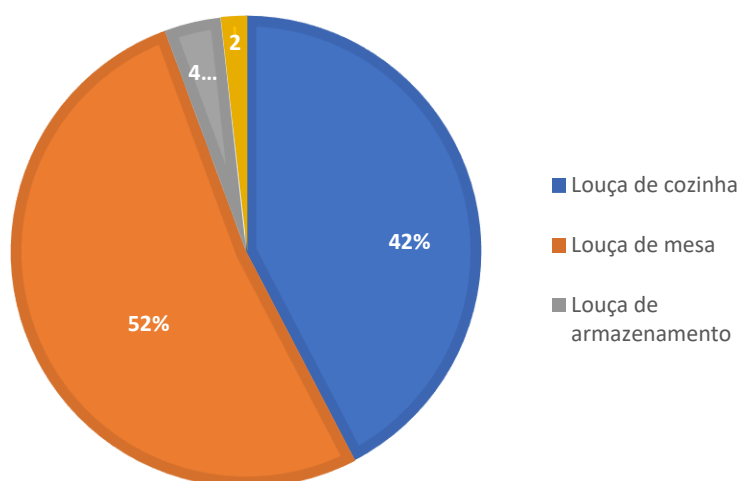


Figura 12. Percentagem de louça por tipologia (NMI) (louça de mesa, de cozinha, de armazenamento e contentores de fogo)

Em termos de louça de cozinha as formas continuam a ser as mesmas que eram utilizadas na preparação e confeção de alimentos em épocas anteriores. A sua maioria é constituída por louça vermelha, tratando-se por isso de produções locais ou de áreas próximas. Contudo, é necessário salientar que, apesar das formas se manterem as suas percentagens mudam relativamente ao que se verificou no século XVIII. A panela já não é a forma mais expressiva, mas sim a frigideiras, o que nos leva a deduzir que talvez as panelas passassem a ser feitas em ligas metálicas, e daí não termos registo da sua presença uma vez que sendo feitas em metal não só possuíam uma menor fragilidade como podiam ser recicladas, justificando assim a sua ausência no contexto arqueológico.

Numa perspetiva europeia urbana todo o século XIX, sobretudo em países como Inglaterra, é por norma visto como um despertar de uma nova sociedade onde o consumo de bens necessários à manutenção de um contexto doméstico passa a adquirir quantidades de material para além daqueles necessários, consequência da massificação do consumo. A adopção deste modelo para Portugal deve ser sempre antecedida de uma apreciação crítica, contudo, e apesar de não conseguirmos fazer estudos comparativos com outras localidades portuguesas, devido à ausência de estudos de carácter arqueológico, é imperativo concluir que isso não foi o que se passou em Almada nos inícios do século XIX.

Do ponto de vista da organização do território a vila insere-se num ambiente rural que se caracteriza pela difusão de quintas que pertencem a famílias quer abastadas quer com menos meios, que vivem do que a terra lhes dá. A base social da vila propriamente dita não sendo sobejamente conhecida, não pertence, na sua maioria, a elevados escalões sociais. Neste sentido a coleção exumada dos Paços do Concelho, não ignorando o carácter público do edifício, não reflete uma capacidade de aquisição muito elevada.

A maior parte da coleção é constituída por formas que seguem as tendências que vinham a ser produzidas e consumidas desde do século XVII-XVIII, demonstrando uma continuidade e persistência no tipo de consumo. Contudo, não podemos ignorar que os produtos da industrialização inglesa já circulavam pelo país abundantemente nesta altura, mostrando que não existia qualquer resistência à aquisição dos produtos da industrialização. A presença de peças produzidas nas fábricas de Lisboa, nomeadamente na Real Fábrica de Louça ao Rato, mostra a vontade de consumir este novo tipo de produções. É interessante notar como as alterações industriais se dão sobretudo a nível da decoração e não da forma. Ligada à novidade da inovação estética mantinha-se a tradição

morfológica e funcional, num jogo de inovações e manutenções que caracterizam o século XIX. Os padrões de consumo material deste contexto arqueológico demonstram, refletem e confirmam, através da sua discrepância produtiva, a identidade e a posição social dos consumidores, e como é que estes usam as coisas de modo a moldarem a sua definição de si mesmos e dos outros (MULLINS, 2011: 2).

O propósito inicial desta tese era fazer uma análise de um contexto que permitisse compreender quais as alterações a nível de consumo, no momento em que num Portugal onde a indústria era ainda incipiente e começavam a surgir peças de produção industrial. Esta aproximação multi-temporal permitiu a conjugação de mentalidades tradicionais com produções inovadoras, algo que, para as cronologias aqui analisadas e do ponto de vista da cultura material, nunca tinha sido realizado na zona da grande Lisboa.

A transição entre a produção de olaria para a produção de fábrica, no que à cerâmica diz respeito, pode ser considerada demorada. Este contexto terá sido formado quatro a cinco décadas depois da abertura da primeira fábrica em Lisboa e, apesar das peculiaridades deste edifício em questão, nomeadamente o seu uso como prisão, o que pode ter condicionado a aquisição de objetos, a maioria dos objetos ainda não revela uma adesão em massa às novas formas de consumo.

Acreditamos que este tipo de consumo estará mais relacionado com a capacidade de aquisição, ou o grupo que as adquiria, do que com a disponibilidade da mesma. A já mencionada escassez de publicações de contextos desta cronologia não permite aqui apresentar dados concretos de outros contextos, mas a presença de louça de olaria no contexto empobrecido da Rua D. Dinis (Lisboa) já nos finais do século XIX, ou a abundância de cerâmica de produção industrial na colecção da Rua Latino Coelho (Almada) mostra que a louça de produção industrial, pelo menos durante o século XIX está relacionada com a capacidade económica para a adquirir.

Relativamente aos Paços do Concelho acreditamos que é possível caracterizá-lo como um momento de transição, sobretudo do ponto de vista tecnológico, ainda que com a sensação que este conceito não permite um inteiro conhecimento das realidades sociais e culturais aqui presentes. Não podemos negar a importância das manutenções culturais, mesmo que as mesmas possam representar apenas uma pequena parte da população almadense.

## 8 Bibliografia

ALEXANDER. T. (1983) – *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, 10 vols., America, International Series, BAR, Oxford: Archaeopress.

ANTÓNIO, T.; HENRIQUES, F. (2012) – A Ermida do Espírito Santo de Almada notícia preliminar sobre os testemunhos documentais. In: *Al-madan*, série II nº17 pp. 150-154.

ANTUNES (2000b) – Núcleo Medieval/ Moderno de Almada Velha 2 – Musealização de um Sítio Arqueológico, programas e projetos. Câmara Municipal de Almada. Almada. pp.150.

ARAÚJO, A. (1993) – As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais in: Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 17-43.

ARAÚJO, J.; OLIVEIRA, N. (2020) – Uma (pequena) janela, aberta pela Arqueologia, sobre o quotidiano urbano micaelense de final de oitocentos (São Miguel, Açores). In: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp.91-121.

BARGÃO, A. (2015) – *Vivências do Quotidiano do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa): os contextos do poço SE do claustro NE*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

BARRADAS, A. (2017) – *Entre a Idade Média e a Época Moderna no Hospital Real de Todos-os-Santos: os contextos do poço de T1 da Praça da Figueira (Lisboa)*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

BARROS, L. (1984) – Trabalhos arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada. *Al-Madan*, 1ª série, nº 3, pp. 25-27.

BARROS, L. (1994) - Redescobrir Almada Velha. In: *Noticias do Concelho*. Património. pp. 10-11.

BARROS, L. (1998) - *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Câmara Municipal de Almada, Almada, pp. 35-44.

BARROS, L. (2000) - Arqueologia urbana em Almada. in PEQUITO, L., (ed.), *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha: o passado como expressão do presente*, Almada: Museu Municipal, pp. 19-37.

BARROS, L., CARDOSO, J. L., SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem Sul do Tejo: economia e integração cultural do povoado do Almaraz (Almada). *Estudos Orientais*, 3, pp. 143-181.

BARROS, L.; GOUVEIA, L.; GOMES, M. (1983-84) – Igreja da Misericórdia da Almada. In: *Al-madan* série I nº2, pp.79-83.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2003) - Rua da Judiaria: um Celeiro nos arrabaldes da vila. In *Cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela: Câmara Municipal, pp. 135-144.

BARROS, L.; RAPOSO, J. (1984) - Almada. Misericórdia de Almada- 1982 e 1983. In: *Informação Arqueológica* Nº5. pp. 124-126.

BARROS, L.; SANTO, P. (1993) – Museu Municipal de Almada e a Intervenção arqueológica em Almada. In *Actas das Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada. pp. 31-32.

BATALHA, L. e CARDOSO, G. (2013) - Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa. Emerita – *Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, pp.113-140.

BATALHA, L.; PEREIRA, S.; BARROS, L. (2007) – Espólio dos séculos XIV-XV: do silo 12 da Rua da Judiaria – Almada, *Anais de Almada*, 9-10, pp. 35-93.

BELTRÁN DE HEREDIA BERCERO, J.; CAPELLI, C.; DI FEBBO, R.; MADRID I FERNÁNDEZ, M.; BUXED I GARRIGÓS, J. (2015) – Imitaciones de cerâmicas Taches Noires en Barcelona en el siglo XVIII. Datos arqueológicos y arqueométricos. in: *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 613-618.

BLAKE, H. (1981) – Pottery exported from Northwest Italy between 1450 and 1830: Savona, Albisola, Genoa, Pisa, and Montelupo. in: Barker, G.; Hodges, R. (eds) *Archaeology and Italian Society; Prehistoric, Roman and Medieval Studies*, Oxford, Archaeopress, pp. 99-124.



BLUTEAU, R. (1712-1728) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... /*, Tombo 6, Letra P. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, pp. 422.

BOAVIDA, C. (2012) - Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal). in: Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds) *Velhos e Novos Mundos*”: *Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: CHAM, vol. 1. pp.135-139.

BOAVIDA, C., CASIMIRO, T.M., SILVA, T. (2013) - Intervenção Arqueológica na Rua Braamcamp Freire (Santarém) e Descoberta de Esgoto Oitocentista. *Al-Madan*, nº 172ªa serie, adenda electrónica, pp. 112-113.

BOAVIDA, C., MEDICI, T. (2018) – Da importação à inspiração. Os vidros do Largo do Coreto, Carnide (Lisboa) In: *MEIOS VIAS E TRAJETOS...ENTRAR E SAIR DE LISBOA*. ISBN 978-972-8543-49-5.

BUGALHÃO, J. e COELHO, I. P. (2017) - Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica. in A. Caessa, C. Nozes, I. Cameira e R. B. Silva (coord.), *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp.107-145.

CALADO, M.; FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; MARQUES, A. (2013) – Cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, pp. 383-392.

CALADO, M.; PIMENTA J.; SILVA, R. (2003) - Cachimbos de cerâmica provenientes do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa. *Património Estudos*, 5, pp. 83–95.

CALADO, R. (1992) – *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do séc. XX*. Edição CTT- Correios de Portugal, Lisboa.

CALADO, R. (2005) – *Faiança Portuguesa*. Roteiro do Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa: Instituto Português de Museus.

CAPELLI, C.; DI FEBBO, R.; AMOURIC, H.; CABELLA, R.; VALLAURI, L. (2015) – Importazioni e imitazioni locali di ceramica a taches noires in Provenza nel XVIII-XIX secolo. Dati archeologici e archeometrici, in: *Ceramica dai Castelli e dagli*

*insediamenti: contesti rurali e urbani a confronto (X-XIV secolo): atti XLIX Convegno internazionale della cerâmica, Albisola: Centro ligure per la storia della cerâmica, pp. 339-346.*

CAPELLI, C.; RICHEZ, F.; VALLAURI, L.; CABELLA, R.; DI FEBBO, R. (2012) – L’Epave du Grand Conglué 4: Caracterisation Archaeologique et Archeometrique d’Unlot de Ceramiques à Taches Noires de Albisola-Savona, in: *Navi, Relitti e Porti: Il Commercio Marittimo della Ceramica Medievale e Postmedievale*. Atti XLV Convegno internazionale della cerâmica, Albisola: Centro ligure per la storia della cerâmica, pp. 7-26.

CAPOTE, M.; SEQUEIRA, J.; BARROS, L.; CASIMIRO, T. M. (2020) – Uma lixeira contemporânea na Quinta do Almaraz, em Almada e a importância da gestão dos lixos urbanos (1890-1910), in: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp. 123-141.

CARDOSO, G.; LUNA, I. (2012) - Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras entre os séculos XV e XVIII: um olhar através dos objectos do poço dos Paços do Concelho, in: Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds) “*Velhos e Novos Mundos*”: *Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: CHAM, vol. 1. pp. 163-172.

CASIMIRO, T. M. (2010) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

CASIMIRO, T. M. (2011) - Estudo de espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*, 5ª série, nº 1, pp. 689-726.

CASIMIRO, T. M. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução cronológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 355-373.

CASIMIRO, T. M. (2020) – Materialidade quotidianos de Idade Moderna em Alhandra. Os contextos arqueológicos da escavação do Centro de Saúde. *Cira Arqueologia*, 7, pp. 232-244.

CASIMIRO, T. M.; ALMEIDA, M.; BARBOSA, T.M. (2018) – Largo Duque do Cadaval. Evidências uma catástrofe. *Arqueologia e História*, 68, pp. 111-126.

CASIMIRO, T. M.; BARROS, L. (2015) - De quem são estas *ollas*. Comer, beber e armazenar em Almada no século XIII, in: *Actas do X Congresso Internacional de Cerâmica no Mediterrâneo Ocidental, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola*, pp. 337-342.

CASIMIRO, T. M.; BISCAIA, F.; MARTINS, A.; MONTEIRO A. (2020) – Comunidade e identidade marítima. Uma aldeia de pescadores na Península de Tróia nos finais do século XIX. In: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp. 49-64.

CASIMIRO, T. M.; GOMES, J. P. (no prelo) – Formas e sabores: alimentação e cerâmica nos séculos XVII e XVIII, *Conimbriga*.

CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; BOAVIDA, C. (2018) – *Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries)*. in: Pereira, S.; Marluci, M.; Rodrigues, J. (eds) *GlazeArt2018. International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*, Lisboa: LNEC, pp. 268-282.

CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; NEVES, D. (2019) - Pottery Use and Social Inequality in Mid-18th century Lisbon. An Initial Approach, in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress, pp. 1-18.

CASIMIRO, T. M.; NEWSTEAD, S. (2019) – 400 years of water consumption: Early Modern Pottery Cups in Portugal. In: *OPHIUSSA*, vol.3. Lisboa. ISSN 1645-653X. pp.145-153.

CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. (2019) – os deuses devem estar loucos ou a emergência de uma arqueologia contemporânea em Portugal. *Al-Madan* online, 21.

CASIMIRO, T.M. (2021) - What a delightful day. Spare time representations in Portuguese pottery, in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis II*, Oxford: Archaeopress, pp. 135-142.

CASIMIRO, T.M.; COUTINHO, I.; ROCHA, S. (no prelo) - Public house or private rooms? A late 18<sup>th</sup> /early 19<sup>th</sup> century establishment in Almada (Portugal), *Journal of Post-Medieval Archaeology*.

CORDEIRO, L. (1994) – A arqueologia industrial. Uma vertente fundamental da Arqueologia Urbana, *Bracara Augusta*, Vol. XLV, pp. 169-190.

- CORREIA, M. (ed.) (2009) – *Fábrica de Louça de Miragaia, Lisboa*: Museu Nacional do Azulejo.
- CRUZ, M.; CORREIA, V. (2007) – *Cerâmica Utilitária*. Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN 978-972-776-332-0.
- CUNHA, R. (2015) – Arqueologia Industrial: fontes, métodos e técnicas. *Al-Madan*, 18, II série, pp. 96-106.
- CUSTÓDIO, J. (1993) – Almada Mineira, Manufactureira e Industrial. – I. A exploração das minas de ouro da Adiça. *Al-Madan*, IIª Série, 2, pp. 89-103.
- CUSTÓDIO, J. (1994) – Fábricas das Sedas da Rato, in Santana, F.; Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, pp. 372-375.
- CUSTÓDIO, J. (1995) – Almada Mineira, Manufactureira e Industrial. – II e III, *Al-Madan*, IIª Série, 4, pp. 128-139.
- CUSTÓDIO, J. (2002) – *A Real Fábrica dos Vidros de Coima e o Vidro em Portugal no século XVIII. Aspectos Históricos, Tecnológicos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa: IPPAR/CMB.
- CUSTÓDIO, J. (2015) – O Território e o Tempo da Arqueologia Industrial. Intervenção e investigação: realidades de hoje, perspectivas de futuro. *Al-Madan*, 18, II série, pp. 80-95.
- DI FEBBO, R.; CASAS, L.; CAPELLI, C.; CABELLA, R.; VALLCORBA, O. (2018) – Catalan Imitations of the Ligurian Taches Noires Ware in Barcelona (18th–19th Century): An Example of Technical Knowledge Transfer, *Minerals* 8. pp.1-16.
- DIAS, V.; CASIMIRO, T. M.; GONÇALVES, J. (2017) – Os bens terrenos da necrópole da Igreja da Misericórdia (Almada). in: ARNAUD, J; MARTINS, A. (eds) *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos*, Lisboa: *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp. 1675-1690.
- DUCO, D. (1987) – *De Nederlandse Kleipijp*. Leiden: Museu do Cachimbo.
- EATWELL, A.; WERNER, A. (1991) – A Staffordshire Warehouse – 1794-1825. *Journal of the Northern Ceramic Society* Volume 8, pp. 121-125.
- ESTEVES, L. (2003) - *Real fábrica de louça ao Rato*. Lisboa: Museu do Azulejo.
- ESTEVES, T. (1993) - A Quinta da Cerca -Almada. In: *Património* pp.21-24.

FERNANDES, I. (2012) – Um gosto decorativo. Louça preta e vermelha polvilhada de branco (mica). In: TEIXEIRA, A., BETTENCOURT, J. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM-UNL/FCSH e UAÇ. Vol.2, pp.897-908.

FERNANDES, I.M. (2001) – Formas e Funções da Faiança Portuense Oitocentista, in: *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Porto: Museu Nacional Soares dos Reis, pp. 29-51.

FERNANDES, M. (1993) - Documentos relativos à história de Almada a Igreja de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Assumpção. In: *Al-madan* série I n<sup>o</sup>3, pp.111-115.

FERREIRA, S.; NEVES, C.; MARTINS, A.; TEIXEIRA, A. (2017) – Fragmentos de mesa nobre e de uma cidade em transformação: Porcelana chinesa num contexto de terramoto na Praça do Comércio (Lisboa). *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*. pp. 459-477.

FLORES, A. (1994) - Almada das Origens à elevação da cidade. Almada. pp.36.

FLORES, A.; NABAIS, A. J. (1983) - *Os Forais de Almada e o seu termo*. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média. Câmaras Municipais de Almada e Seixal.

FRANGIPANE, M. (2012) - "Transitions" as an archaeological concept. Interpreting the final Ubaid - Late Chalcolithic transition in the northern periphery of Mesopotamia, in *After the Ubaid. Interpreting change from the Caucasus to Mesopotamia at the dawn of urban civilization (4500-3500 BC). Papers from The Post-Ubaid Horizon in the Fertile Crescent and Beyond*, Istanbul: Institut Français d'Études Anatoliennes-Georges Dumézil, pp. 39-62.

GARDINI, A.; BENETE, F. D. (1997) – Ceramica postmedievale in Liguaria: dati archeologici, in: *La ceramica postmedievale in Italia: il contributo dell'archeologia in: Centro ligure per la storia della cerâmica*, pp. 47-66.

GOMES, M. e ANTUNES, L. (1985) - *Intervenções de Salvamento em Almada. Problemas de Crescimento e Alteração ao Traçado Urbano Tradicional*. I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana.

GOMES, M.V; GOMES, R.V. (1993) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço - cisterna de Silves, *Xelb*, 3, pp. 143-205.

GOMES, P. (1996) – O livro de cozinha da Infanta D. Maria. *Olaria*, 1. Câmara Municipal de Barcelos, pp. 93-104.

GOMES, R.; GOMES, M.; ALMEIDA, M.; BOAVIDA, C.; NEVES, D.; HAMILTON, K.; SANTOS, C. (2013) – Convento de Santana (Lisboa): Estudo preliminar do espólio da Fossa 7. In: A. J. Morais, M. Andreia e N. César (eds.), *Arqueologia em Portugal - 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

GOMES, R.V. (2012) – A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, Série V, 2, pp. 13-75.

GONÇALVES, E. (2000) – *Memórias do Ginjal*. Centro de Arqueologia de Almada, Câmara Municipal de Almada. Almada.

GONÇALVES, J. e OLIVEIRA, N. (2020) – Uma (pequena) janela, aberta pela Arqueologia, sobre o quotidiano urbano micaelense de final de oitocentos (São Miguel, Açores). In: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp. 91-121.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2016) – Archaeology and the time of modernity, *Historical Archaeology*, 50 (3), pp. 144-164.

GRAÇA, F. A. A. (2011) – *Eficiência energética em edifícios de serviço no Concelho de Almada. Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Perfil de Gestão e Sistemas Ambientais*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

GRIFFIN, J. (2005) - *The Leeds Pottery 1770-1881*, Leeds: Leeds Art Collection Fund.

HENRIQUES, J. P.; CASIMIRO, T. M. (2018) - Pelo Tejo acima: dois séculos de porcelana em Vila Franca de Xira, *Cira Arqueologia*, 6, pp. 254-269.

HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; CASIMIRO, T. M.; KRUS, A. (2019) - Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa), in: *Fragmentos de Arqueologia, Extrair e Produzir. Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, pp. 108-120.

HISSA, S. (2019) – Brancos, castanhos e vermelhos: cachimbos arqueológicos de cerâmica no Forte Orange. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol.1 pp.3-28.

HISSA, S.; LIMA, T. (2019) – Cachimbos brancos da Região do Valongo: o cachimbo cosmopolita no Rio de Janeiro Oitocentista. *Revista de Arqueologia*. Vol.32 nº2 pp.61-85.

HUME, N. (1976) - *A Guide to Artifacts in Colonial America*, Williamsburg: Alfred A. Knopf.

KENZLER, A., MOMMSEN, H., KOTTMANN, A., (2015) – German stoneware in the Spanish colony of Old Panama. A step to a global world – Historical Archaeology in Panamá: *German Researches on the first Spanish city on the Pacific Ocean*. ISBN 978 1 4073 1401 3.

KYBALOVA, J. (1989) – *European creamware*, London: Mitchell Beazley.

LABADI, S. (2001) - Industrial Archaeology as Historical Archaeology and Cultural Anthropology, *Papers from the Institute of Archaeology*, 12, pp. 77-85.

LEÃO, A., SOUSA, R., MARTINGIL, M., FILIPE, V. (2020) – Fancy a drink? As garrafas da Rua do Salitre e o consumo de água e *gin* em Lisboa no século XIX. In: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp. 65-90.

LOPES, M. J.; NETO, J. L.; SEROMENHO, L. (2006) – Sobre uma possível embarcação descoberta na Comporta, *Subsídios para o estudo da História Local* 3, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, pp.175-181.

MAGALOTTI, L. (1695) – *Lettre sopra i bucheri, con l'aggiunta di letter contro l'ateismo, scientifiche ed erudite, e di relazioni varie*. Edição de Praz. M. (1945). Florença.

MANGUCCI, C. (2007) - Da louça ordinária e não tão ordinária que se fazia em Lisboa em 1767. *Cenáculo*. Boletim on-line do Museu de Évora. Évora. 1, pp. 1–8.

MARCEL, S. (1994) – *Buttoning Down the Past: A Look at Buttons as Indicators of Chronology and Material Culture*. University of Tennessee Honors Thesis Projects.

MATOS, M. A. (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa: Instituto Português de Museus.

MATOS, M. A. (2003) – *Porcelana chinesa. Chinese Porcelain*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian.

MATTOSO, J. (2011) - *História da Vida Privada em Portugal*. A Época Contemporânea. Círculo de Leitores e Temas e Debates, Lisboa. ISBN: 978-972-42-4640-6.

MEDICI, T. (2005) - The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th-19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8(2), pp. 535-569.

MEDICI, T. (2014) – *O vidro tardomedieval e moderno em Portugal (séculos XIV-XVII). O contributo da arqueologia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (texto policopiado).

MILANESE, M.; BIAGANI, M.; VENTURA, D. (1997) – La ceramica 'à taches noires': un indicatore dell'archeologia postmedievale mediterranea, in: Convegno internazionale della cerâmica: La ceramica postmedievale in Italia: il contributo dell'archeologia: atti XXVII Convegno internazionale della ceramica, Albisola: Centro ligure per la storia della cerâmica, pp. 337-354.

MILHEIRO, L. (2012) – *A Indústria Vinícola em Cacilhas nos séculos XIX e XX. Actas do 1º Encontro sobre Património de Almada e Seixal* (coord.) Elisabete Gonçalves, Francisco Silva e Vanessa Dias. Centro de Arqueologia de Almada.

MILLER, G. (2015) – Common Standard Creamware Plate Patterns (<http://www.jefpat.org/diagnostic/postcolonial%20ceramics/Cup%20Shapes/Common%20Creamware%20plate%20patterns.pdf>) – consultado a 19/12/2018.

MILLER, G. L.; HUNTER, R. (2001) – How Creamware got the Blues: The Origins of China Glaze and Pearlware, *Ceramics in America*, 1, pp. 135-161.

MULLINS, P. (2011) – *The Archaeology of Consumer Culture*, Gainesville: University Press of Florida.

MULLINS, P. (2014) – The Banality of Everyday Consumption: Collectioning Contemporary Urban Materiality, *Museum Anthropology*, 37, pp. 46-50.

MULLINS, P., YLIMAUNU, T., BROOKS, A., KALLIO-SEPPÄ, T., KUORILEHTO, M., NURMI, R., OIKARINEN, T. HERVA, V., SYMONDS, J. (2013) – British Ceramics on the Northern European Periphery: Creamware Marketing in Nineteenth-Century Northern Finland. *Internacional Journal of Historical Archaeology*. Vol.17. Nº4. ISSN 1092-7697.



OLAIO, A.C.S. (2015) - *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (texto policopiado).

OLIVEIRA, F. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

OSWALD, A. (1975) – *Clay pipes for the archaeologist*. British Archaeology Reports, Oxford, 14.

PARREIRA, C. (2019) – *A Faiança Portuguesa do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (Alcácer do Sal)*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

PAULA, N. (2019) – *A produção oleira na Lisboa dos séculos XVI e XVII: Um forno cerâmico no Largo das Olarias (Mouraria)*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

PEDREIRA, J.; FARIA, M.; MONTEIRO, N. (2013) – O colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834, in: *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa. ISBN: 978-989-672-186-2.

PEIXOTO, S.; LIMA, T. (2018) – As louças destinadas ao serviço e consumo de alimentos. in: *Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde e cultura* (coords.) SOARES, C.; RIBEIRO, C. Vol.2. ISBN: 978-85-68324-98-1 pp. 343-351.

PIMENTA, J.; SILVA, R. (2020) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Centro de Saúde de Alhandra. In: *CIRA Arqueologia* nº7, pp. 254-260.

PINTO, M.; FILIPE, I.; MIGUEL, L. (2011) – Os cachimbos de caulino provenientes do Mercado da Ribeira: Contributo para a história socio-económica da Lisboa Moderna, *NIA Apontamentos*, pp. 41-48.

RAIMUNDO, M. I.; DIAS, V. (2013) – Subsídios para o Estudo da Ocupação Islâmica de Almada, *Anais de Almada*, 13, pp. 31-46.

RAMALHO, M.; FOLGADO, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In: *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, coord. BARROS, L. e HENRIQUES, F. Almada, Câmara Municipal, ISBN 972-9134-41-3 pp.247-268.

RAMOS, R.; SOUSA, B.; MONTEIRO, N. (2009) – *História de Portugal*. (coord.) Rui Ramos. A Esfera dos Livros, Lisboa. ISBN: 978-989-6626-366-9.

RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramique. Etat de la question et pistes de réflexion, in: ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (eds), *La quantification des céramiques: conditions et protocole: actes de la table ronde du Centre Archéologique européen du Mont Beuvray*, Mont Beuvray: Centre archéologique européen du Mont Beuvray, pp. 11-16.

REIS, A.; ROQUE, J.; HENRIQUES, J.; FILIPE, V.; CASIMIRO, T. M. (2020) – A voz dos esquecidos. Evidências materiais de pobreza na cidade de Lisboa nos inícios do século XX, in: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp. 143-156.

RICKARD, J. (2006) – *Mocha and Related Dipped Wares, 1770-1939*. University Press of New England.

RODRIGUES, C. D.; NETO, J. L.; BORGES, L.; PERES, M.; PARREIRA, P. (2018) – O lugar da Achada, falanstério de inspiração maçónica, *Atlântida Revista de Cultura*, LXIII pp. 1-26.

RODRIGUES, C.; NETO, J.; BORGUES, L.; PERES, M.; PARREIRA, P. (2020) – Um possível falanstério açoriano. O povoado da Achada, em Angra do Heroísmo, in: *Arqueologia Contemporânea em Portugal – séculos XIX e XX*. pp.17-43.

RODRIGUES, J. (1998) - *Almada: Como nasce uma cidade*. 2ª Jornadas de estudo sobre o Concelho de Almada.

RODRIGUES, M. (1996) – *Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923*. *Análise Social*, vol. XXXI, pp. 631-682.

ROSA, S.; HNERIQUES, F.; ANTÓNIO, T. (2017) - Intervenção Arqueológica na Rua Capitão Leitão nº2 (Almada) notícia preliminar. In: *Al-madan* série II nº21, pp.34-39.

SANTOS, G. (2005) - “A Arte de Sangrar na Lisboa do Antigo Regime”. In *Tempo*, vol. 10, n.º 19. Rio de Janeiro: Instituto de História/Universidade Federal Fluminense, pp. 43-60.

SEQUEIRA, J.; CASIMIRO, T.M. (2015) - Fragmentos de um mundo contemporâneo: objectos em grés recuperados no Tejo. *Cira Arqueologia*, 4, pp. 209-215.

SILVA, A. (1993) – A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo, in: Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. 5 Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 89-106.

SILVA, F. (2008) – *Ruralidade em Almada e Seixal nos séculos XVIII e XX: Imagem, Paisagem e Memória*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta.

SILVA, R.; PIMENTA, J.; AMARO, C. (2020) – Cachimbos de Barro Caulínico da Sé da Cidade Velha (República de Cabo Verde). *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. pp.1787-1799.

SIMÃO, I.; PINTO, M.; PIMENTA, J.; FERREIRA, S.; BARGÃO, A.; SILVA, R. (2020) – Os cachimbos dos Séculos XVII e XVIII do Palácio Mesquitela e Convento dos Inglesinhos (Lisboa). *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. pp.1761-1773.

SOUSA, M. (2020) – *A Evidências dos Estados Alterados de Consciência no Registo Arqueológico da Idade Moderna em Portugal*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

SOUSA, M.; HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V. (2020) - «Tomar os fumos da erua que chamão em Portugal erua sancta». Estudo de Cachimbos provenientes da Rua do Terreiro do Trigo, Lisboa. *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*.

SOUSA, R. (1984) - Igreja de St<sup>a</sup> Maria do Castelo um monumento desaparecido. In: *Al-madan* série I N<sup>o</sup>3, pp.21-24.

SOUSA, R. (1984-1985) - Evolução do Perímetro urbano de Almada (séculos XIV a XVIII). In: *Al-madan* série I n<sup>o</sup>4-5, pp.35-38.

SOUSA, R. H. Pereira (1981) - *Fortalezas de Almada e seu termo*. Edição do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada. Almada.

SOUZA, R. (2013) – Grés, vinho e imigração: arqueologia de uma produção vitivinícola, São Paulo, 1920-1950. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8 (1), pp. 39-58.

TINOCO, A. (1996) - *Almada na 2ª metade do séc. XVIII*. Actas das 2ª Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada, (coord.) Maria José Espinhal dos Santos, Luís Pequito Antunes. ISBN 972-9134-30-8.

TORRES, J. (2011) - *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

VARGUES, I. (1993) – O processo de formação do primeiro movimento liberal: A Revolução de 1820, in: Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. 5 Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 45-64.

VARGUES, I.; TORGAL, L. (1993) – Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político, in: Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. 5 Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 17-43.

VICTOR, I.; GONÇALVES, L. (1993) - *Castelos e Fortalezas da Costa Azul*.

VIEIRA, V.; CASIMIRO, T. M.; FILIPE, V.; DETRY, C. (2019) – Vamos falar com os nossos botões. Uma oficina do século XIX na Mouraria in: *Fragmentos de Arqueologia, Extrair e Produzir. Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, pp. 133-140.

## 9 Webgrafia

Almada Virtual Museum [em linha]. Lisboa [consultado a 23 de outubro, 2020] Disponível em WWW:<URL: <https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/01/os-pacos-do-concelho.html>

Colonial Sense [em linha]. Lisboa [consultado a 04 de dezembro, 2020] Disponível em WWW:<URL: [http://colonialsense.com/Antiques/Other\\_Antiques/Mochaware.php](http://colonialsense.com/Antiques/Other_Antiques/Mochaware.php)

Operacional [em linha]. Lisboa [consultado a 4 de janeiro, 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://www.operacional.pt/a-guerra-civil-de-espanha-passou-pelo-tejo-o-forte-de-almada/>

Seminário de São Paulo [em linha]. Lisboa [consultado a 4 de janeiro, 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://www.smspaulo.diocese-setubal.pt/>

The British Museum [em linha]. Lisboa [consultado a 15 de janeiro, 2021]  
Disponível em WWW:<URL:  
<https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG217415>

União das Freguesias Almada-Cova da Piedade-Pragal-Cacilhas [em linha].  
Lisboa [consultado a 04 de dezembro, 2020] Disponível em WWW:<URL:  
<https://www.uf-acppc.pt/pag.asp?c=3&sc=4&p=18&t=pagina>

Victoria and Albert Museum [em linha]. Lisboa [consultado a 04 de dezembro,  
2020] Disponível em WWW:<URL: <https://www.vam.ac.uk/articles/a-z-of-ceramics>

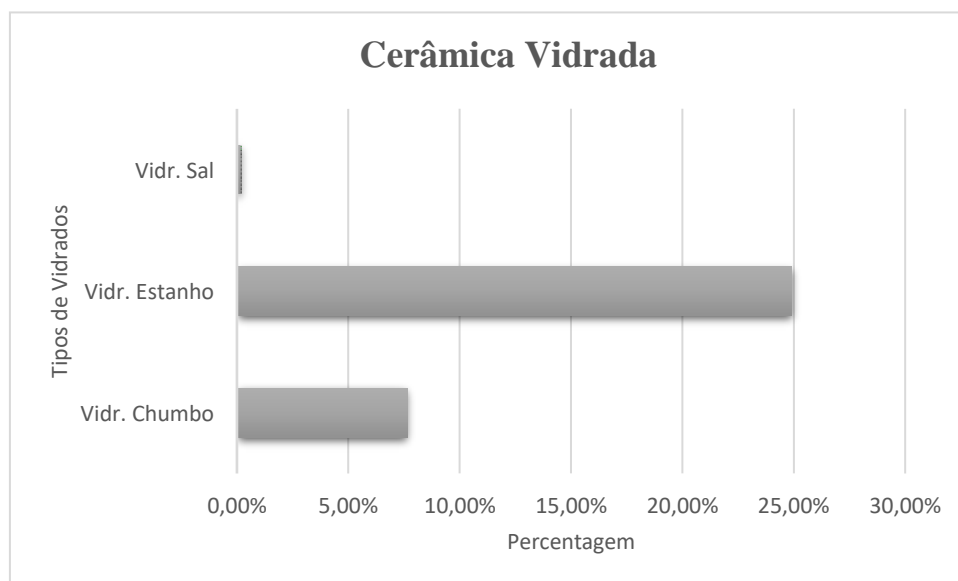
## 10 Anexos

### 10.1 Anexos A: Tabela e Gráfico

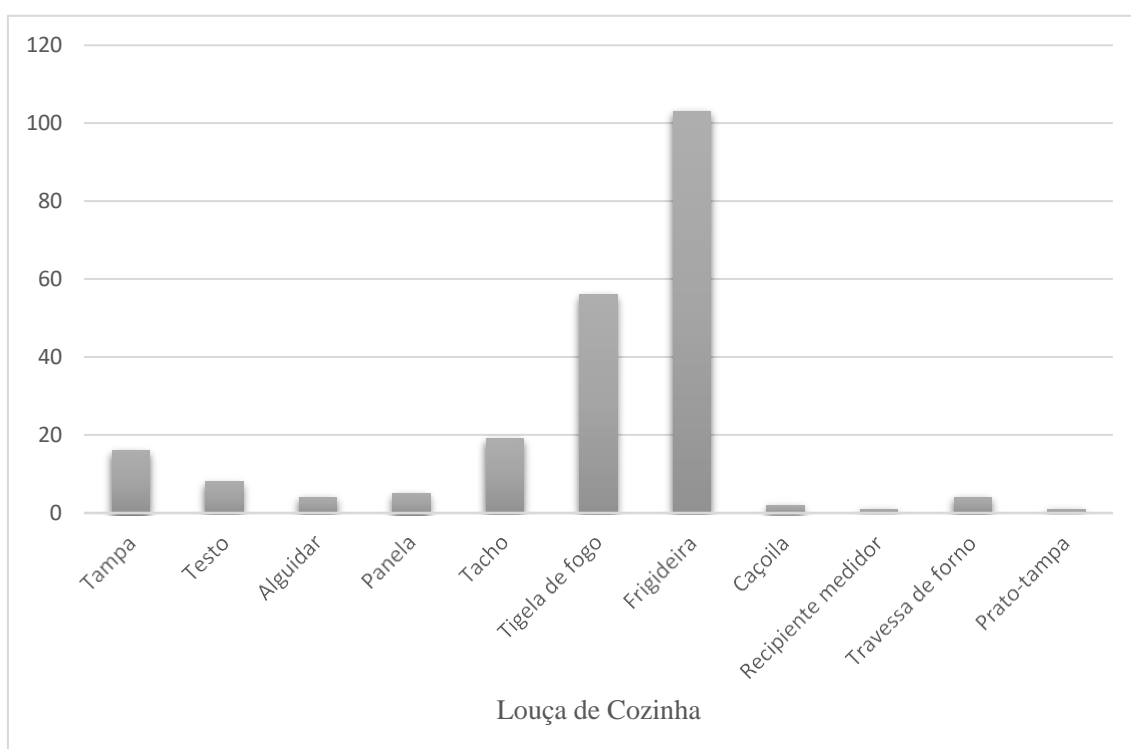
Tipologia	Bordo	Parede	Fundo	Asa	Perfil Completo	NMI
<b>C. Não Vidrada</b>						
Alguidar	6	-	5	-	1	1
Panela	20	1	41	3	3	3
Tacho	114	-	68	-	8	20
Pote	2	13	12	-	3	3
Pote-talha	5	-	-	-	1	6
Púcaro	73	27	71	39	14	70
Testo	18	-	5	-	3	8
Tampa	47	-	3	-	1	16
Caçoila	2	-	-	-	1	2
Tigela de Fogo	70	-	15	-	10	55
Medida de Capacidade	1	-	-	-	-	1
Copo	-	2	3	-	-	2
Travessa de Forno	59	-	17	-	5	4
Especieiro	3	-	-	-	1	2
Candeia	-	-	2	-	-	2
Cântaro	6	30	3	1	-	2
Mealheiro	1	-	-	-	-	1
Assador de Castanhas	-	2	-	-	-	2
Bilha	-	-	3	2	2	5
Fogareiro	17	7	9	3	3	3
Frigideira	61	-	55	2	-	61
Jarro	2	-	-	-	-	2
Indeterminados	-	1899	-	-	-	-
<b>C. Vidrada</b>						
Alguidar	5	2	-	-	2	3
Frigideira	61	25	129	1	12	42
Garrafa	1	10	3	1	1	1
Vaso de noite	1	8	10	1	1	2
Pote	7	-	-	-	-	1
Prato	-	-	-	-	1	1
Taça	29	23	6	-	7	10
<i>Creamware</i>	51	38	29	-	5	51
<i>Mocha Ware</i>	-	-	-	-	2	2
<i>Victoria Yellow Ware</i>	1	-	-	-	1	2
<i>Stoneware</i>	1	9	-	-	-	1
<i>Tache Noire</i>	-	-	-	-	1	1
<b>Faiança Tradicional</b>						
Faiança Branca						
Castiçal	-	1	-	-	-	1
Covilhete	-	-	6	-	1	7
Especieiro/ Salseira	2	-	-	-	-	2
Pote	-	2	2	-	-	2
Prato	27	6	59	-	-	19

Taça	-	12	4	-	-	4
Indeterminados	-	281	-	-	-	-
<b>Faiança Azul e Branca</b>						
Jarro	-	2	-	-	-	-
Manga de Farmácia	-	-	1	-	-	1
Prato	85	2	29	-	8	39
Taça	9	3	1	-	2	11
Indeterminados	-	130	-	-	-	-
<b>Faiança Vinoso e Branca</b>						
Prato	49	1	25	-	1	15
Taça	-	1	-	-	-	-
Indeterminados	-	41	-	-	-	-
<b>Faiança Polícroma</b>						
Prato	1	7	8	-	1	4
<b>Faiança Industrial</b>						
Bacia de Barbeiro	3	5	3	-	1	1
Chávena	1	-	-	1	-	1
Prato	34	6	7	-	3	15
Taça	14	64	9	-	3	9
<b>Porcelana</b>						
Pires	1	-	1	-	1	1
Prato	2	-	-	-	1	1
Taça	-	1	3	-	1	1
<b>Vidros</b>						
Copo	-	17	2	-	-	2
Garrafa						5
Vidraça						-
<b>Cachimbos</b>	40 frag. de hastes	8 frag. de forninhos				
<b>Botões</b>						10

1. Tabela da Contabilização dos Fragmentos

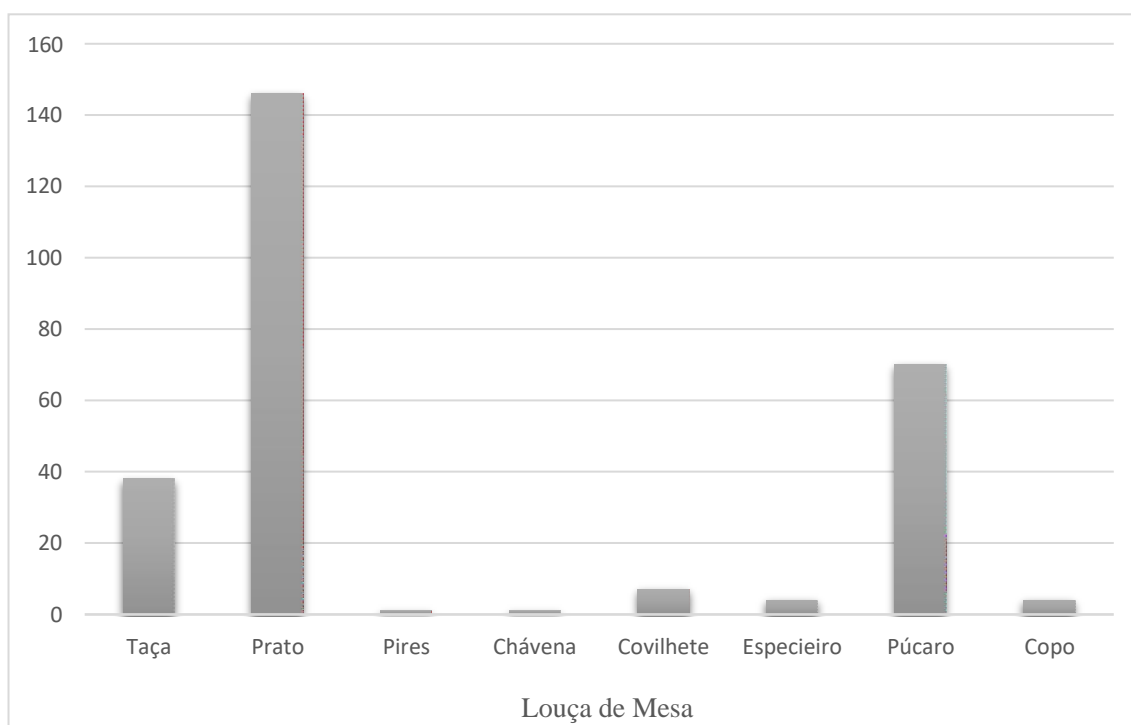


## 2. Percentagem dos diferentes tipos de vidrados

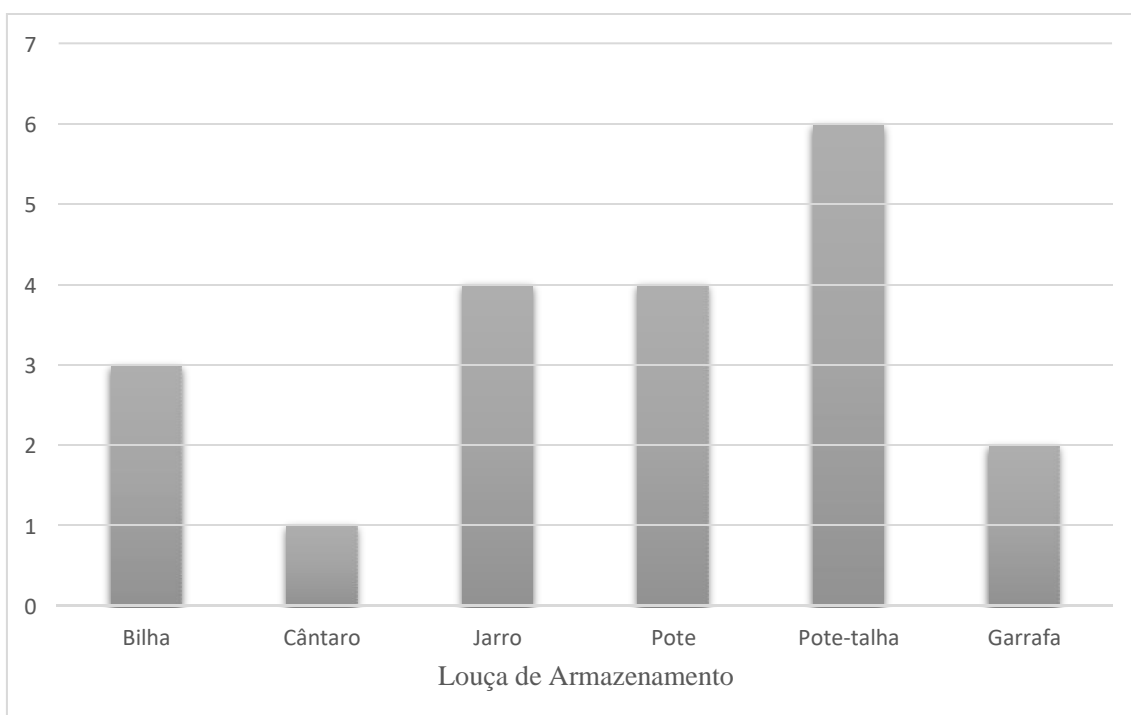


## 3. Gráfico com os números da Louça de Cozinha (NMI)





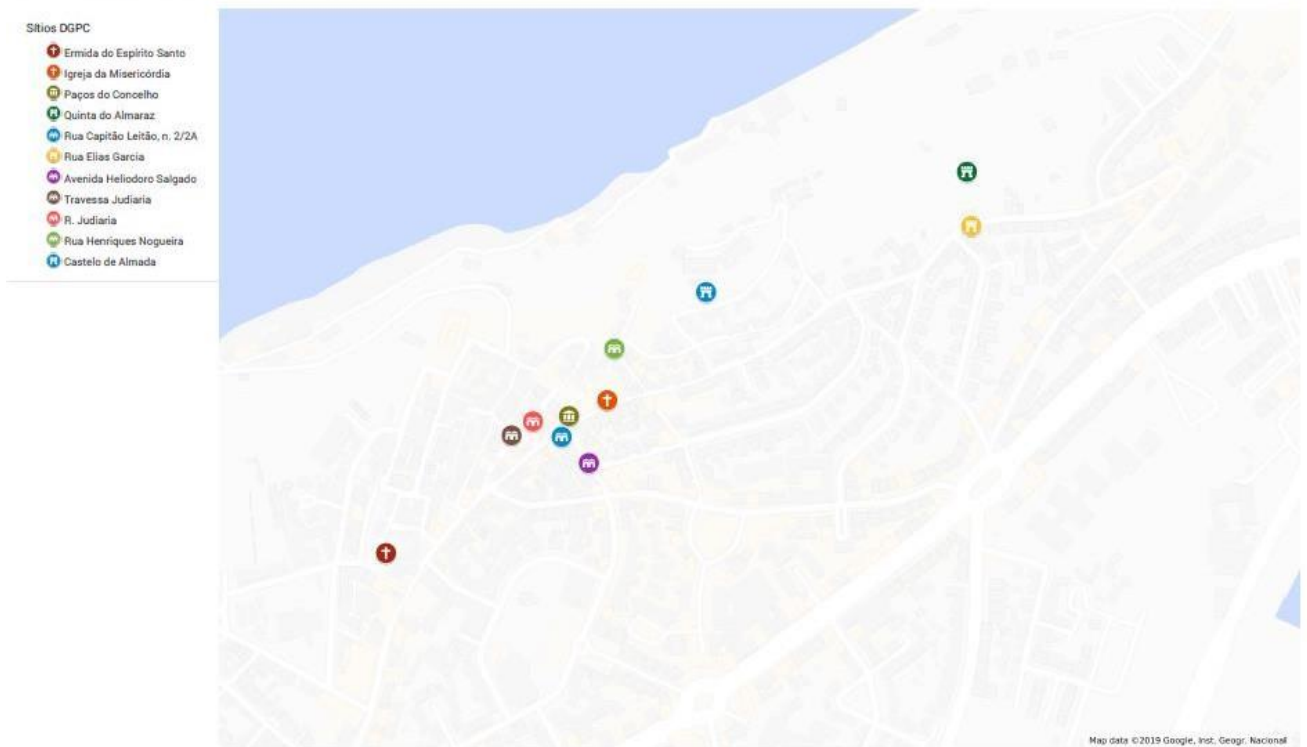
4. Gráfico com os números da Louça de Mesa (NMI)



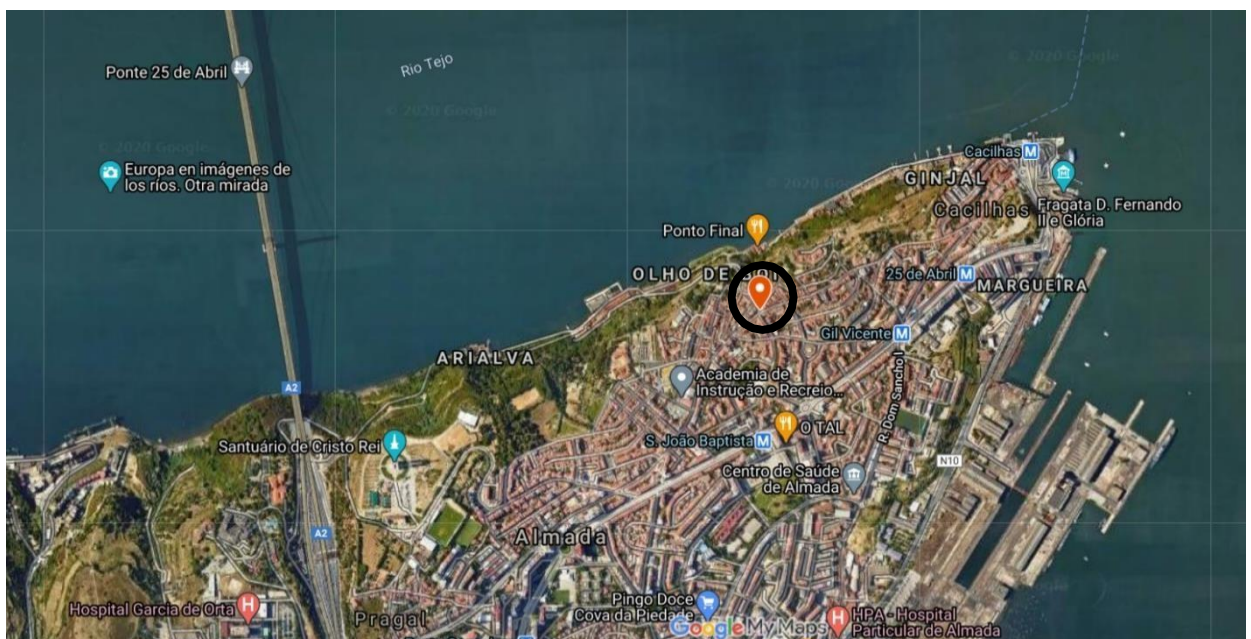
5. Gráfico com os números da Louça de Armazenamento (NMI)

## 10.2 Anexo B: Iconografia

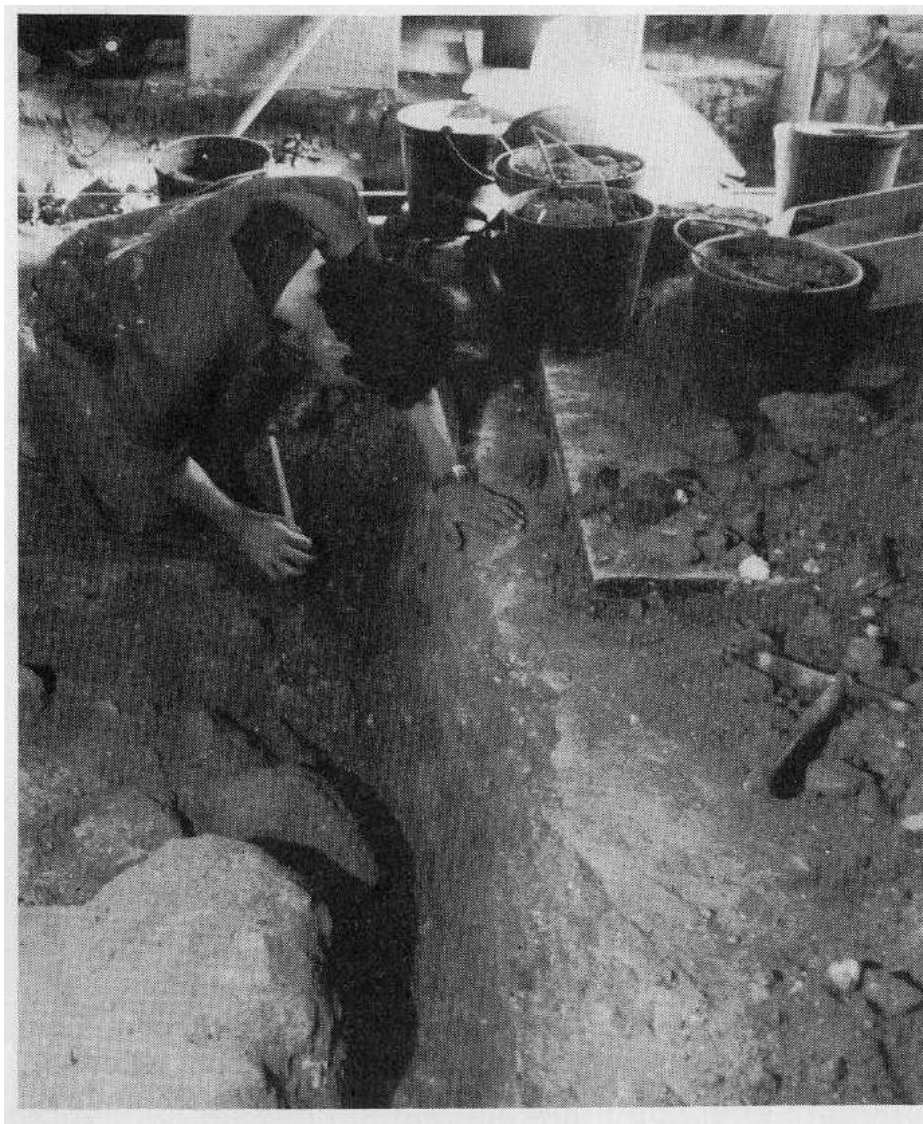
### Sítios arqueológicos em Almada: séc. XVIII-XIX



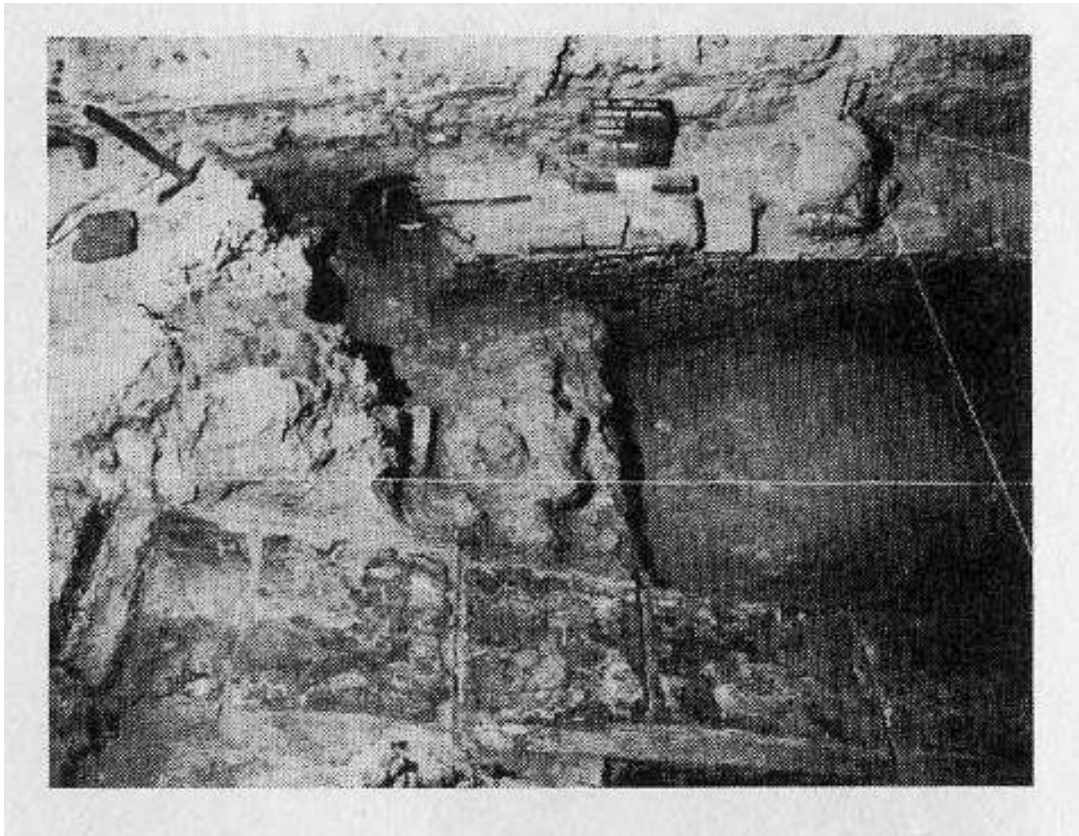
1. Mapa com a localização e identificação dos sítios arqueológicos em Almada séculos XVIII e XIX (REIS, 2019)



2. Mapa com a localização dos Paços do Concelho, assinalado no respectivo mapa (Google Maps, 2020)

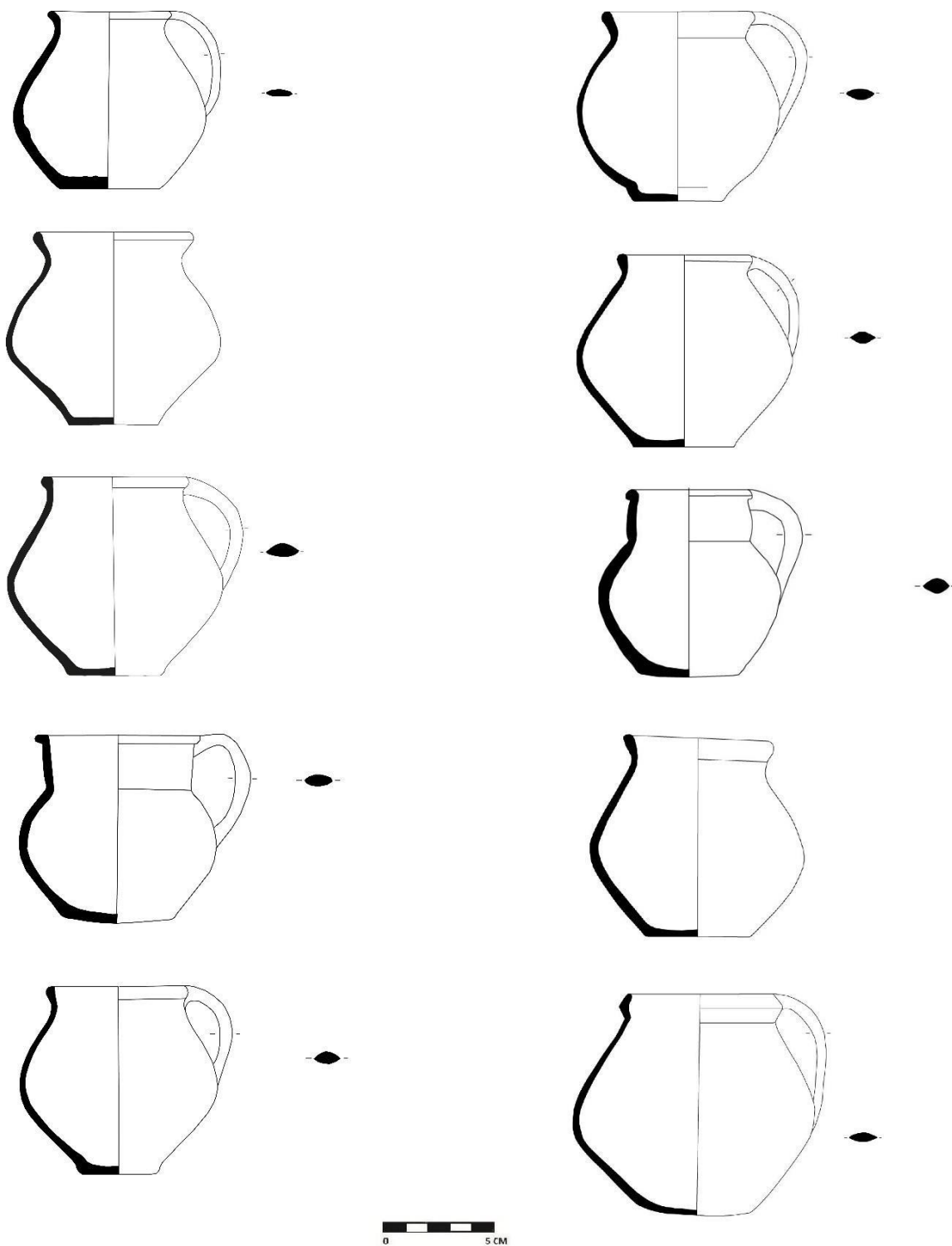


3. Fotografia da escavação levada a cabo na Sala 1 dos Paços do Concelho, Almada (BARROS, 1984)

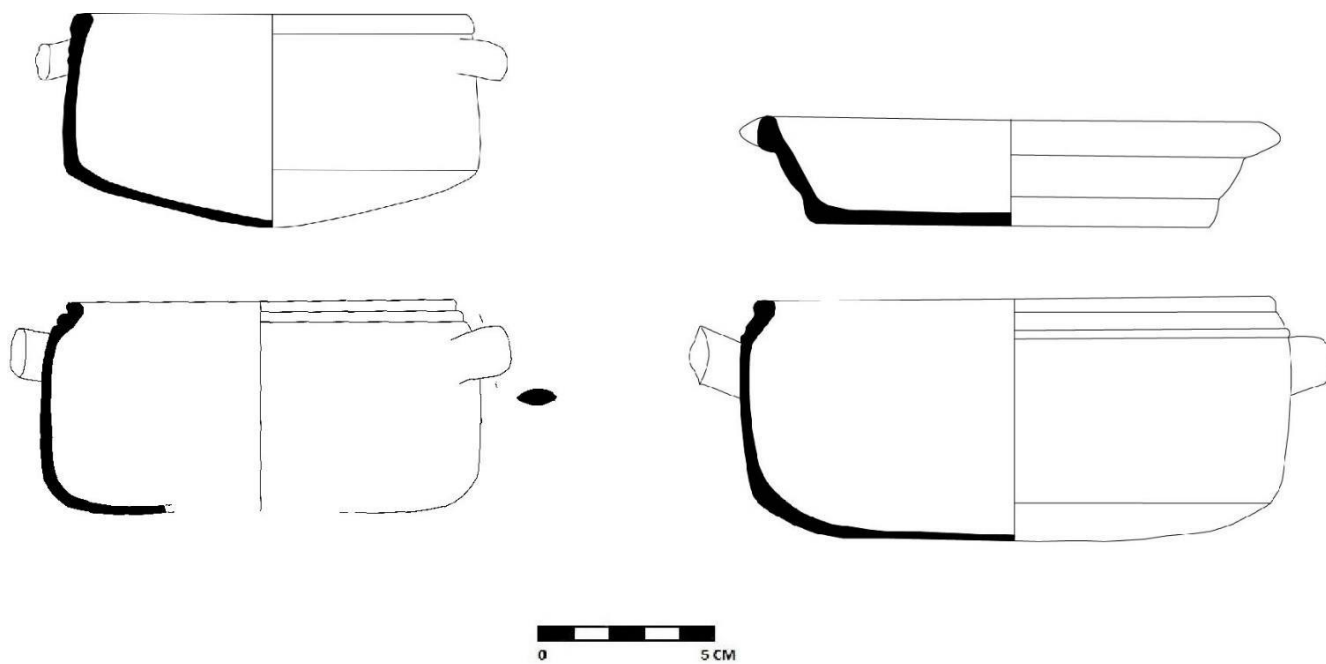


4. Outra perspetiva de uma das fases de escavação na Sala 2 dos Paços do Concelho, Almada (BARROS, 1984)

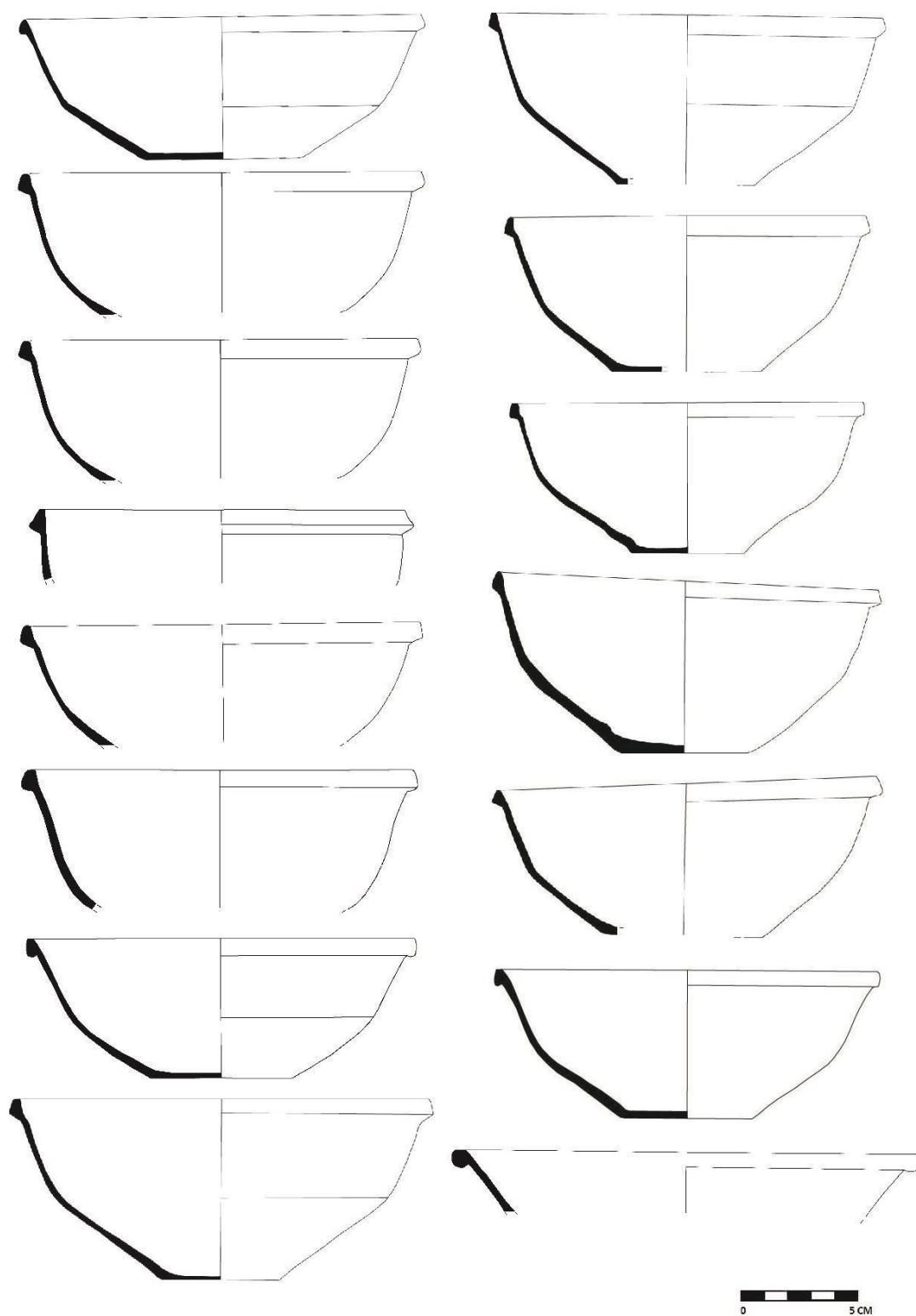
### 10.3 Anexo C: Cultura Material (estampas)



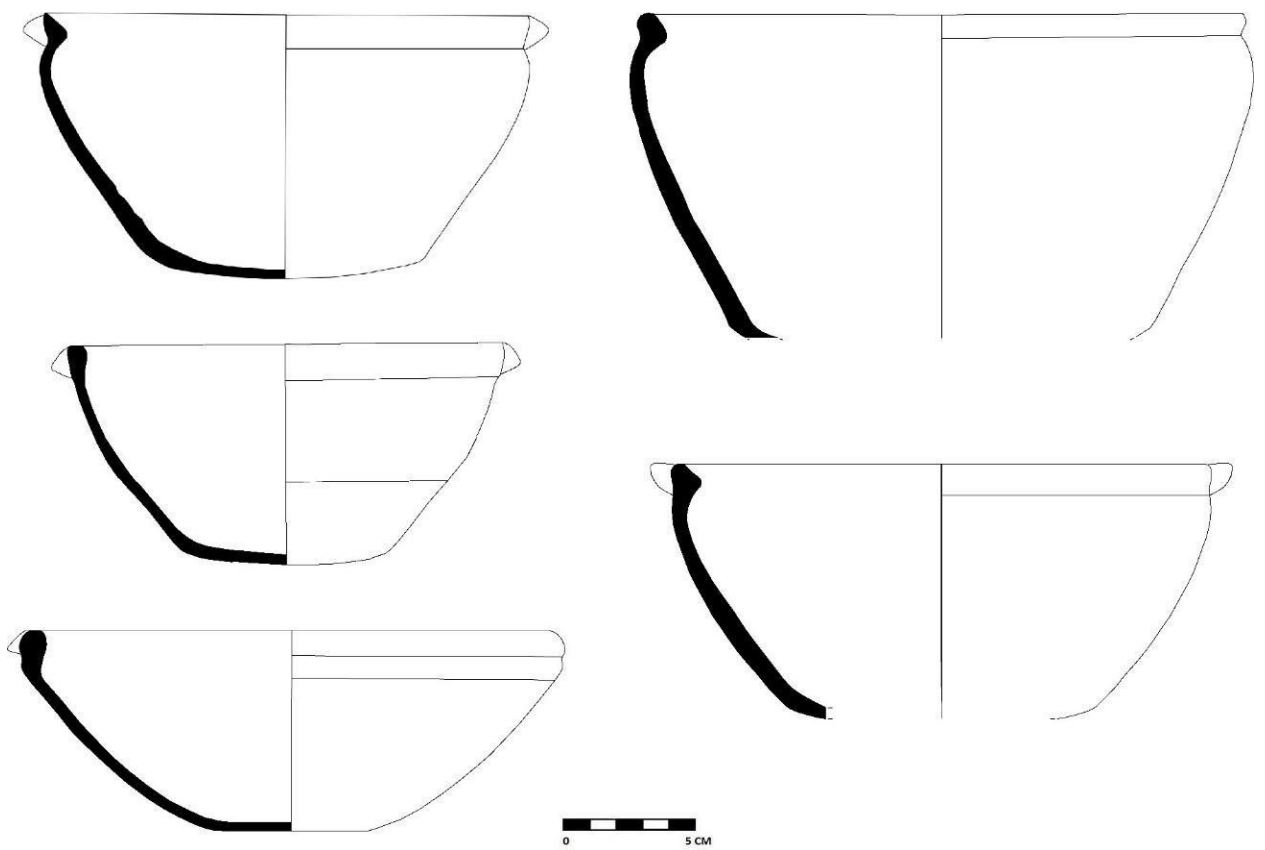
1. Púcaros



## 2. Frigideiras



3. Tigelas de fogo

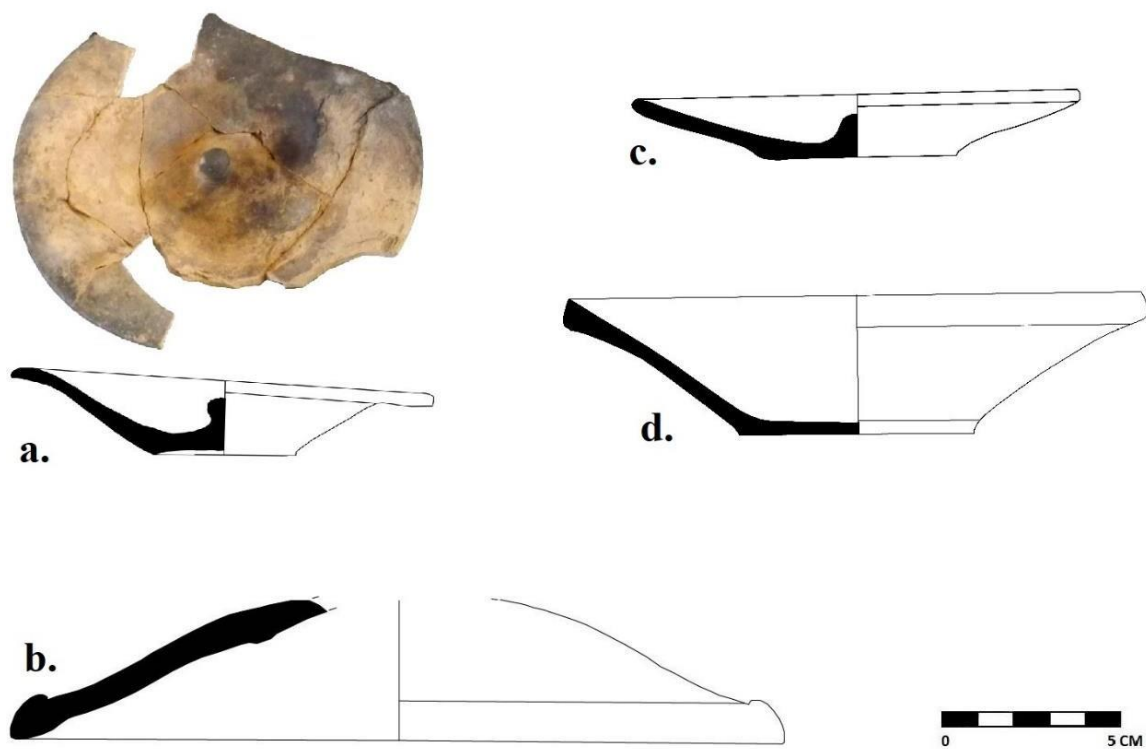


4. Tachos

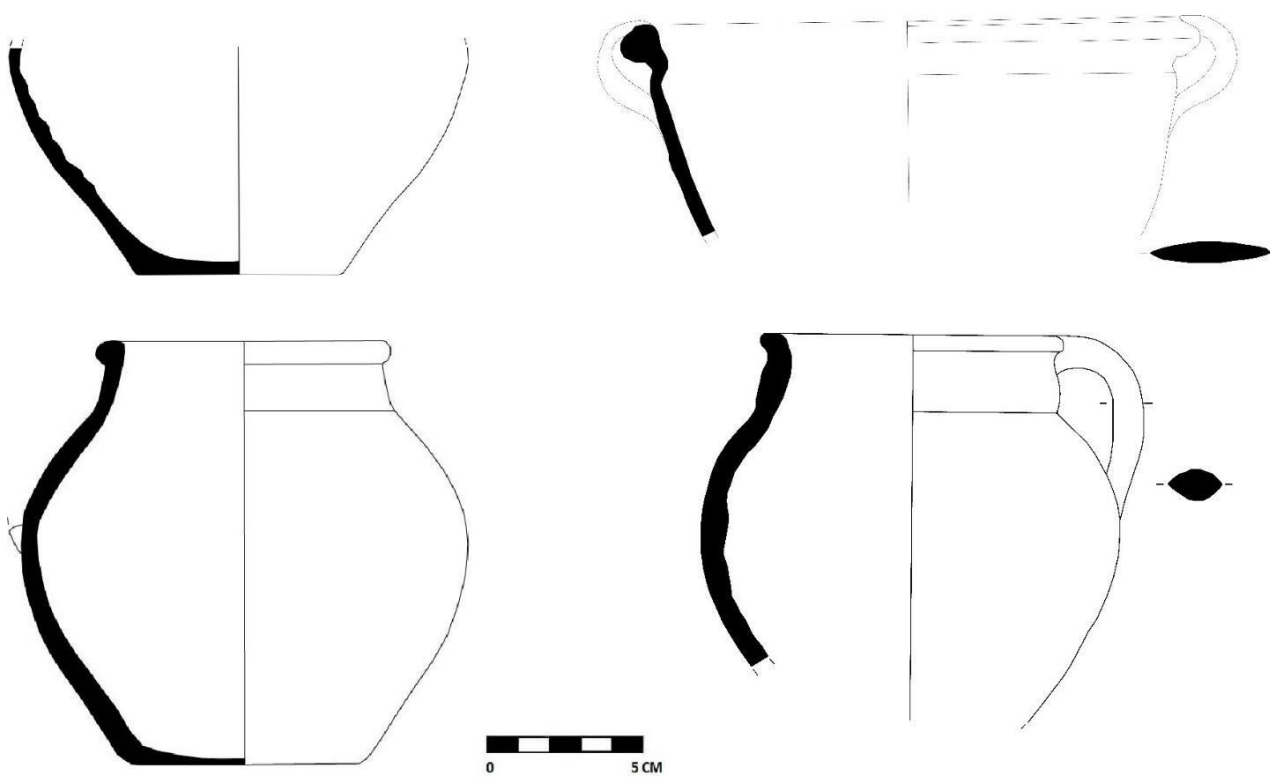




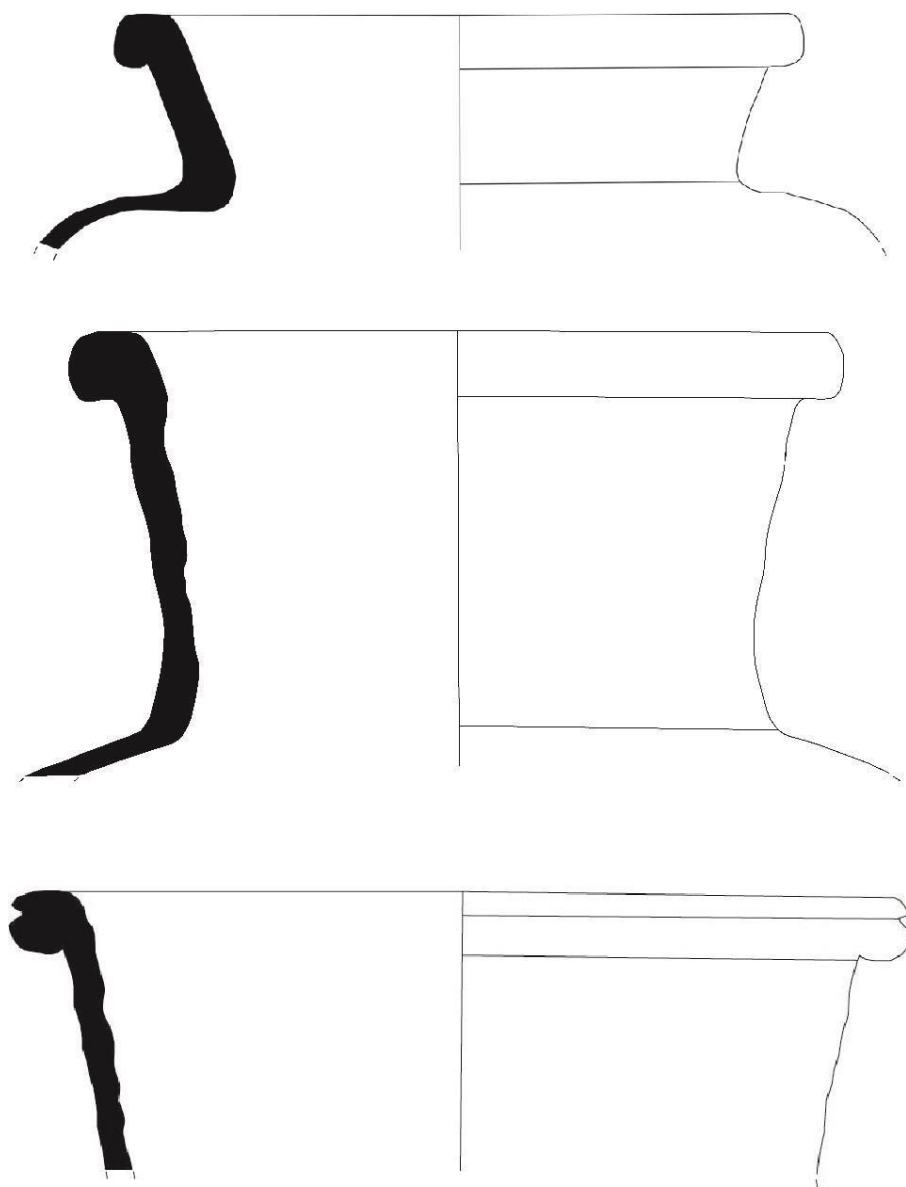
5. Tampa



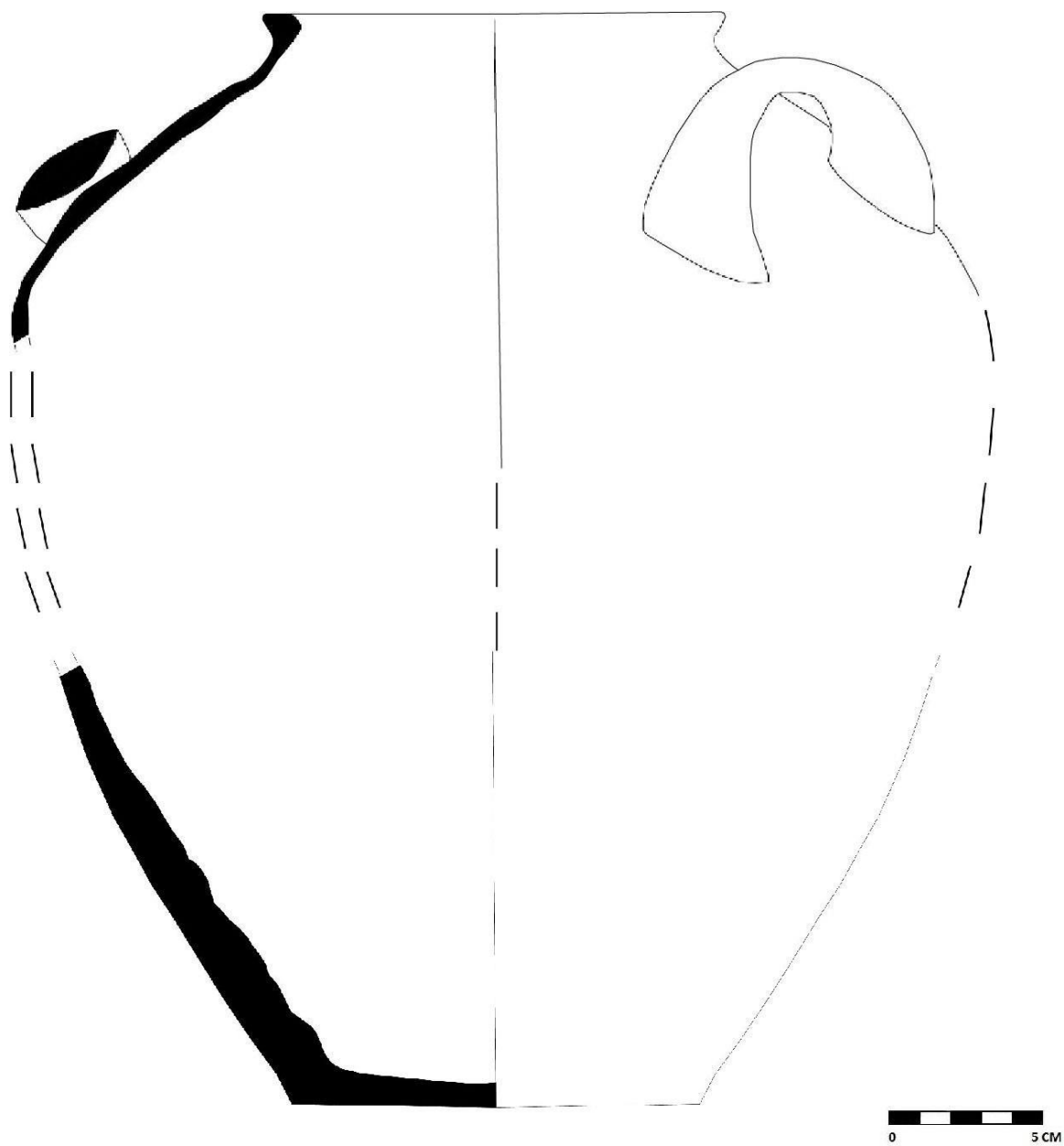
6. Tampas (b. e d.); Testos (a. e c.), Cerâmica Não Vidrada



7. Potes, Cerâmica Não Vidrada



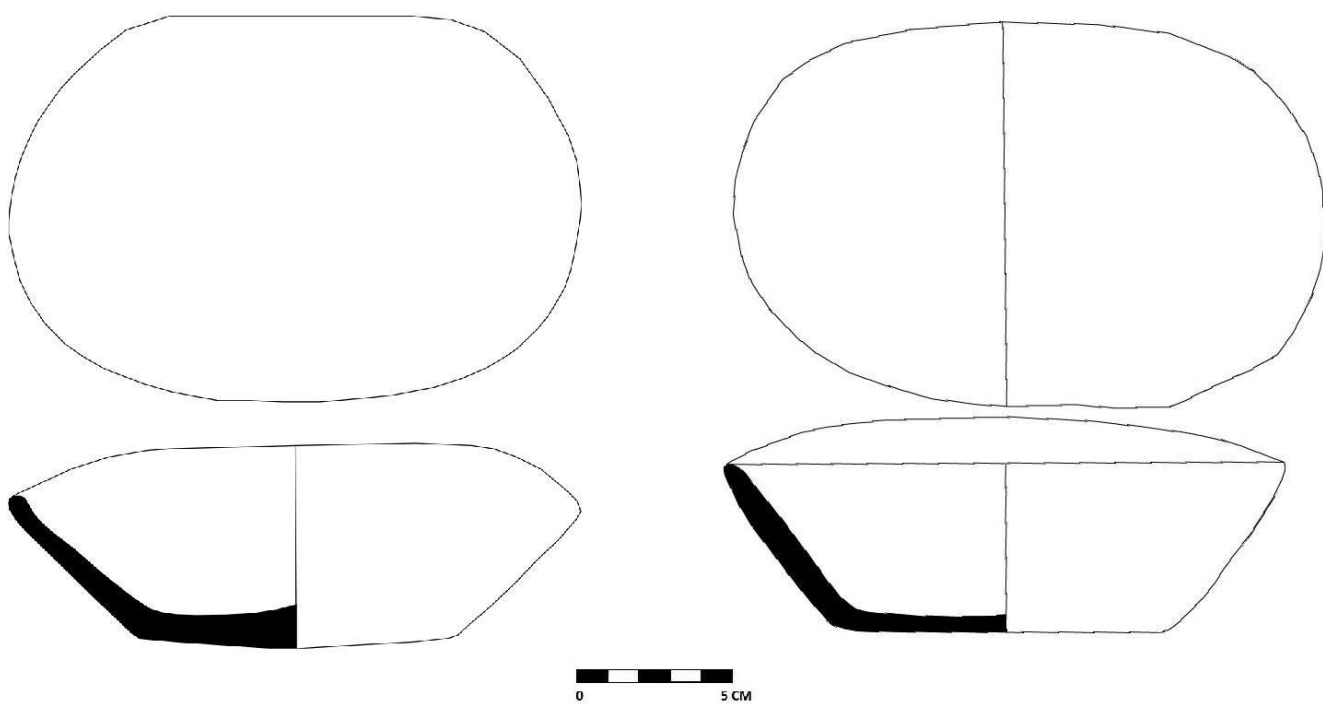
8. Potes-talha, Cerâmica Não Vidrada



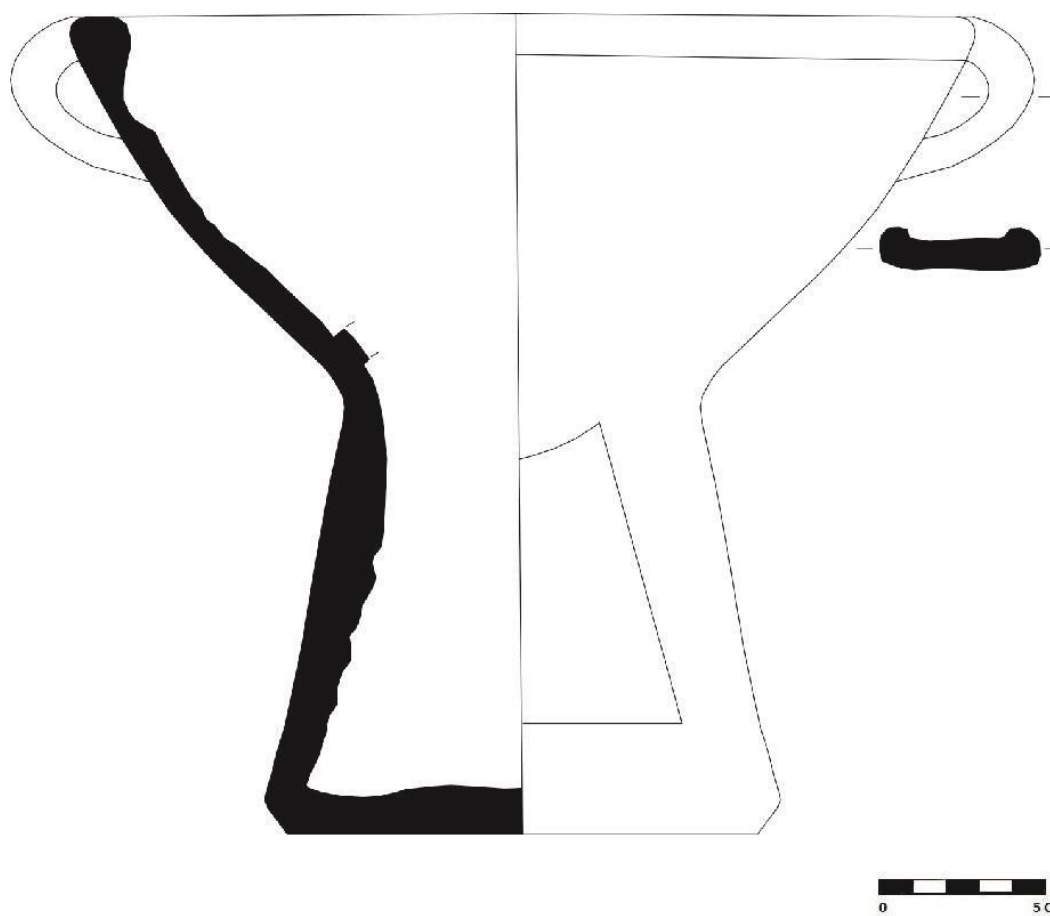
9. Pote-talha, Cerâmica Não Vidrada



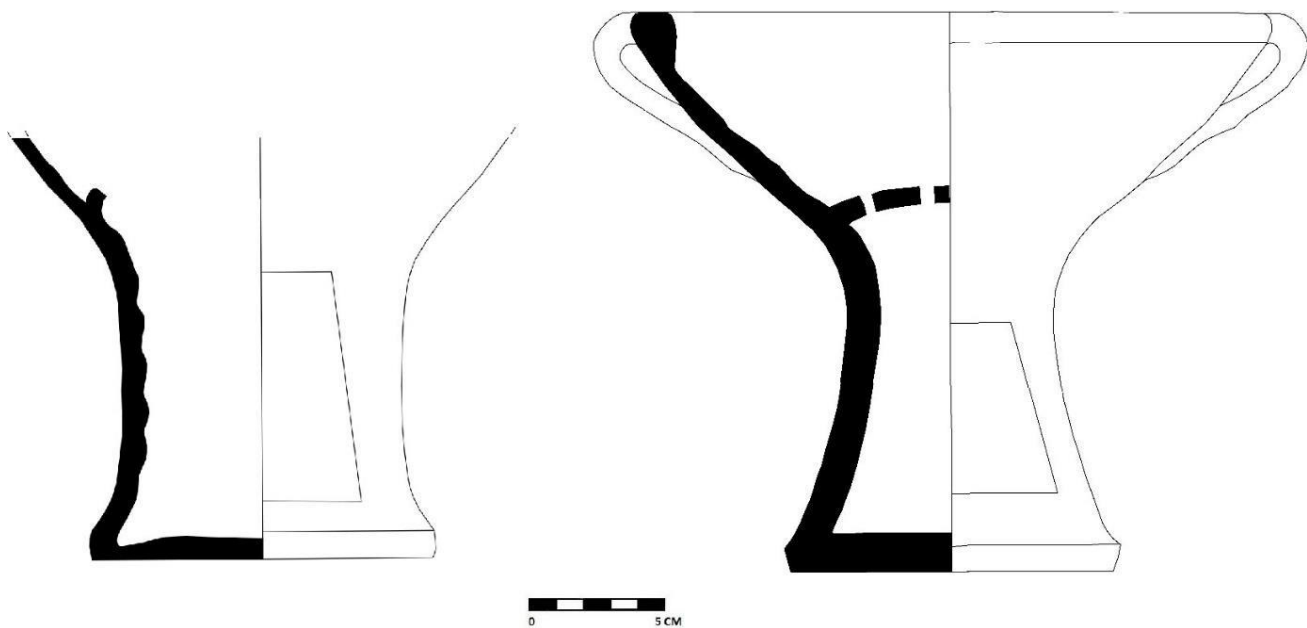
10. Travessa de forno, Cerâmica Não Vidrada



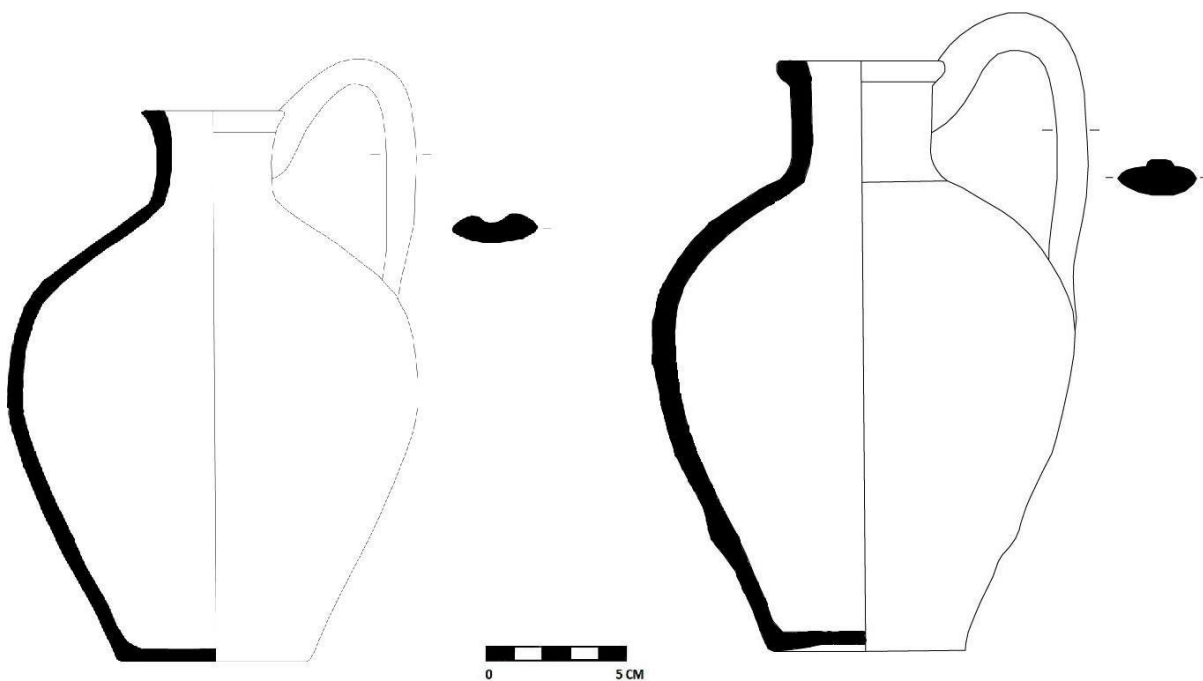
11. Travessas de forno, Cerâmica Não Vidrada



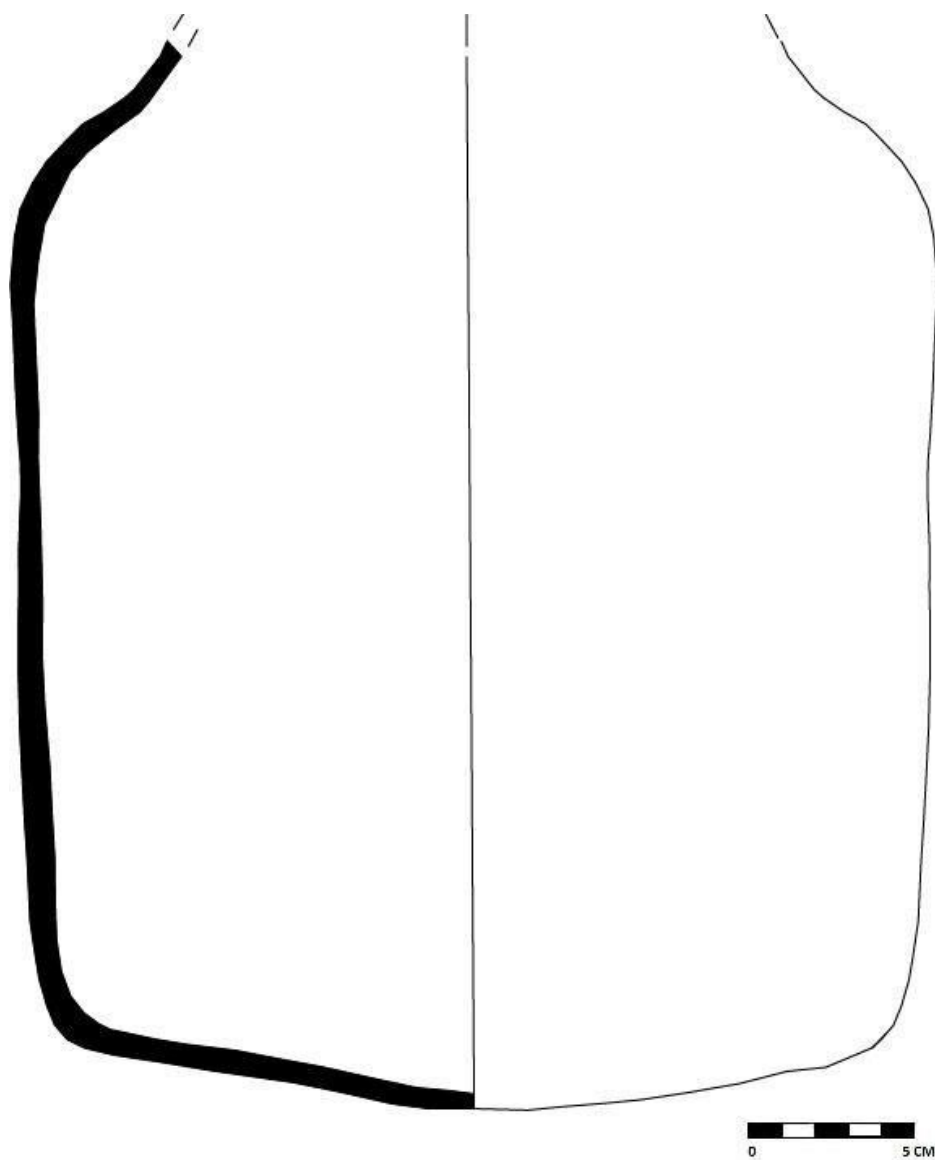
12. Fogareiro, Cerâmica Não Vidrada



13. Fogareiros, Cerâmica Não Vidrada

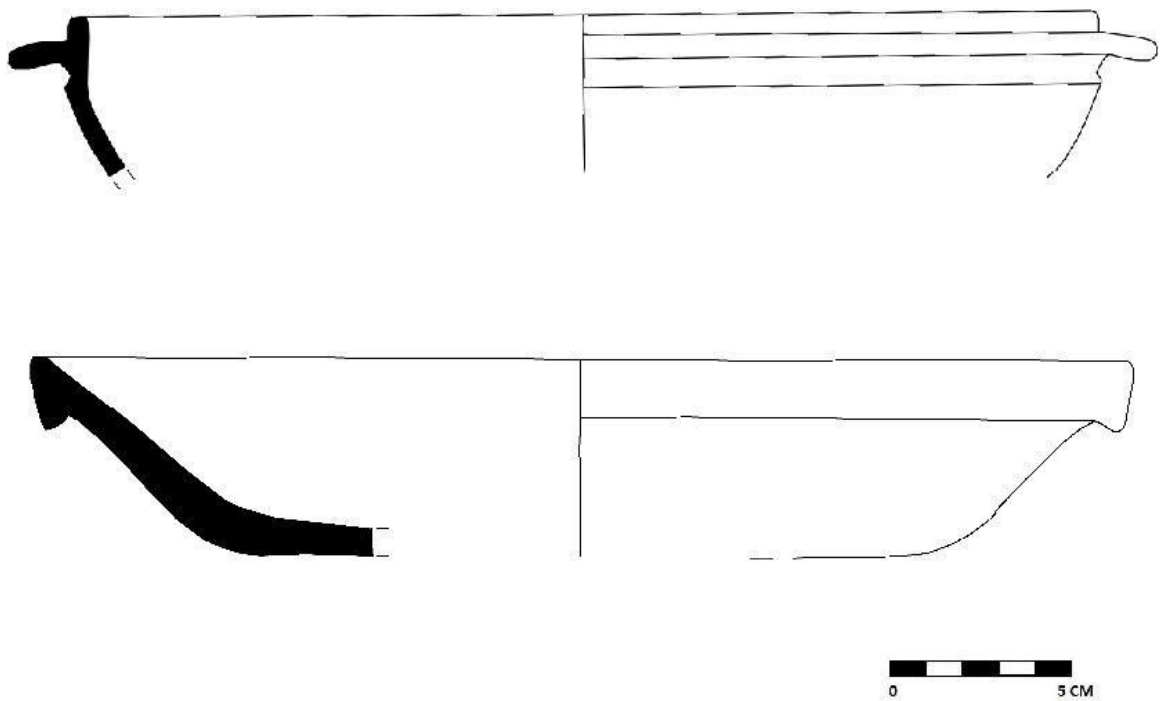


14. Bilhas, Cerâmica Não Vidrada

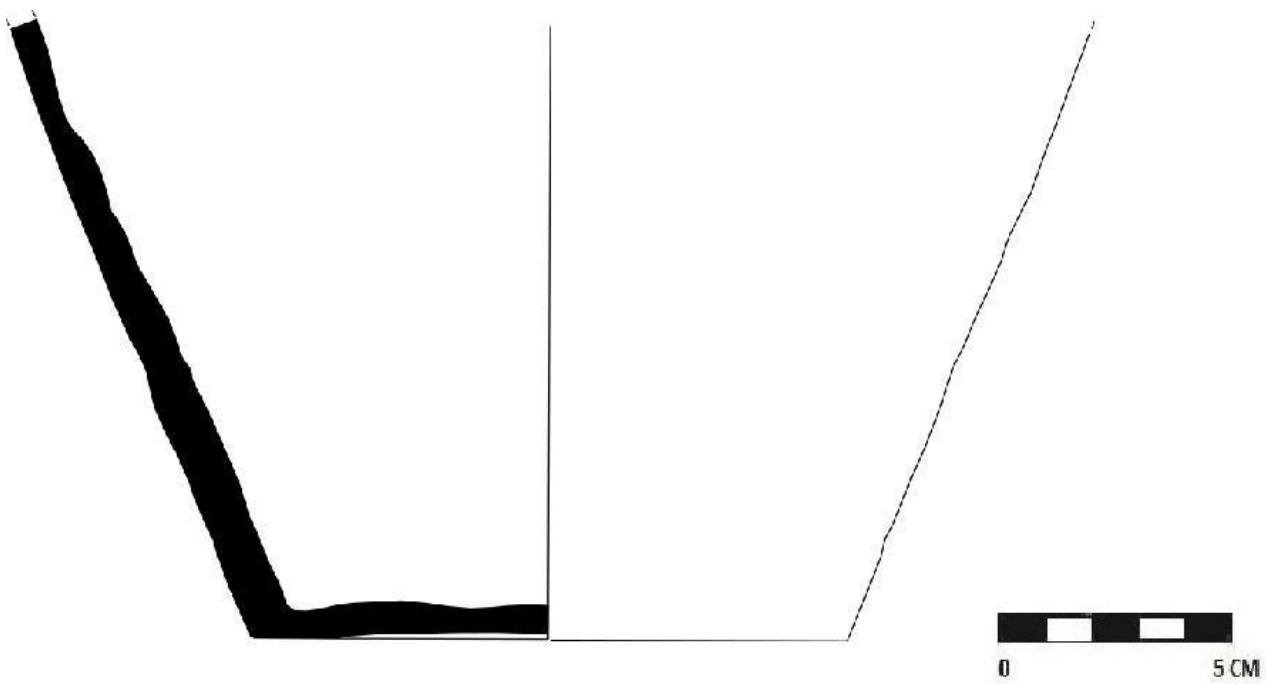


15. Bilha (fundo), Cerâmica Não Vidrada

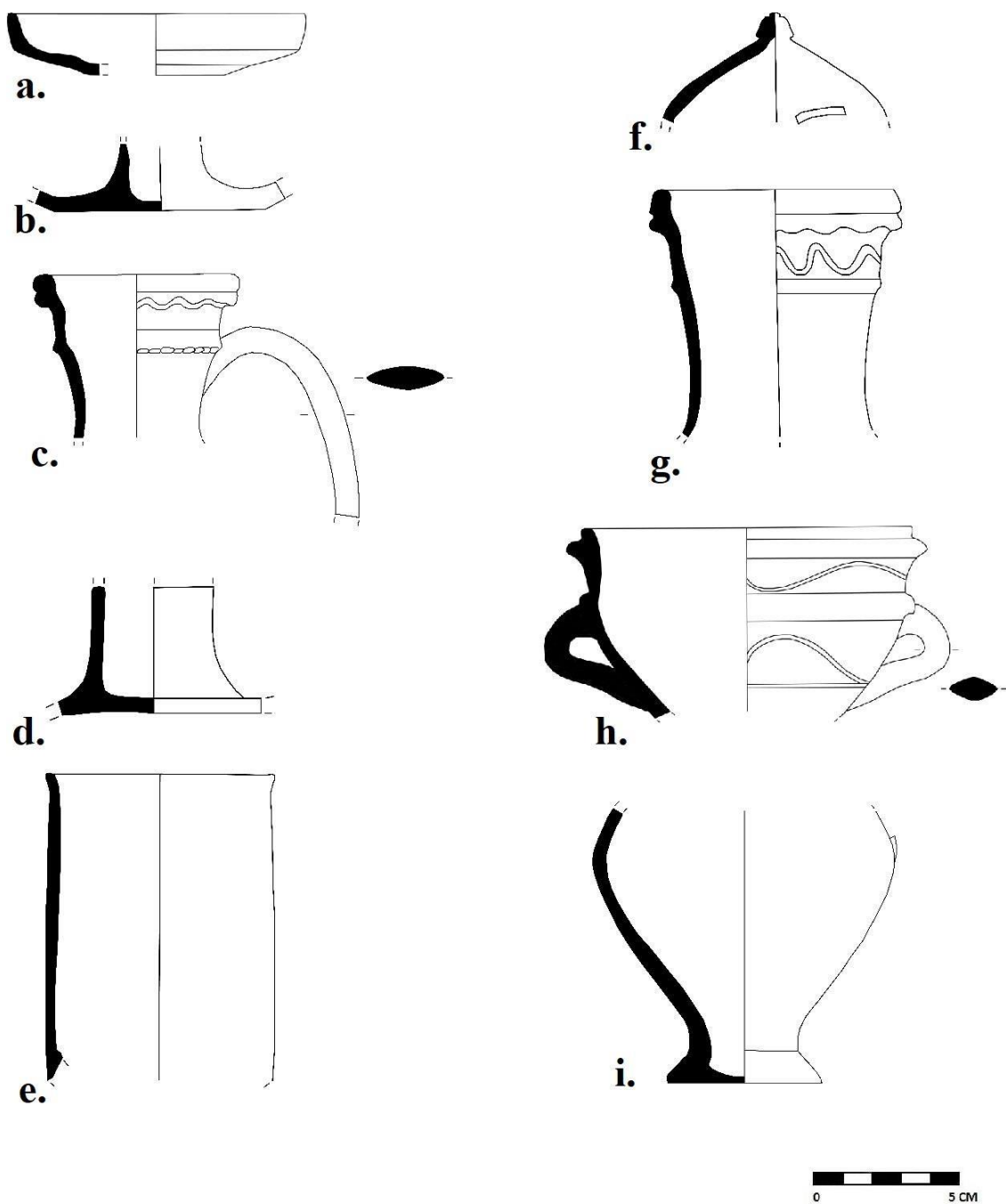




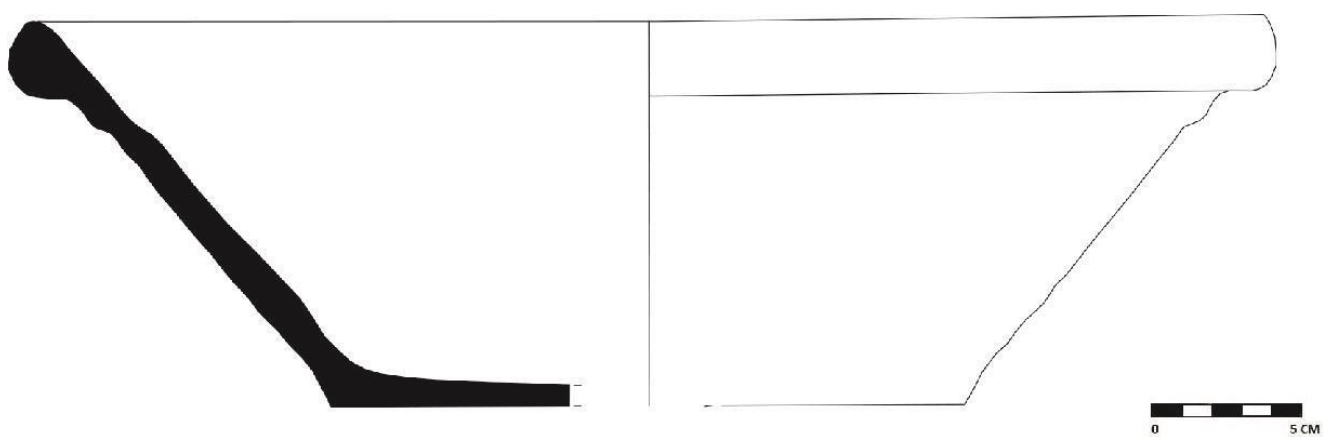
16. Caçoilas, Cerâmica Não Vidrada



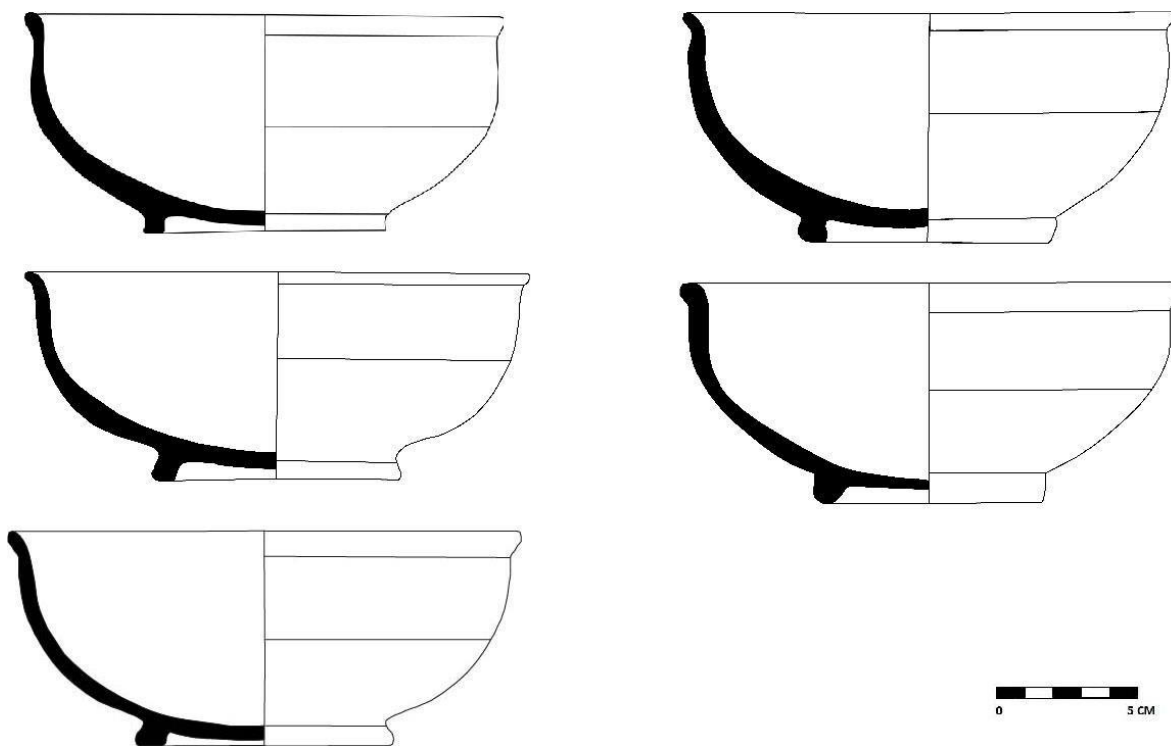
17. Cântaro, Cerâmica Não Vidrada



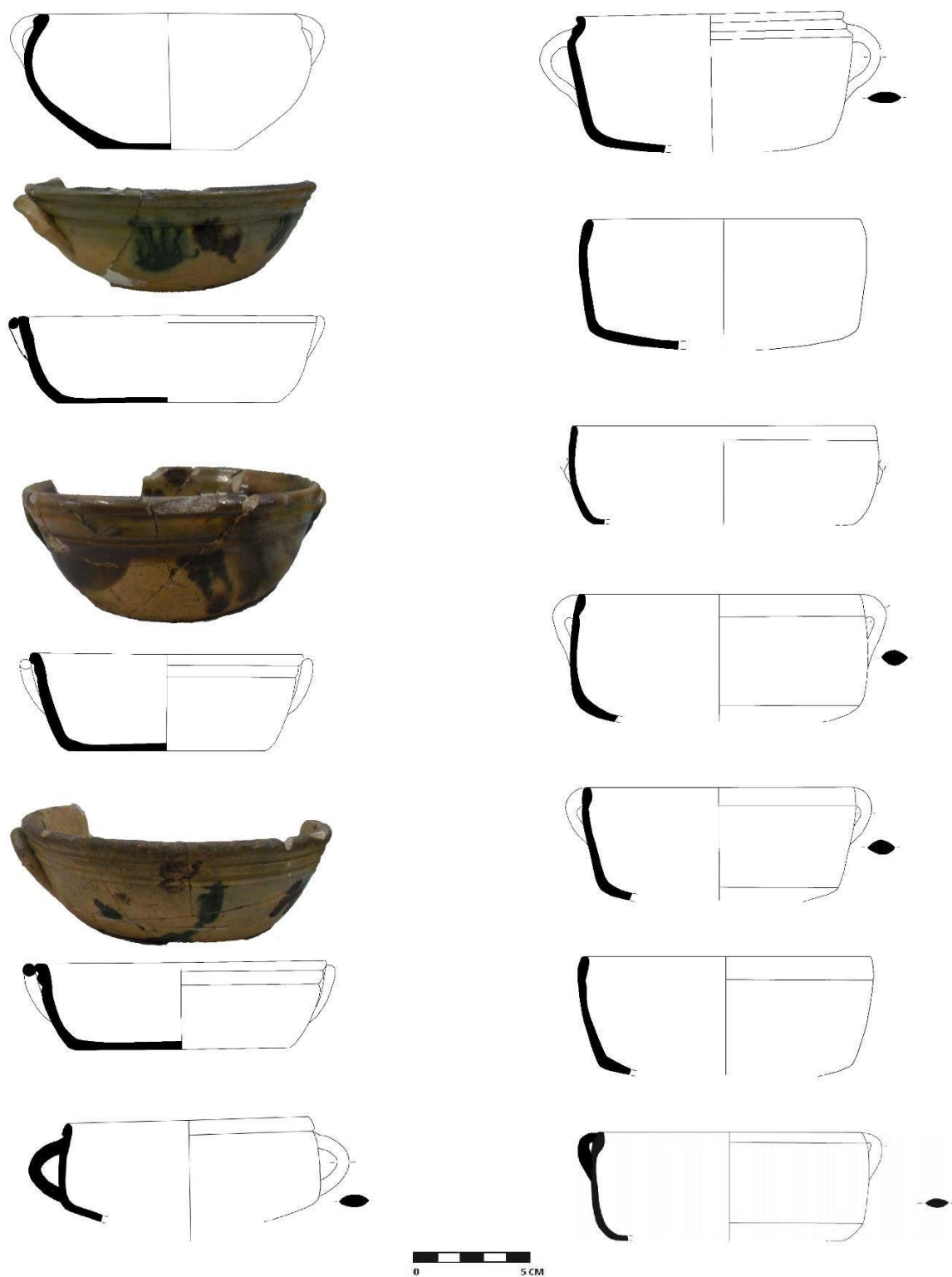
18. Cerâmica Não Vidrada (a. especieiro; b. candeia; c. bordo de jarro; d. medidor; e. mealheiro; f. bordo de jarro; g. taça de duas asas; h. fundo de copo)



19. Alguidar, Cerâmica Não Vidrada



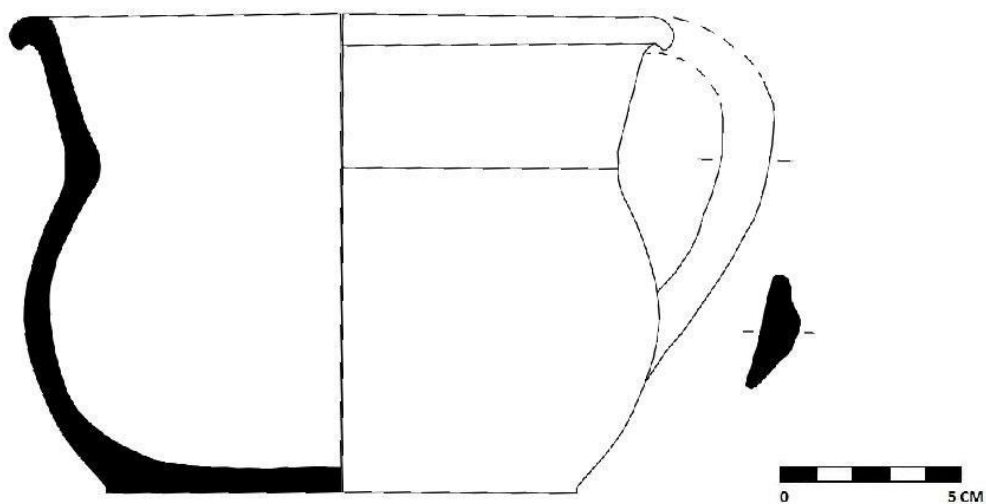
20. Taças, Cerâmica Vidrada (de chumbo)



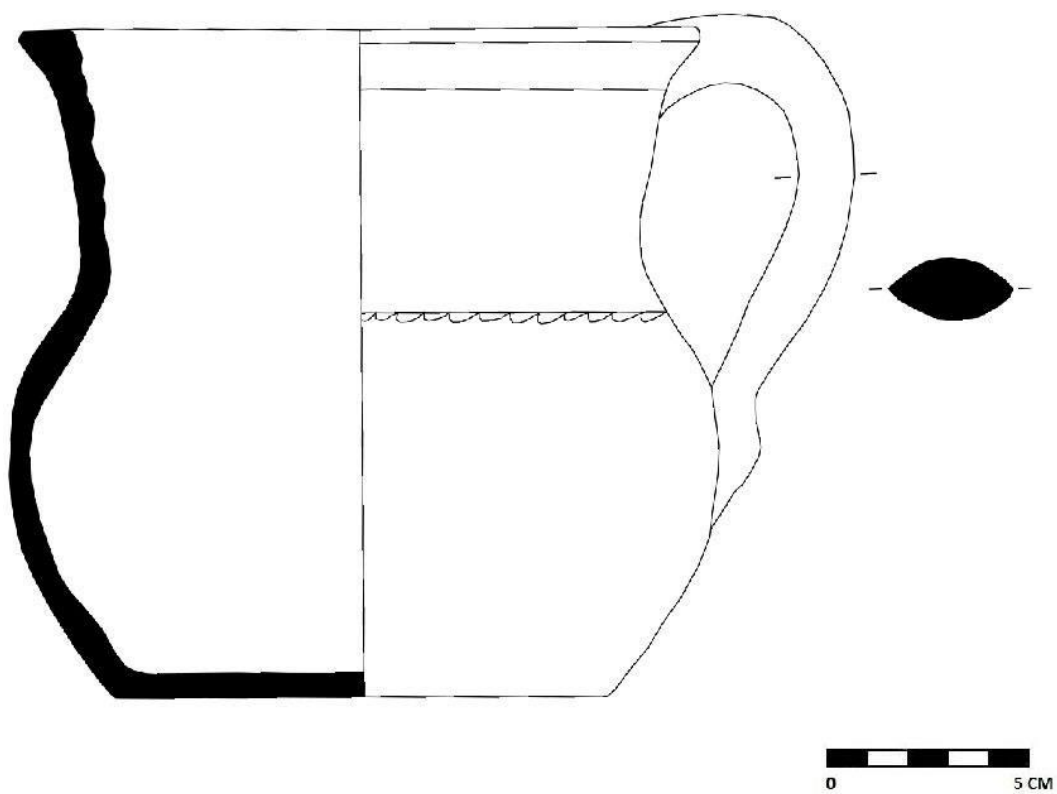
21. Frigideiras, Cerâmica Vidrada (de chumbo)



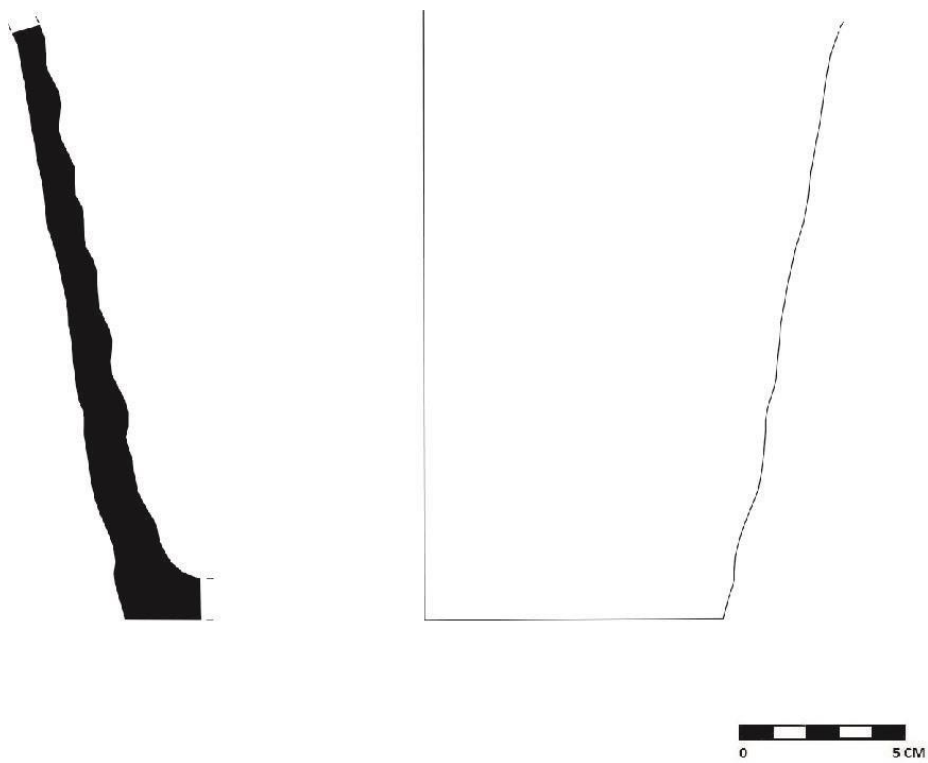
22. Alguidar, Cerâmica Vidrada (de chumbo)



23. Pote (Vidrado de chumbo)



24. Penico/Vaso de noite (Vidrado de chumbo)



25. Fundo de Penico/Vaso de noite (Vidrado de chumbo)

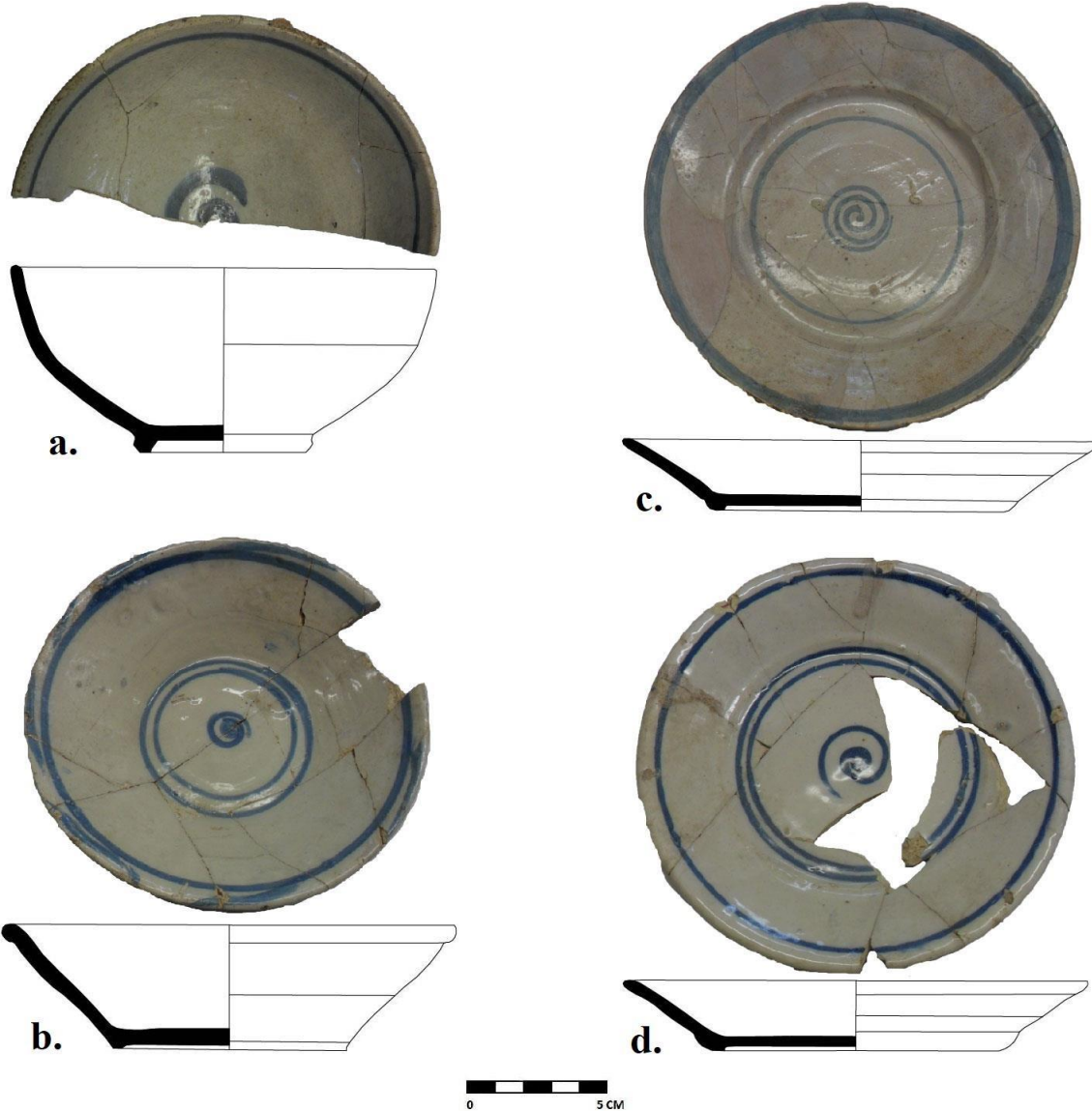


26. Prato (Vidrado de chumbo)

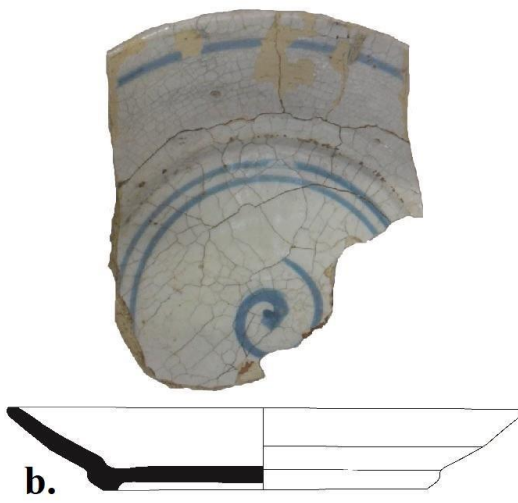
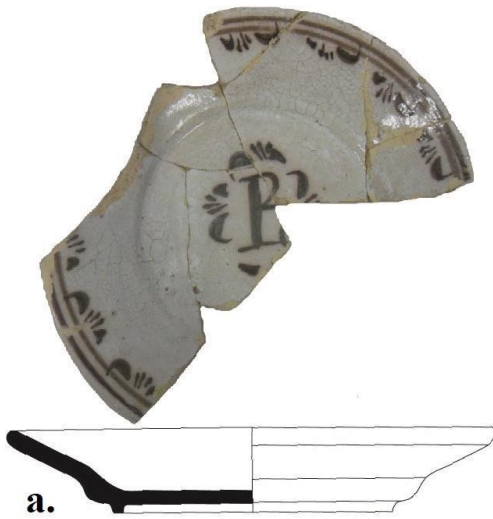




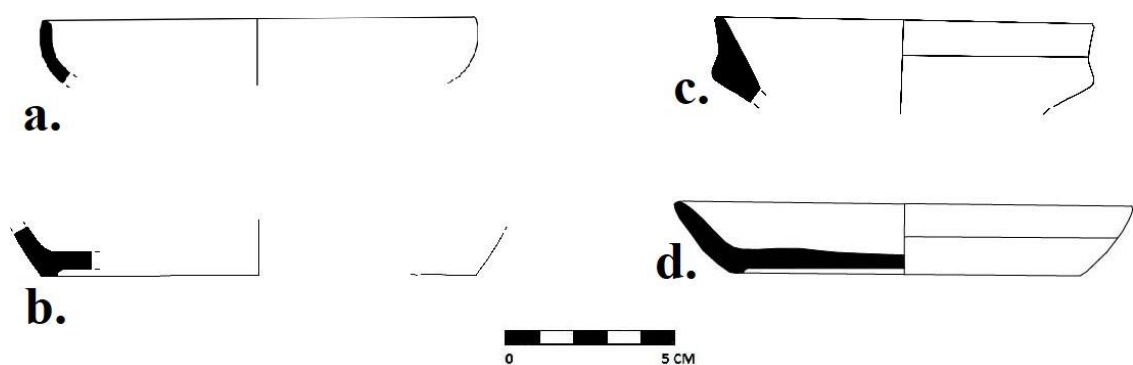
27. Prato (Vidrado de chumbo)



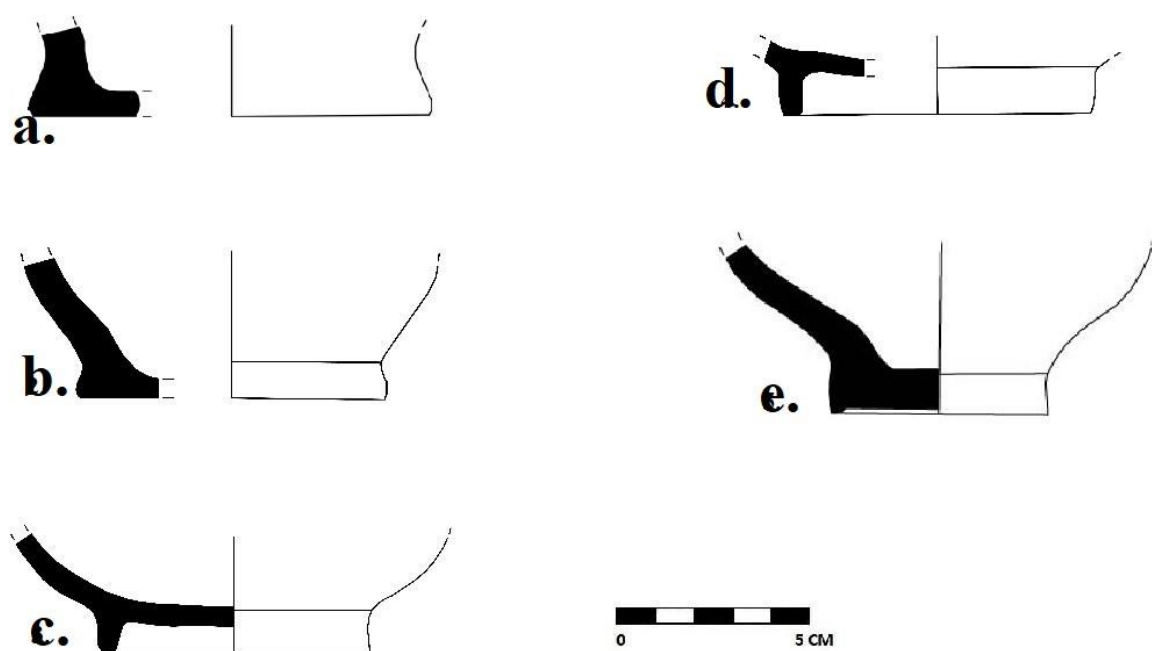
28. Faiança Portuguesa (a. taça c/decoração azul cobalto; b. taça c/decoração azul cobalto; c. prato faiança branca e azul; d. prato faiança branca e azul)



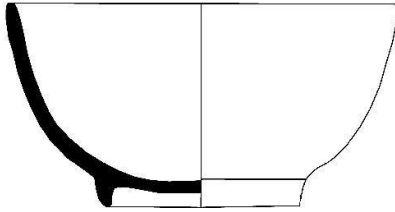
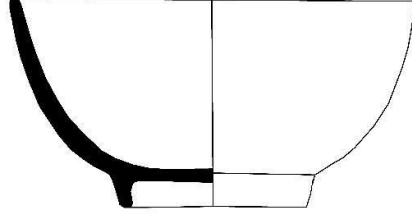
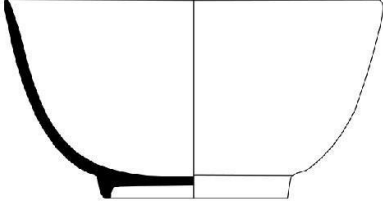
29. Faiança Portuguesa



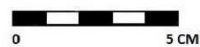
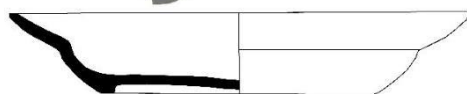
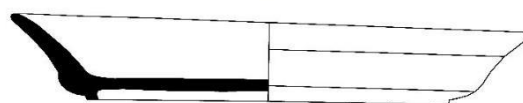
30. Faiança Portuguesa (a. bordo de especieiro; b. fundo de especieiro; c. bordo de especieiro; d. covilhete)



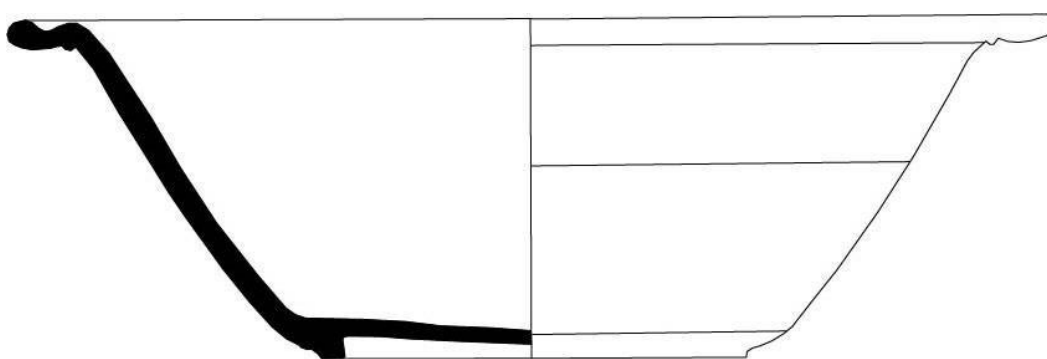
31. Faiança Portuguesa (a. fundo de manga de farmácia; b. fundo de pote; c. fundo de taça; d. fundo de taça; e. fundo de pote)



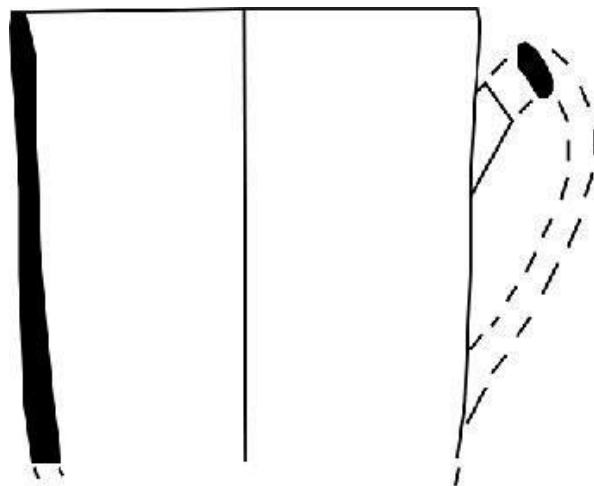
32. Taças



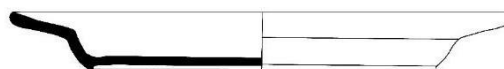
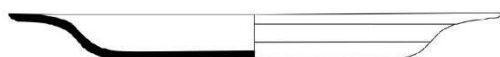
33. Pratos



34. Bacia de barbeiro

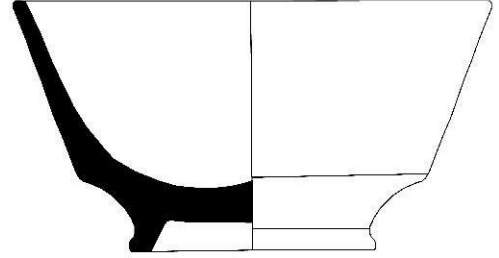
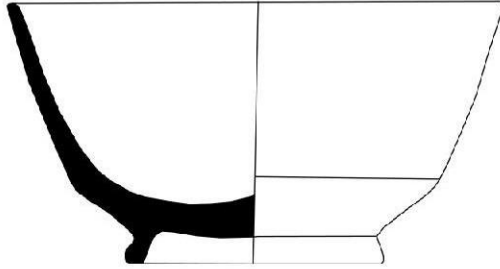


35. Chávena

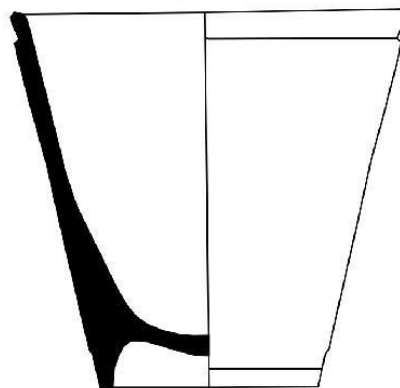


36. Pratos (Vidrado de estanho)



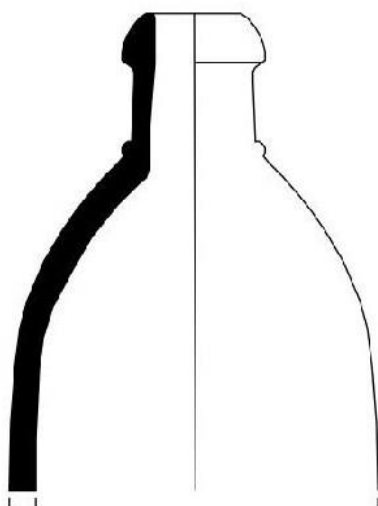


37. Taças

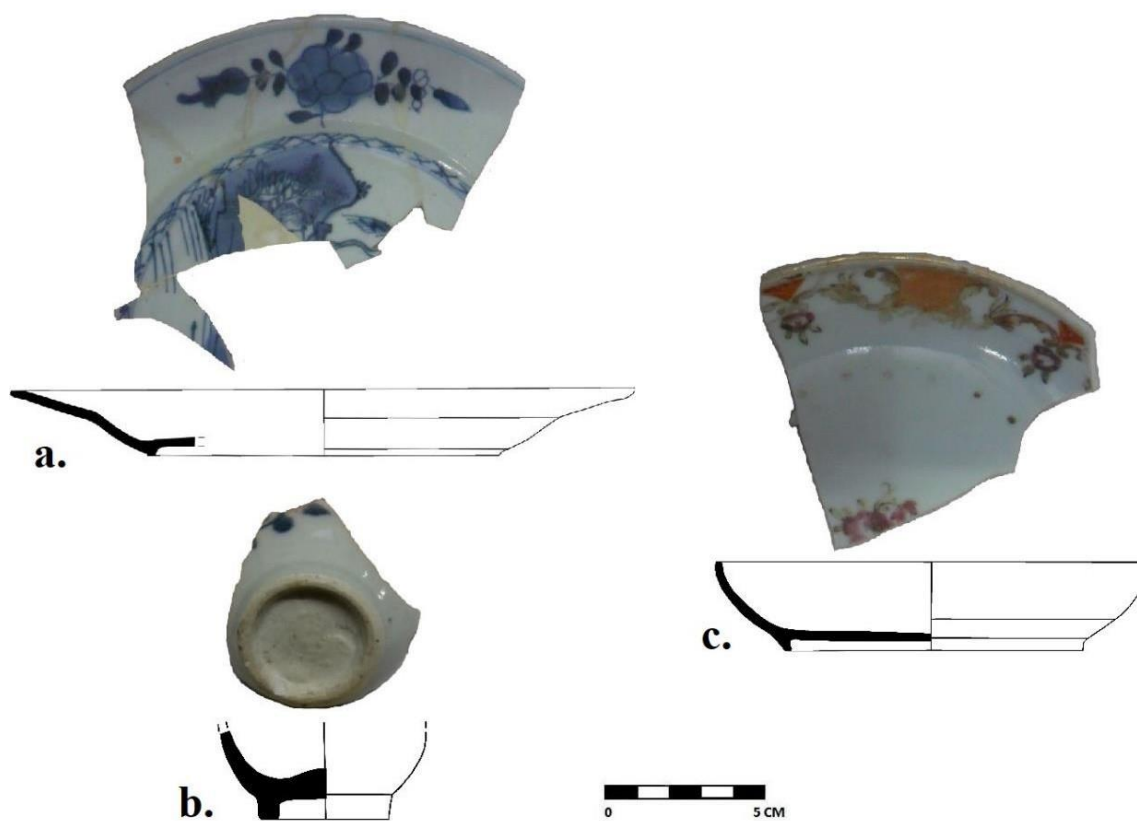


38. Copo

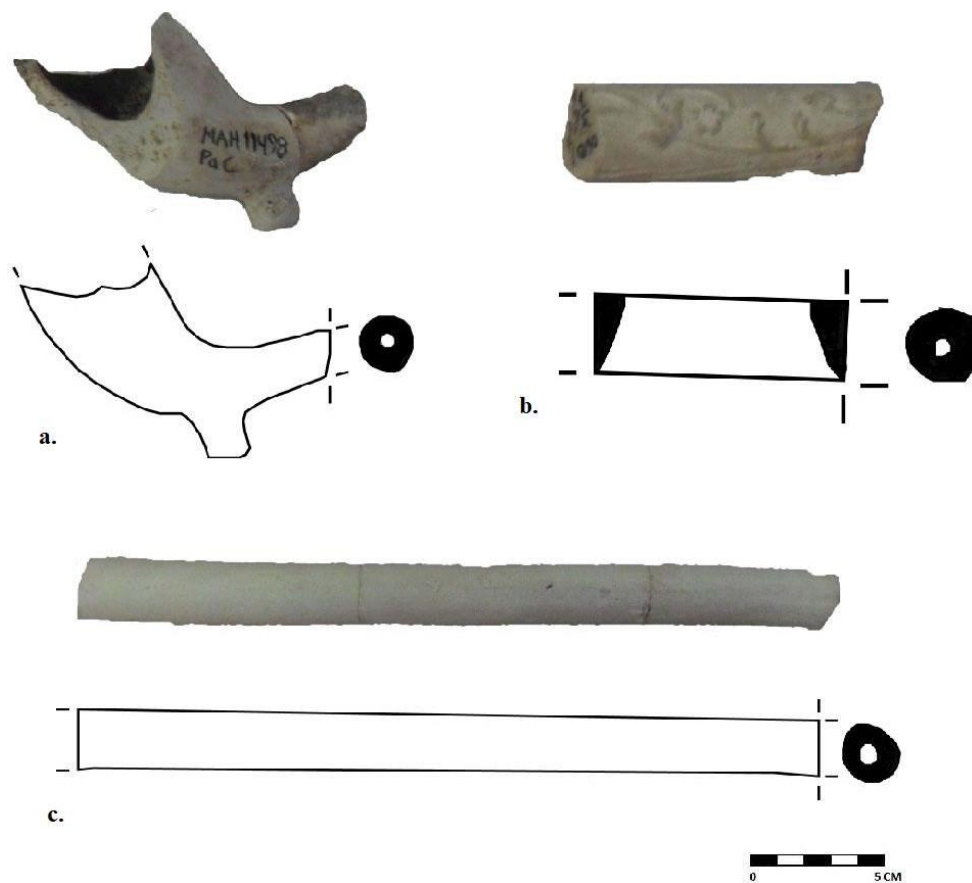




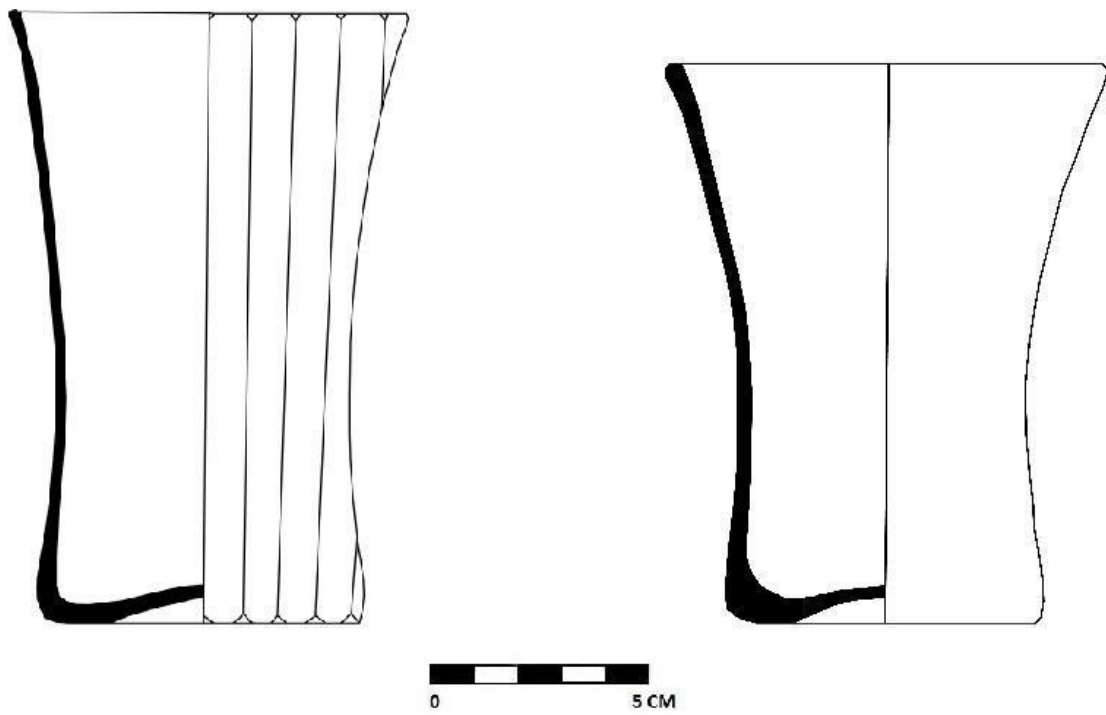
39. Garrafa de grés



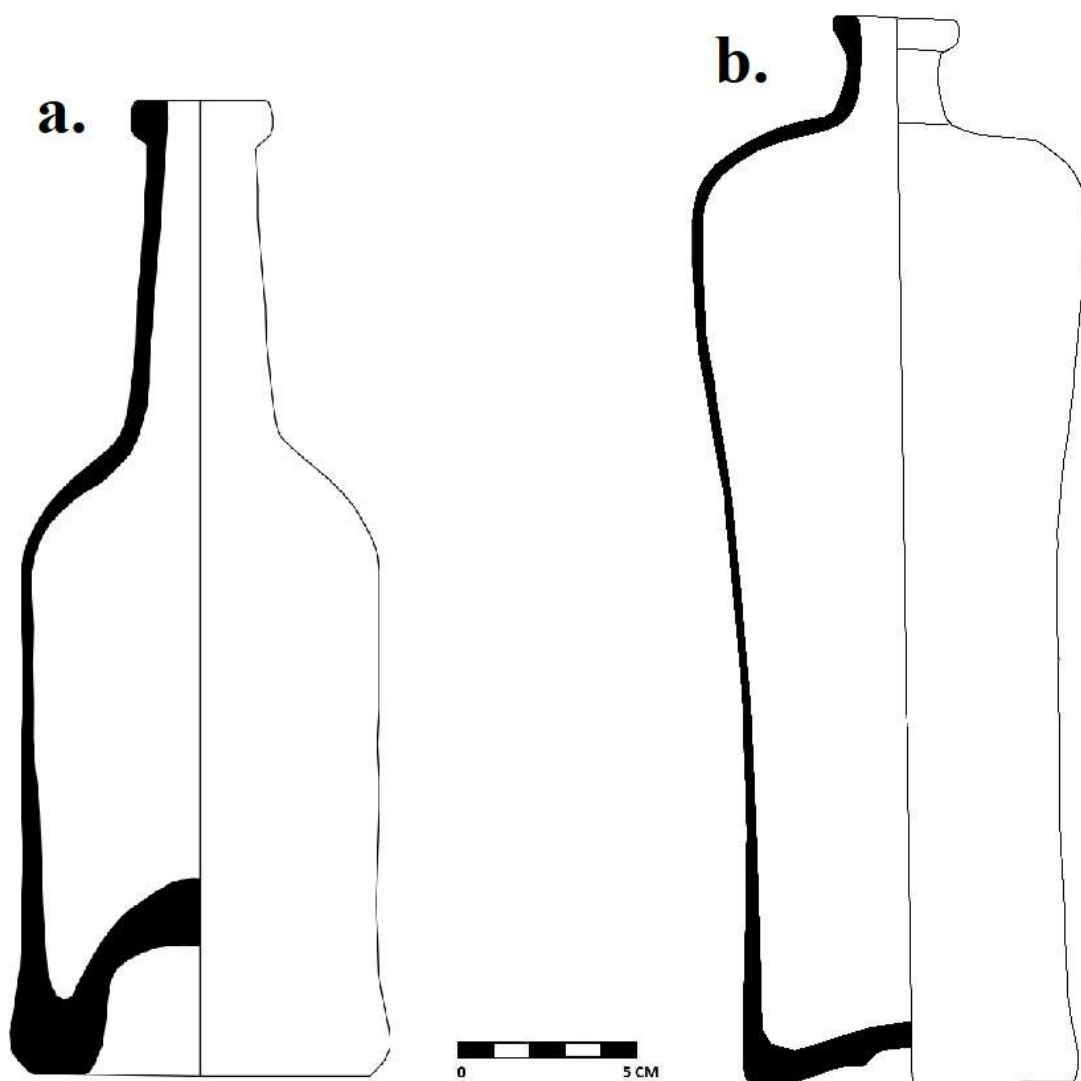
40. Porcelana chinesa (a. prato; b. fundo de taça; c. pires)



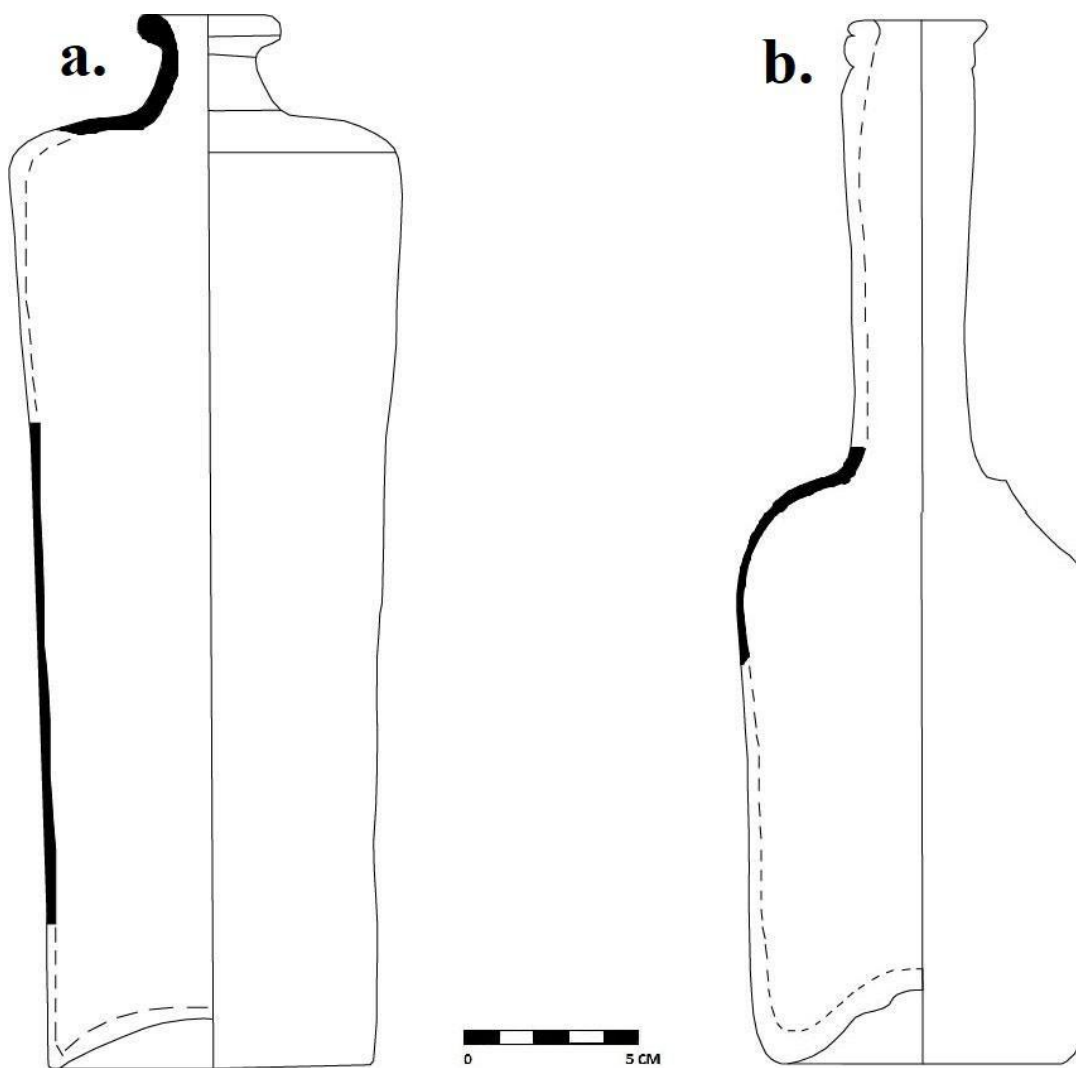
41. Cachimbos em caulino (a. forninho; b. haste decorada; c. haste)



42. Copos Vítreos



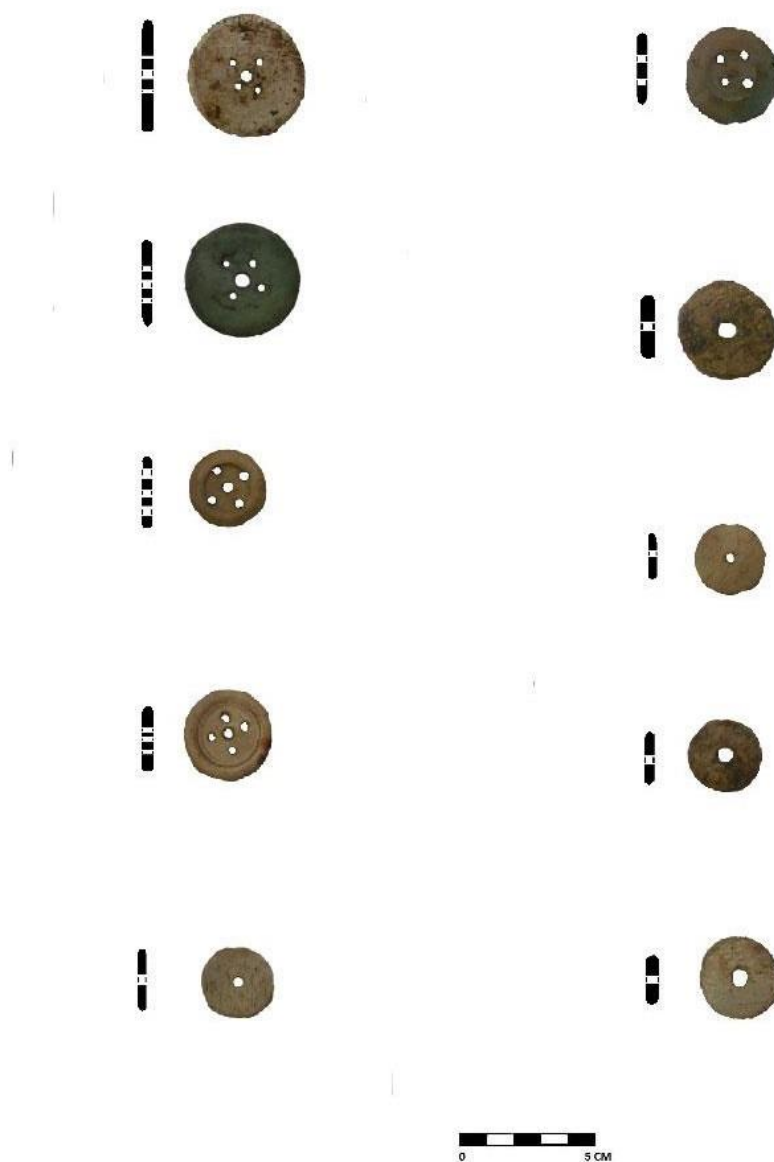
43. Garrafas de vidro (a. fundo circular; b. fundo quadrangular)



44. Garrafas de vidro (a. fundo quadrangular; b. fundo circular)



45. Garrafas de vidro (a. “*oinio bottle*”; b. bordo/gargalo de garrafa)



46. Botões em osso



## **10.4 Anexo D: Inventário**

Número	Número inventário museu	Forma	Tipo bordo	Tipo fundo	Tipo corpo	Diâmetro bordo	Diâmetro fundo
1		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	globular	6,6 cm	5,2 cm
2		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	globular	9,4 cm	5,6 cm
3		púcaro	extrovertido de perfil sme circular	plano	globular	9,2 cm	6,2 cm
4	MMA 6815	frigideira vidrada	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	20,02 cm	13,8 cm
5	MMA 6736	taça vidrada	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	16,2 cm	8,2 cm
6	MMA 6738	taça vidrada	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	17,2 cm	8,4 cm
7	MMA 1642(?)	taça vidrada	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	17,4 cm	9,6 cm
8		tampa	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma fechada	22,9 cm	11,4 cm
9	MMA 6280	pote	extrovertido de perfil semi circular	plano	ovóide	17 cm	12,8 cm
10	MMA 6806	frigideira vidrada	direito de perfil semi-circular	plano	forma aberta	24cm	18,2 cm
11	MMA 8049	tacho	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	24,4 cm	14,6 cm
12		testo	extrovertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	18 cm	6,2 cm
13	MMA 6819	frigideira vidrada	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	22,6 cm	16,2 cm
14	MMA 6816	frigideira vidrada	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	21,6 cm	16,4 cm
15	MMA (?)	prato	extrovertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	20,2 cm	4,1 cm
16	MMA 119	prato	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	21,5 cm	12,5 cm
17	MMA 6817	taça	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	16,2 cm	8,2 cm
18	MMA 6731	taça	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	16,2 cm	8,2 cm
19	MMA 121	alguidar	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	28,9 cm	16,5 cm
20	MMA 6853	travessa de forno	direito de perfil semi-circular	plano	formal oval	22,2 cm	16,4 cm
21		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	côncavo	forma fechada	8 cm	4,6 cm
22		testo	extrovertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	13,8 cm	6 cm
23		especieiro	direito de perfil semi-circular	plano	forma aberta	13 cm	6 cm
24		candeia	-	plano	-	-	8 cm
25		jarro	extrovertido de perfil semi circular	-	-	7,6 cm	-
26	MMA 6855	taça de faiança	direito de perfil semi-circular	em anel	forma aberta	15,2 cm	7,6 cm
27	MMA 6813	taça de faiança	direito de perfil semi-circular	em anel	forma aberta	12,3 cm	6 cm
28	MMA 6954	taça de faiança	direito de perfil semi-circular	em anel	forma aberta	12,7 cm	6 cm
29		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	26 cm	10 cm
30	MMA 6822	prato de faiança	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	21,6 cm	12,8 cm
31		prato de faiança	introvertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	21,2 cm	12 cm
32		manga de farmácia	-	plano	-	-	10 cm

33		pote de faiança	-	plano	-	-	7 cm
34		taça de faiança	-	em anel	-	-	7,4 cm
35		prato creamware	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	24,1 cm	14 cm
36		prato creamware	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	22,1 cm	14 cm
37		prato creamware	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	20,1 cm	14 cm
38		prato de porcelana	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	25 cm	14,2 cm
39		taça porcelana	-	em anel	-	-	3 cm
40		prato de porcelana	introvertido de perfil semi-circular	em anel	forma aberta	14 cm	10 cm
41		especieiro	introvertido de perfil semi circular	-	forma aberta	13,2 cm	-
42		especieiro	-	em anel	-	-	15 cm
43		taça de faiança	-	em anel	-	-	7 cm
44		especieiro	direito de perfil semi circular	-	forma aberta	9,2 cm	-
45		copo de faiança	direito de perfil semi circular	em anel	forma aberta	8 cm	4,6 cm
46		copo/chávena de faiança	direito de perfil semi circular	-	forma fechada	5,2 cm	-
47		garrafa	direito de perfil semi circular	-	forma fechada	2,2 cm	-
48		travessa de forno	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	21,4 cm	12 cm
49		candeia	-	plano	forma aberta	-	6,4 cm
50		medidor	direito de perfil semi circular	-	forma fechada	8 cm	-
51		fogareiro	-	plano	forma fechada	-	15,3 cm
52		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	26 cm	9,8 cm
53	MMA 1454	tacho	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	23,2 cm	11 cm
54		frigideira	direito de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	17,8 cm	18,8 cm
55		frigideira	direito de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	18,3 cm	-
56		frigideira	introvertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	18,2 cm	15,6 cm
57		tacho	introvertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	27,6 cm	8 cm
58		mealheiro	extrovertido de perfil semi circular (?)	-	forma fechada	6 cm	-
59		jarro	extrovertido de perfil semi circular	-	-	7,6 cm	-
60		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	7 cm	4 cm
61		prato tampa	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	24,9 cm	10,2 cm
62		caçoila	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	26 cm	-
63		frigideira	introvertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	17 cm	17 cm

64		frigideira	introvertido de perfil semi circular	plano (?)	forma aberta	16 cm	16 cm
65		frigideira	direito de perfil semi circular	plano	forma aberta	20 cm	17,8 cm
66		frigideira	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	21 cm	21 cm
67		frigideira	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	21 cm	18,6 cm
68		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	22 cm	-
69		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	17 cm	-
70	MMA 6956	fogareiro	introvertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	28,2 cm	14,6 cm
71		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	23 cm	-
72		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	18 cm	-
73		frigideira	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	22,6 cm	17,5 cm
74		frigideira	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	27,2 cm	27 cm
75		frigideira	introvertido de perfil semi circular	-	forma aberta	18 cm	15,6 cm
76	MMA 6847	fogareiro	introvertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	31,2 cm	16,6 cm
77	MMA 1450	tacho	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	32 cm	22,5 cm
78		pote-talha	extrovertido de perfil semi circular	-	forma fechada	23,2 cm	-
79		alguidar	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	40,5 cm	21 cm
80		pote-talha	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	28 cm	-
81	MMA 1435	tacho	introvertido de perfil semi circular	côncavo	forma aberta	28,4 cm	16,2 cm
82	MMA 6737	taça	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	16,4 cm	8 cm
83	MMA 1641	taça	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	17,4 cm	7,8 cm
84		taça	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	14 cm	-
85		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	18 cm	12,8 cm
86		cântaro	-	plano	forma aberta	-	16 cm
87		vaso de noite/penico	-	plano	forma fechada	-	20 cm
88		bacia de barbeiro	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	29 cm	12 cm
89		pote	-	plano	forma fechada	-	9 cm
90	MMA 23	púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	9,9 cm	6 cm
91	MMA 152	taça de fraiança	direito de perfil semi circular	em anel	forma aberta	19,3 cm	7,6 cm
92	MMA 6732	taça de fraiança	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	20,6 cm	10,8 cm
93	MMA 606	prato de faiança	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	21,5 cm	13 cm
94	MMA 6811	prato de faiança	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	21 cm	13 cm

95		pote de faiança	-	plano	-	-	5,6 cm
96		covilhete	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	15,6 cm	12 cm
97	MMA 120	travessa de forno	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	20,7 cm	11,6 cm
98		pote	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	11,6 cm	9,8 cm
99		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	28 cm	8 cm
100		frigideira	introvertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	21,6 cm	18,8 cm
101		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	8,6 cm	6,6 cm
102		prato de faiança	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	22,2 cm	13 cm
103		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	côncavo	forma fechada	6 cm	5 cm
104		pote-talha	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	29 cm	-
105		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	28,6 cm	10 cm
106		tampa	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	34 cm	-
107		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	9,6 cm	7 cm
108		púcaro	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma fechada	11,7 cm	8,6 cm
109		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	24 cm	10 cm
110		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	24 cm	15,5 cm
111		pote-talha	extrovertido de perfil semi circular	-	forma aberta	30,9 cm	-
112		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	25,6 cm	8,4 cm
113		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	22,6 cm	10 cm
114		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	18 cm	6 cm
115		prato	extrovertido de perfil semi circular	em anel	forma aberta	18 cm	12,5 cm
116		prato	direito de perfil semi circular	em anel	forma aberta	23 cm	14,6 cm
117		pote	extrovertido de perfil semi circular	-	forma fechada	11 cm	-
118		prato	direito de perfil semi circular	em anel	forma aberta	19,5 cm	9 cm
119	MAH 11370	copo	direito de perfil semi circular	côncavo		8,8 cm	7 cm
120	MAH 11371	copo	extrovertido de perfil semi circular	côncavo		7,9 cm	5,7 cm
121	MAH 11366	garrafa	extrovertido de perfil semi circular	côncavo		2,6 cm	11,5 cm
122	MAH 11368	garrafa	extrovertido de perfil semi circular	quadrangular		3,6 cm	9,2 cm
123	MAH 11367	garrafa	extrovertido de perfil semi circular	quadrangular		3,2 cm	8,6 cm
124		garrafa	extrovertido de perfil semicircular	quadrangular		3,7 cm	9 cm
125	MAH 11369	garrafa	extrovertido de perfil semi circular	quadrangular		3,6 cm	8 cm

126	MMA 175	botão					
127	MMA 176	botão					
128	MMA 177	botão					
129	MMA 178	botão					
130	MMA 179	botão					
131	MMA 180	botão					
132	MMA 181	botão					
133	MMA 182	botão					
134	MMA 183	botão					
135	MMA 184	botão					
136	MMA 163	cachimbo					
137	MMA 164	cachimbo					
138	MAH 11498	cachimbo					
139	MMA 617	garrafa	extrovertido de perfil semi circular	-	-	3 cm	-
140		copo	-	plano	globular	-	6,8 cm
141		tigela de fogo	extrovertido de perfil semi circular	-	foma aberta	29 cm	-
142		caçoila	extrovertido de perfil semi circular	plano	aberta	28 cm	14 cm
143		bilha	-	plano	truncocónica	-	17,6 cm
144	MMA 1330	panela	extrovertido de perfil semi circular	plano	foma aberta	20 cm	7 cm
145		pote-talha	extrovertido de perfil semi circular	-	-	23 cm	-
146		pote-talha	-	plano	-	-	22 cm
147	MMA 20	prato	extrovertido de perfil semi circular	plano	forma aberta	18,7 cm	9,2 cm
148	MMA 108	vaso de noite/penico	extrovertido de perfil semi circular	plano	truncocónica	18,7 cm	13 cm
149	MMA 108	bilha	extrovertido de perfil smei circular	plano	truncocónica	7 cm	9,2 cm
150	MMA 108	bilha	extrovertido de perfil semi circular	plano	truncocónica	6,5 cm	7,9 cm

	Altura	Tipo de pasta	Tratamento superfície	Decoração
1	9,7cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica,quartzo,feldspato)	nenhuma	nenhuma
2	12 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP'S (mica,feldspato)	nenhuma	nenhuma
3	13,6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhuma	nenhuma
4	10,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	nenhuma
5	7,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	salpicos/manchas de vidrado verde na sup. interna
6	7,2 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	vidrado	manchas de verde e amarelas
7	7,4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	manchas de vidrado verde na sup. interna
8	6,5 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo	nenhuma	nenhuma
9	13,4 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo, feldspato	vidrado	e castanho e amarelo na sup. externa; pequenos salpicos de vidrad
10	7,4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	manchas de vidrado em tons de castanho e verde sobre amarelo
11	14,2 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhuma	nenhuma
12	3,25 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhuma	nenhuma
13	8,1 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	vidrado	salpicos de vidrado verde e castanho em ambas sup.
14	6,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	salpicos de vidrado verde e castanho em ambas sup.
15	4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	riscos/manchas de vidrado preto na sup. interna
16	4,8 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo)	vidrado	manchas de vidrado verde na sup. interna
17	7,6 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's	vidrado	bordo numa faixa azul, faixa amarela c/dec. worm delimitada por
18	8,15 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's	vidrado	numa faixa azul, e uma faixa a verde c/dec. worm sendo delimitad
19	8,8 cm	bem depurada, homogénea	vidrado	manchas de vidrado verde na sup. interna
20	8 cm	bem depurada c/ENP's (mica, feldspato), homogénea	nenhum	nenhuma
21	9,35 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
22	1,9 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
23	2,8 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
24	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
25	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	dec. em relevo junto ao bordo
26	8 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	dec. junto ao bordo duas linhas azuis a demilitar um padrão
27	6,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	dec. na sup. externa
28	6,6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	dec. junto ao bordo linha dentada a verde
29	9,25 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
30	3,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	linha azul ao longo do bordo, na sup. interna
31	3,8 cm	bem depurada, homogénia, c/ENP's (feldspato)	vidrado	ongo do bordo, duas linhas na aba e um alinha ao longo do fundo
32	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	dec. efeito esponja na sup. externa de cor azul

33	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	vidrado	nenhuma
34	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
35	2,15 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's		no bordo
36	2,2 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's		no bordo
37	2,3 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's		nenhuma
38	2,7 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's		motivos florais na aba e uma paisagem no fundo
39	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)		motivos florais junto ao fundo na sup. externa
40	2,9 cm	bem depurada, homogénea, s/ENP's		motivos a vermelho e dourados
41	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
42	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
43	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
44	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	vidrado	nenhuma
45	7,35 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
46	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
47	-	bem depurada, homogénea, s/ENP's	grés	nenhuma
48	7,6 cm	bem depurada, homogénea,	nenhum	nenhuma
49	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (barro cozido, feldspato)	vidrado	nenhuma
50	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
51	-	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
52	12 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)		
53	11,65 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo)	nenhuma	nenhuma
54	9,9 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	nenhuma	nenhuma
55	7, 5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
56	9,85 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, quartzo)	vidrado	nenhuma
57	10,65 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhuma	nenhuma
58	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhuma	nenhuma
59	-	m depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, barro cozi	nenhuma	insições(?) junto ao bordo
60	9,9 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)		nenhuma
61	6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica)		
62	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)		
63	7,55 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)		



64	7,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
65	6,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	vidrado	nenhuma
66	9,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	vidrado	nenhuma
67	8,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
68	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, quartzo)	nenhum	nenhuma
69	-	em depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica, quartzo)	nenhum	nenhuma
70	25 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo)	nenhum	nenhuma
71	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, quartzo)	nenhum	nenhuma
72	-	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
73	4,9 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, mica)	nenhum	nenhuma
74	12,1 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
75	7,4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
76	29 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
77	17 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, mica)	nenhum	nenhuma
78	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
79	12,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	nenhum	nenhuma
80	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica)	nenhum	nenhuma
81	13,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica)	nenhum	nenhuma
82	7,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	vidrado	nchas de vidrado em tons de amarelo, verde e castanho na sup. inte
83	7,6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	vidrado	manchas de vidrado em tons de amarelo e verde na sup. interna
84	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica)	nenhum	insições(?)
85	6,55 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
86	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
87	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
88	9, 65 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	motivos florais em cor vinoso
89	-	bem depurada, homogénea,	nenhum	nenhuma
90	13 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum	nenhuma
91	8,5 cm	depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, barro cozido, qua	vidrado	linha azul ao longo do bordo e um elemento dec espiral no fundo
92	5,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, barro cozido)	vidrado	a azul no bordo e duas linhas no fundo juntamente com um elemen
93	3,2 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	ngo do bordo, uma linha no fundo juntamente com um elemento d
94	3,2 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, barro cozido)	vidrado	longo do bordo, duas linhas no fundo juntamente com um element

95	-	m depurada, homogénea, c/ENP's (mica, barro cozido, feldsp	vidrado	nenhuma
96	2,45 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	nenhuma
97	7,95 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's	nenhum	nenhuma
98	17,8 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, mica)	nenhum	nenhuma
99	12,3 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
100	8,6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	vidrado	nenhuma
101	12,4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
102	3,8 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (barro cozido, feldspato)	vidrado	no bordo e no fundo possível "B" ou "R"
103	9,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, mica)	nenhum	nenhuma
104	-	bem depurada, homogénea	nenhum	linha ondulada ao longo do bordo
105	11,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
106	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (quartzo, feldspato)	nenhum	nenhuma
107	13,2 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
108	15,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
109	10,45 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, mica, quartzo)	nenhum	nenhuma
110	10,25 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo)	nenhum	nenhuma
111	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
112	11,5 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum	nenhuma
113	8,7 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo)	nenhum	nenhuma
114	7,2 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo)	nenhum	nenhuma
115	2,9 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	dec. a vinoso
116	3,7 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (barro cozido, feldspato)	vidrado	nha na zona do bordo, e duas no fundo juntamente com uma espir
117	-	bem depurada, homogénea. c/ENP's (quartzo, mica)	nenhum	nenhuma
118	4 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	vidrado	a azul e vinoso na zona do bordo e do fundo
119	13,25 cm		vidro	nenhuma
120	10,3 cm		vidro	motivos vegetalistas
121	13,5 cm		vidro	nenhuma
122	26 cm		vidro	nenhuma
123	28,5 cm		vidro	nenhuma
124	29,5 cm		vidro	nenhuma
125	29,2 cm		vidro	nenhuma

126	1,45 cm				
127	1,15 cm				
128	0,95 cm				
129	0,85 cm				
130	0,8 cm				
131	0,85 cm				
132	0,6 cm				
133	0,65 cm				
134	0,6 cm				
135	0,65 cm				
136			caulino		
137			caulino		
138			caulino		
139	-		vidro		nenhuma
140	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum		nenhuma
141	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica)	nenhum		nenhuma
142		bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo)	nenhum		nenhuma
143	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato, quartzo)	nenhum		nenhuma
144		bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, quartzo)	nenhum		nenhuma
145	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato)	nenhum		nenhuma
146	-	bem depurada, homogénea, c/ENP's (mica feldspato)	nenhum		nenhuma
147	3,7 cm	bem depurada, homogénea		duas linhas azuis no bordo juntamente com motivos a vinoso deli	
148	18,7 cm	em depurada, homogénea, c/ENP's (mica, feldspato, quartzo)	vidrado	umas ondulações junto ao colo do gargalo	
149	27 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum		nenhuma
150	23,6 cm	bem depurada, homogénea, c/ENP's (feldspato)	nenhum		nenhuma